

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CORINA ALESSANDRA BEZERRA CARRIL RIBEIRO

**O CONJUNTO HABITACIONAL COMO SOLUÇÃO PARCIAL PARA RELOCAÇÃO
DE MORADIAS PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA**

CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CORINA ALESSANDRA BEZERRA CARRIL RIBEIRO

**O CONJUNTO HABITACIONAL COMO SOLUÇÃO PARCIAL PARA RELOCAÇÃO
DE MORADIAS PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção de Título de Doutor no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

Comitê de Orientação:

Prof.^a Dr.^a. Cristina de Araújo Lima – UFPR – Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE)

Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima – UFPR – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE)

Prof.^a Dr.^a. Marley Vanice Deschamps – Programa em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) – Campus Canoinhas – SC

CURITIBA

2014

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os colegas da IX Turma do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, com os quais compartilhei histórias, emoções e lições. Aos colegas do Grupo Crise Urbana, em especial à Rafaela Antunes Fortunato, João Alves, Pedro Silva Jr e Claudia Cristina Machado, com quem aprendi muito e compartilhei etapas da construção da pesquisa.

Aos Professores do PPGMADE pelo amor com que ensinam e encaram os desafios da interdisciplinaridade e o diálogo de saberes. Em especial ao Professor Alfio Brandenburg por ter me aceito como aluna especial e depois como estagiária de docência na disciplina Sociologia e Meio Ambiente sob sua coordenação.

À Professora Maria do Rosário Knechtel pela forma apaixonante e emocionante com que trata a Educação e em especial à Educação Ambiental. Às secretárias do PPGMADE, Iolanda e Cássia, pelo carinho e atenção com que tratam os alunos. Ao Comitê de Orientação, Professores José Edmilson, Marley Deschamps com quem pude travar diálogos enriquecedores e que me fizeram crescer intelectualmente em cada encontro. Em especial à minha orientadora Profa. Dra. Cristina de Araújo Lima pela parceria valiosa, aprendizado contínuo e admiração profunda.

Aos funcionários da Secretaria de Ação Social e Trabalho do município de Fazenda Rio Grande, em especial o Sr. Tony da Silva, pela acolhida e colaboração com a pesquisa.

Aos colegas do Serviço Florestal Brasileiro, em especial o Dr. Carlos Alberto Ferreira, pela sua amizade e respeito mútuo, que tornaram possível a realização desse sonho.

À minha família, meu marido Claudio Henrique Ribeiro, pela parceria, meus filhos Pedro Henrique Carril Ribeiro e João Marcelo Carril Ribeiro, os quais amo incondicionalmente. Às minhas irmãs Carmem Dolores Bezerra Carril e Lourdes de Fátima Bezerra Carril pelo exemplo de vida, e crença na educação com instrumento de mudança social e superação de obstáculos. À minha Tia Conceição Carril, pelo afeto e por acreditar no meu potencial desde sempre. Aos meus pais, Ana Rosa Bezerra Carril e Antônio Fernandes Branco Carril *in memoriam*.

A CAPES – Coordenação de Apoio à Pesquisa e Extensão pelo apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa.

A todos que me ajudaram de forma direta ou indiretamente.

Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim, eles enfrentam e buscam remédios para suas dificuldades. Nessa condição de alerta permanente, não têm repouso intelectual. A memória seria sua inimiga. A herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência, essa consciência do novo que é, também, um motor do conhecimento. (MILTON SANTOS, 2011, p.132).

RESUMO

Desde 2003, com a criação do Ministério das Cidades, o Brasil tem se destacado pela implementação de Políticas Públicas habitacionais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de grande divulgação na mídia. Segundo a agência IPEA (2013) foram entregues cerca de 1,4 milhão de casas populares, de 2009 até dezembro de 2013, sem, contudo o monitoramento adequado e discussão pública acerca dos resultados alcançados.

A pesquisa objetivou discutir, a partir de um estudo de caso, em que medida a relocação de população de área de risco para um conjunto habitacional na Região Metropolitana de Curitiba, representou melhoria nas condições de vida dos moradores.

O desenvolvimento do trabalho ocorreu conforme a proposta interdisciplinar do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMAD) da UFPR mesclando o trabalho em grupo e individual, sob os fundamentos da interdisciplinaridade e, no diálogo da Sociologia com outros campos do conhecimento.

Foram adotados os métodos da pesquisa qualitativa que permite o estudo dos significados e atitudes dos grupos sociais, tendo como arcabouço teórico a Sociologia Compreensiva. Os resultados demonstraram que a relocação das famílias de área de risco para o conjunto habitacional representou uma solução parcial em relação ao enfrentamento dos problemas vivenciados por este grupo social, relacionados às condições de moradia precária em que se encontravam anteriormente, em que havia a convivência com as enchentes, doenças e perdas materiais. A mudança para o conjunto significou a convivência com novas situações de risco, como o tráfico de drogas e violência que segundo relatos, são mais perigosos ou iguais aos ligados aos riscos socioambientais representados pelas enchentes. Para o Poder Público o Programa Minha Casa Minha Vida é a oportunidade das camadas mais pobres da sociedade terem acesso à casa própria. Para o setor privado é um programa concebido pelos órgãos financiadores, sem possibilidade de alteração nos projetos de construção das casas.

A tese defendida é de que as políticas públicas habitacionais de âmbito federal, em específico, precisam ser repensadas, pois têm privilegiado aspectos mais quantitativos (número de casas construídas), do que qualitativos (a localização dos empreendimentos, a composição familiar; elementos culturais das famílias). Por outro lado, ressalta-se o papel estratégico de municípios e Estados na implementação dos instrumentos de planejamento urbano existentes e programas de oferta de moradias que garantam a oferta de moradias populares nas áreas centrais das cidades onde já existe infraestrutura adequada evitando assim que as famílias atendidas pelos programas habitacionais sejam segregadas em bairros longínquos e continuem em situação de precariedade e insegurança. Concluiu-se que as situações de risco persistem apesar da mudança das famílias das áreas de risco para o conjunto habitacional.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Habitação Social. Relocação de moradia. Condições socioambientais de moradia baixa renda. Conjunto habitacional Jardim Europa. Programa Minha Casa Minha Vida. Fazenda Rio Grande.

ABSTRACT

Since 2003, with the creation of the Ministry of Cities, Brazil has been highlighted by the implementation of public policies such as housing Acceleration Program (PAC) and the Minha Casa Minha Vida (PMCMV), widely publicized in the media. According to Agencia IPEA (2013) were delivered about 1.4 million housing units, 2009 to December 2013, without, however adequate monitoring and public discussion of the results.

The research aimed to discuss, from a case study, to what extent the relocation of population risk area for a housing development in the Metropolitan Region of Curitiba, represented improvement in the living conditions of the residents.

The development work took place as the interdisciplinary approach of the Graduate Program in Environment and Development (PPGMADE) UFPR merging group work and individual under the foundations of interdisciplinarity and dialogue sociology and other fields of knowledge.

Methods of qualitative research that allows the study of the meanings and attitudes of social groups, having as theoretical framework the Comprehensive Sociology were adopted. The results showed that the relocation of families from risk area for housing represented a partial solution in relation to addressing the social group that experienced by problems related to poor housing conditions in which they were previously, when there were living with floods, illnesses and property losses. The move to set meant living with new risk situations, such as drug trafficking and violence that reportedly are more dangerous or equal to linked to environmental risks posed by floods. For the Government the Minha Casa Minha Vida is the opportunity of the poorest sections of society have access to home ownership. For the private sector is a program designed by funding bodies, with no possibility of change in construction projects of houses.

The thesis defended is that the public housing policies of the federal level, in particular, need to be rethought, as they have favored more quantitative (number of houses built) rather than qualitative (location of projects, family composition; elements cultural households). Moreover, we highlight the strategic role of municipalities and states in implementing existing instruments for urban planning and housing supply to ensure the supply of affordable housing in central areas of cities programs which already have adequate infrastructure thus preventing families met by housing programs are segregated in distant neighborhoods and continue in a situation of precariousness and insecurity. It was concluded that the risk situations persist despite the relocation of the families of risk areas for housing development.

KEYWORDS: Social Housing Program. Relocation of property. Environmental conditions of low-income housing. Housing Jardim Europa. Minha Casa Minha Vida. Fazenda Rio Grande.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| FIGURA 1 – ESQUEMA GRÁFICO. O PROCESSO INTERDISCIPLINAR DO GRUPO DE ESTUDO DA CRISE URBANA..... | 5 |
| FIGURA 2 – MAPA DE FRAGILIDADE À OCUPAÇÃO URBANA DA RMC.... | 9 |
| FIGURA 3 – MAPA DE DETERMINAÇÃO DAS ÁREAS APTAS, RESTRITAS E INAPTAS À OCUPAÇÃO | 10 |
| FIGURA 4 – DESLOCAMENTO POPULACIONAL EM MASSA REDESENHA CURITIBA | 50 |
| FIGURA 5 – FAZENDA RIO GRANDE: BAIRRO IGUAÇU NA ÉPOCA DAS ENCHENTES..... | 59 |
| FIGURA 6 – FAZENDA RIO GRANDE: BAIRRO SANTA TEREZINHA | 59 |
| FIGURA 7 – FAZENDA RIO GRANDE: BAIRRO GRALHA AZUL..... | 60 |
| FIGURA 8 – FAZENDA RIO GRANDE: CASAS EM CONSTRUÇÃO NO BAIRRO IGUAÇU I..... | 60 |
| FIGURA 9 – REUNIÃO NA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE FAZENDA RIO GRANDE..... | 64 |
| FIGURA 10 – PERCURSO DE CURITIBA A FAZENDA RIO GRANDE..... | 65 |
| FIGURA 11 – O ENCONTRO ENTRE A CIDADE E O CAMPO | 66 |
| FIGURA 12 – PLACA INDICA A CHEGADA AO CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EUROPA..... | 66 |
| FIGURA 13 – O COMPARTILHAR ENTRE A PESQUISADORA E O SUJEITO..... | 67 |
| FIGURA 14 – O VIVER NO SOBRADO..... | 68 |
| FIGURA 15 – OFICINA DA CONSULTORIA COM AS CRIANÇAS DO CONJUNTO | 68 |
| FIGURA 16 – RETORNO PARA CURITIBA..... | 69 |
| FIGURA 17 – ORGANOGRAMA DO PMCMV | 90 |
| FIGURA 18 – FAZENDA RIO GRANDE: BAIRRO IGUAÇU APÓS A DERRUBADA DAS CASAS..... | 95 |

| | |
|---|-----|
| FIGURA 19 – CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EUROPA EM FASE DE CONSTRUÇÃO | 96 |
| FIGURA 20 – VISTA (AO LONGE) DO CONJUNTO..... | 97 |
| FIGURA 21 – CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EUROPA | 97 |
| FIGURA 22 – PLANTA DO CONJUNTO | 104 |
| FIGURA 23 – DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS ÁREAS VERDES... | 105 |
| FIGURA 24 – ÁREA DE TALUDE..... | 106 |
| FIGURA 25 – PORTÃO RECÉM INSTALADO | 106 |
| FIGURA 26 – CRIANÇAS DO CONJUNTO | 107 |
| FIGURA 27 – CAMPINHO DE FUTEBOL? | 107 |
| FIGURA 28 – GUARITA DA EMPRESA QUE PRESTA SERVIÇO DE VIGILÂNCIA..... | 108 |
| FIGURA 29 – FAIXA DIVULGANDO O TRABALHO SOCIAL PRESTADO PELA CEF | 108 |
| FIGURA 30 – OFERTA DE SERVIÇO DE MANICURE | 109 |
| FIGURA 31 – MERCADINHO NO CONJUNTO..... | 110 |
| FIGURA 32 – QUINTAL-VARAL | 111 |
| FIGURA 33 – IMAGEM DE SATÉLITE MOSTRA O CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EUROPA | 113 |
| FIGURA 34 – ELEIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES? | 121 |

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PROPORÇÕES MAIS ELEVADAS DOS DESLOCAMENTOS DE SAÍDA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO QUE TRABALHA E/OU ESTUDA – PARANÁ – 2000 E 2010 57

TABELA 2 – RESUMO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES POR BAIRRO (2010).....59

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ABORDAGENS SOCIOLOGICAS SOBRE A RELAÇÃO INDIVÍDUO E SOCIEDADE..... 24

QUADRO 2 - CONJUNTOS HABITACIONAIS RECÉM-CRIADOS PELO PMCMV (2009-2012).....49

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------------------------|---|
| APPs | Áreas de Preservação Permanentes |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| CADÚNICO | Cadastro Único dos Programas Sociais |
| CDHU | Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CIC | Cidade Industrial de Curitiba |
| COHABs | Companhias Habitacionais |
| COHAPAR | Companhia de Habitação do Estado do Paraná |
| COMEC | Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba |
| CRAS | Centro de Referência da Assistência Social |
| ECO-92 Desenvolvimento | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| ETE | Estação de Tratamento de Esgoto |
| FICAM | Financiamento de Material de Construção para Edificação ou Reforma |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| FNHIS | Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social |
| IAPs | Institutos de Aposentadorias e Pensões |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH-M | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| INOCOOPs | Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais |
| IPARDES | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| ONGs | Organizações Não-Governamentais |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Integrado |
| PEHIS-PR | Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná |
| PLHIS | Plano Local de Habitação de Interesse Social |
| PMCMV | Programa Minha Casa Minha Vida |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PPGMADE | Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| PROFILURB | Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados |

| | |
|-------------|---|
| PROMORAR | Programa de Erradicação das Favelas |
| PTTS | Projeto Técnico de Trabalho Social |
| RMC | Região Metropolitana de Curitiba |
| SM | Salário Mínimo |
| SANEPAR | Companhia de Saneamento do Estado do Paraná |
| SEGRH-PR | Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Paraná |
| SNH | Sistema Nacional de Habitação |
| SIGPROM-RMC | Sistema Integrado de Gestão e Proteção aos Mananciais |
| SUDERSHA | Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-------|----------------|
| ed. | Edição |
| Ed. | Editores |
| org. | Organizador(a) |
| orgs. | Organizadores |
| p. | Página |
| s/d | Sem data |
| v. | Volume |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1. TRAJETÓRIA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA | 2 |
| 1.2. PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÃO CENTRAL..... | 5 |
| 1.3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA PESQUISA..... | 6 |
| 1.4. MARCO TEÓRICO | 6 |
| 1.5. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO DE CASO | 8 |
| | |
| CAPÍTULO 2: GLOBALIZAÇÃO, RISCOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS E MORADIA | 12 |
| 2.1. ASPECTOS DA GLOBALIZAÇÃO, POBREZA E SOCIEDADE DE RISCO | 12 |
| 2.2. A QUESTÃO GLOBAL-LOCAL | 15 |
| 2.3. INDIVÍDUO E SOCIEDADE: O DEBATE MODERNO E PÓS-MODERNO | 18 |
| 2.4. A QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ATUAL..... | 27 |
| 2.5. HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: O SURGIMENTO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS | 34 |
| 2.6. MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL..... | 42 |
| 2.7. DINAMICAS SOCIOECONÔMICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA | 45 |
| 2.8. POLÍTICA HABITACIONAL EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA | 51 |
| 2.9. O MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE COMO CIDADE DORMITÓRIO..... | 52 |
| 2.9.1. Processo de ocupação de Fazenda Rio Grande | 53 |
| 2.9.2. Caracterização física e Processo de urbanização..... | 53 |
| 2.9.3. Indicadores sociais do município | 55 |
| 2.9.4. Habitação social e áreas de risco | 58 |
| | |
| CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS | 61 |
| 3.1. METODOLOGIA..... | 61 |
| 3.2. PESQUISA QUALITATIVA | 63 |
| | |
| CAPÍTULO 4: ATORES SOCIAIS E O CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EUROPA | 71 |
| 4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM FAZENDA RIO GRANDE | 74 |
| 4.2. PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA | 75 |
| 4.2.1. O Conjunto habitacional Jardim Europa em Fazenda Rio Grande..... | 76 |
| 4.2.2. Participação da COHAB-CT | 77 |
| 4.2.3. Participação da Prefeitura de Fazenda Rio Grande | 79 |
| 4.2.4. Participação da Caixa Econômica Federal | 83 |
| 4.2.5. Trabalho social realizado pela empresa terceirizada | 84 |
| 4.2.6. Participação da empresa construtora | 85 |
| 4.3. VISÃO DOS MORADORES ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EUROPA..... | 86 |
| 4.3.1. Atores sociais envolvidos | 89 |

| | |
|---|------------|
| 4.4. VIVER EM UM CONJUNTO HABITACIONAL: PRIMEIRAS IMPRESSÕES | 97 |
| 4.5. PERFIL DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EUROPA..... | 111 |
| 4.6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS | 114 |
| CAPÍTULO 5: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E TESE | 130 |
| CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS | 135 |
| REFERÊNCIAS | 139 |
| APÊNDICE | 149 |

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

A globalização possibilitou uma grande revolução nas comunicações aproximando as pessoas e facilitando os processos comunicativos. Entretanto tem-se percebido que os aspectos econômicos em nível mundial têm afetado e piorado as condições de vida de milhares de pessoas que estão excluídas deste modelo de sociedade. Nas cidades o cenário é desolador: concentração da pobreza e aumento da violência, do desemprego, crescimento do mercado informal, pela terceirização, degradação ambiental, exclusão social, segregação espacial e baixa expectativa de melhoria de vida.

No Brasil e no âmbito mundial, em pleno século XXI ainda se convive com grandes desigualdades sociais, de renda, políticas, de gênero, entre outros problemas. Dentre outras razões, há a opção de governos em priorizar a lógica do capital internacional que reproduzem a concentração de renda e poder, além do histórico de práticas corruptas e má gestão administrativa do Estado.

Essa desigualdade está evidente nas cidades, na forma pela qual as populações pobres ocupam os espaços para fins de moradia e constroem seu cotidiano: o morar longe do trabalho, a ausência de espaços de lazer em seus bairros, os postos de saúde lotados, a baixa escolaridade, e a renda familiar insuficiente representam um perfil quase homogêneo das dificuldades encontradas pelos moradores dos inúmeros espaços de exclusão brasileiros (periferias¹) somado à falta de perspectivas de melhores condições de vida. O que advém do fato de as Políticas Públicas contribuírem pouco para a transformação dessa situação.

Considerando essa problemática, se deu a construção da pesquisa em grupo e individual na qual se escolheu estudar o sul da Área de Concentração Populacional (ACP) da Região Metropolitana de Curitiba – RMC, em específico o município de Fazenda Rio Grande, e os principais problemas socioambientais existentes, produzidos em ocupações subnormais² inseridas em áreas sujeitas a inundações; falta de áreas verdes; saneamento básico insuficiente; ausência de equipamentos sociais e comunitários; pavimentação e transporte coletivo precários.

Com base no exposto acima, a partir do problema comum de pesquisa coletiva do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) foi definida

¹ Visto a heterogeneidade em que se encontram as regiões periféricas no Brasil, por vezes representam espaços de exclusão, por outros, são representadas pelo fenômeno dos condomínios fechados de alto padrão, ver o caso de Alphaville em Barueri/SP.

² Podem ser entendidas como aglomerações subnormais, que segundo o IBGE (2010) refere-se a um conjunto constituído, de no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou sendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

a seguinte questão coletiva: Como os riscos e vulnerabilidades socioambientais se manifestam no sul da Área de Concentração Populacional (ACP) da Região Metropolitana de Curitiba – RMC, a partir do processo de periferização; quais demandas socioambientais devem ser satisfeitas pelas políticas públicas de modo a viabilizar a gestão e sustentabilidade socioambiental nessa área de estudo e como os moradores constroem suas estratégias de sobrevivência e percebem estes riscos?

O presente trabalho pretende contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a crise urbana, a partir de um estudo de caso, que dialoga com a teoria e a pesquisa empírica dentro do contexto global e local, analisando a implantação de uma política pública de habitação em andamento no Município de Fazenda Rio Grande e sua interface com a população beneficiária.

1.1. TRAJETÓRIA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA

O que sedimenta a construção desse trabalho são os fundamentos da interdisciplinaridade, e o desenvolvimento focado pela Sociologia. Entendendo a interdisciplinaridade como a busca pela articulação entre diferentes áreas de conhecimento, a qual estabelece laços e arranjos de trabalho conjunto, tanto nos campos conceitual e epistemológico quanto empírico e metodológico.

A metodologia interdisciplinar apresenta-se, então, como alternativa e possibilidade da superação do pensamento racionalista e da fragmentação do conhecimento postulada pela dita Ciência Moderna. Para Leff (2001), a interdisciplinaridade surge como uma necessidade prática de articulação das diferentes áreas do conhecimento. Nesse contexto, apresenta-se como o fundamento de uma articulação teórica e constitui um dos efeitos mais significativos sobre o atual desenvolvimento das ciências. As práticas interdisciplinares “desconhecem a existência dos objetivos teóricos das ciências; a produção conceitual dissolve-se na formalização das interações e relações entre objetos empíricos” (LEFF, 2001, p.36).

Na prática, a construção de conhecimento interdisciplinar está sendo adaptada e reformulada à produção de teses individuais a partir de uma problemática comum, a qual emerge das discussões entre alunos e professores. Para isso, busca-se a articulação de diferentes áreas de conhecimento e a definição de um espaço ou uma temática como referência para “identificar temas de pesquisa que não fossem apenas pertinentes do ponto de vista científico, mas também em relação ao desenvolvimento e ao meio ambiente em um contexto preciso”

(ZANONI *Et al.*, 2004).

Assim, esta tese de doutorado foi elaborada e estruturada sob pilares de conhecimento erguidos ao longo dos últimos 21 anos, por professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), os quais vivenciam um processo mediado por intensos momentos de construção de conhecimento interdisciplinar, cujo foco envolve a complexa e intrínseca relação entre ambiente e sociedade.

A experiência de pesquisa no PPGMADE entende a interdisciplinaridade como sendo um caminho para se alcançar uma análise globalizante sobre problemas localizados na interface gerada pela inter-relação homem-natureza. Pode ser percebida como uma prática de articulação de conhecimentos disciplinares sobre a complexidade e a diversidade que caracterizam a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Com isso, surge o entendimento de que é da “prática” que emergem os problemas para a reflexão teórica, ou seja, não são as disciplinas que definem os problemas e sim o contrário. Os problemas se impõem às disciplinas exigindo relações de colaboração para sua análise.

No caso específico de pesquisas sobre as problemáticas urbanas, Mendonça (2010) descreve a vivência interdisciplinar da turma II do PPGMADE, primeiro grupo de estudo da temática socioambiental urbana na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Uma definição importante do autor, que constituirá o cerne desse trabalho, é que “estudar a cidade, o fato urbano, a metropolização, não é atributo de nenhuma ciência em particular, isto porque a cidade se constitui numa verdadeira encruzilhada, onde se encontram diferentes realidades, dinâmicas, interesses e saberes” (MENDONÇA, 2010).

Dessa forma, ao longo de 2010 os doutorandos da turma IX do PPGMADE que tiveram como tema norteador das teses: *Mudanças socioambientais globais: riscos, vulnerabilidades e resiliências* vivenciaram as seguintes atividades: Seminário Introdutório “A Relação Sociedade e Natureza na Contemporaneidade” e três módulos interdisciplinares de caráter estruturante, com a articulação das diferentes disciplinas, bem como suas formas de discutir e pesquisar a relação Sociedade-Natureza. O módulo I tratou de assuntos gerais envolvendo a temática “Desenvolvimento e Meio Ambiente”, com a tônica dos primeiros debates à luz das perspectivas da Filosofia, Economia, Política e Cultura. Os módulos II e III, com forte caráter epistemológico, apresentaram os principais fundamentos e teorias das Ciências da Natureza (módulo II) e as Ciências Humanas e Sociais (módulo III). O módulo IV, destinado à construção da pesquisa interdisciplinar se organiza em forma de oficinas, trazendo leituras

multidisciplinares que reforçam as discussões sobre a temática central. É neste módulo que este texto é construído, já como parte da concepção do Programa Coletivo de Pesquisa da turma. A partir dele, o trabalho busca uma aproximação da temática à realidade, elaborando o projeto coletivo do grupo da crise urbana³.

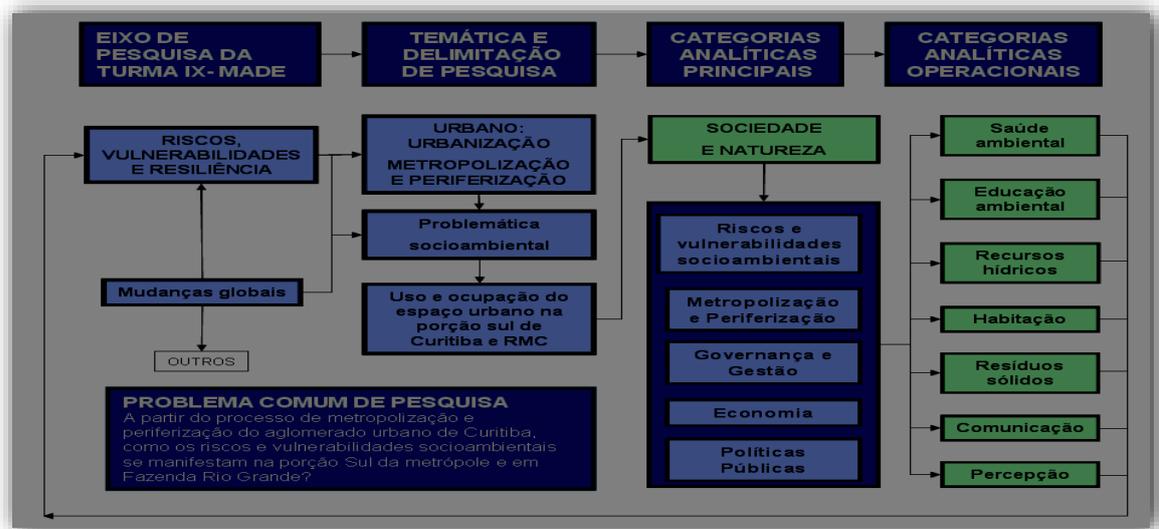
O marco teórico deste grupo de pesquisa (da crise urbana) constituiu-se, dirigindo seu olhar para a prática, por meio de levantamentos do sul da Área de Concentração Populacional (ACP) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), enriquecendo essa análise pela luz da teoria, examinando temas como: o processo de urbanização e os problemas socioambientais das cidades brasileiras, as categorias de análise do estudo das cidades (conceitos, tipologias urbanas), e as questões socioambientais.

Assim, a prática e teoria se mesclaram. Juntamente à constituição dos marcos teóricos foram levantados dados secundários em diferentes publicações institucionais, como: Planos de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDI's de 1978 e 2006) da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC); cadernos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (PARDES); Planos Diretores, legislações e agenda 21 dos municípios; Plano da bacia do Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira (SUDERHSA, 2007); relatórios do Observatório das Metrôpoles; teses e dissertações; bem como visitas à campo, com objetivos de prover aproximação ao objeto de estudo e levantar dados parciais, tendo como interlocutores, atores sociais locais e observação in-loco.

A figura 1 (na página 5) representa o processo interdisciplinar do grupo de estudo da crise urbana, onde cada pesquisador construiu uma pergunta individual decorrente do problema comum de pesquisa. No caso, a nascente pesquisa está dentro da temática “Urbanização: Metropolização e periferização” propondo um diálogo com a problemática da habitação sob a ótica dos atores sociais envolvidos.

³ Além dos demais grupos de pesquisa existentes dentro do PPGMADE, como o que estuda a temática rural; o da Epistemologia Ambiental e o da Biodiversidade.

Figura 1 - Processo interdisciplinar do grupo de estudo da crise urbana da Turma IX do PPGMADE/UFPR



Fonte: Grupo da Crise Urbana. PPGMADE/UFPR (2011)

1.2. PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÃO CENTRAL

Apresentar e discutir a visão dos atores sociais (representantes do Poder Público, do setor Privado e moradores) acerca da implantação de uma política pública de habitação, em específico, o conjunto habitacional Jardim Europa localizado no município de Fazenda Rio Grande, que faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida, com ênfase na visão dos beneficiados, ou seja, os moradores transferidos das áreas de risco para o conjunto habitacional.

Considerando a análise empírica previamente realizada pela pesquisadora, em conjunto com o grupo de pesquisa de caráter interdisciplinar do PPGMADE, somada ao referencial teórico sobre a temática, pretende-se investigar e responder a seguinte questão:

Que elementos dos projetos dos conjuntos habitacionais construídos para a população de baixa renda, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida, resultam em melhorias nas condições de vida das famílias atendidas?

O argumento de defesa da tese é que haja vista a forma como os empreendimentos são implantados, em bairros longínquos, com infraestrutura urbana e serviços públicos precários, ocorre uma melhoria parcial na vida dos moradores, já que saíram das áreas de risco onde ocorriam enchentes. Entretanto a mudança para o conjunto reforça o sentimento de segregação social e isolamento dos moradores e convivência novamente com os riscos, de outra ordem que são relacionados à violência, tráfico de drogas e invisibilidade social.

1.3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA PESQUISA

A intenção do estudo é mostrar uma avaliação dessa política pública por meio de seus atores sociais, de forma qualitativa, uma vez que comumente é difundida de forma quantitativa, por meio de indicadores e metas, não revelando o sentimento e a visão de quem participa. Além disso, a ideia é que a pesquisa estimule o repensar e a constante melhoria das Políticas Públicas, contribuindo para seu monitoramento, avaliação contínua e eficácia.

Objetivos específicos:

- Contribuir para o entendimento acerca do processo de periferização do sul da Área de Concentração Populacional (ACP) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC);
- Apreender como eram as condições de vida dos moradores nas áreas de risco;
- Compreender a visão dos atores sociais acerca da implantação do Conjunto habitacional Jd. Europa;
- Verificar se houve melhoria nas condições de vida dos moradores a partir da sua relocação das áreas de risco para o conjunto habitacional.

Para isso, foram entrevistados gestores públicos, privados e moradores do Conjunto habitacional Jardim Europa em Fazenda Rio Grande/RMC.

1.4. MARCO TEÓRICO

Os pressupostos teóricos que serviram de referência ao estudo articularam de forma interdisciplinar a pesquisa coletiva e individual. O trabalho foi abordado sob diferentes campos do conhecimento, dialogando com o pensamento marxista, que segundo Minayo (2011):

Considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais. Enquanto método propõe a abordagem dialética que junta a proposta de analisar os conceitos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais. E também discute com a vertente da Sociologia compreensiva, que coloca como tarefa mais importante das Ciências Sociais a compreensão da realidade humana vivida socialmente. (MINAYO, 2011, p.23-24).

No decorrer do trabalho o conceito de indivíduo e ator social será apresentado e discutido por meio das diferentes teorias sociológicas clássicas e contemporâneas,

demonstrando a importância da estrutura social existente, e a possibilidade de exercício do papel do sujeito como indivíduo atuante, detentor de habilidades e de ação, coletiva e individual, por meio de sua representação social incorporando gestos, reflexões e produzindo conhecimento que dão sentido às suas atitudes e, portanto não apenas agentes da passividade.

Os conceitos fundamentais da pesquisa são os que buscarão compreender o significado de relocação; exclusão social; periferação; segregação territorial e riscos. Segundo o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR) publicado pela Cohapar (2012, p.15), relocação significa a remoção para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção. Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (casas, apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinados aos moradores removidos de assentamentos precários⁴ ou não-consolidáveis.

O fenômeno da exclusão social segundo Koga (2003, p.73) parece gerar o máximo da efemeridade humana. O desemprego, a ausência de direitos mínimos de sobrevivência, segurança, proteção social, a discriminação pela cor, pelo sexo, pela condição física/psicológica, partidária. Enfim, o grau de fragilidade a que a situação de exclusão social expõe o sujeito é tão grande que fere sua própria condição humana, sua condição de ser no mundo.

A cidade é entendida como espaço urbano capitalista, onde se dão diferentes usos da terra justapostos entre si, de cunho fragmentado e articulado. Segundo Correa (1989, p.11) é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. O modelo centro-periferia reforça a dualidade e aprofunda a desigualdade social, sendo as áreas centrais, dotadas de infraestrutura e serviços necessários, valorizadas pela sua localização, em detrimento das periféricas, mais baratas e distantes dos centros das metrópoles.

Para Marques e Torres (2005, p.31) o conceito de segregação possui três formas de compreensão⁵. Foi adotado em nossa pesquisa o terceiro sentido que os autores atribuem ao conceito que significa separação, ou homogeneidade interna e heterogeneidade externa na

⁴ Compreendem os cortiços, as favelas, os loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e os conjuntos habitacionais degradados. (PEHIS-PR, 2010, p.9)

⁵ Segundo Marques e Torres (2001) a primeira forma seria a segregação no sentido de total apartação e isolamento. Nesse sentido, a segregação pode estar associada às ideias de gueto ou cidadela, dependendo de os processos de segregação serem impostos por terceiros aos grupos sociais que são isolados, ou construídos como estratégia pelos próprios grupos em isolamento. Em ambos os casos há barreiras físicas a serem transpostas para sair (do gueto) ou para entrar (na cidadela), e muito frequentemente há estabelecimentos legais limitando a circulação e o acesso. A segunda forma é quando segregação significa desigualdade de acesso, em várias acepções da expressão. (MARQUES; TORRES, 2001, p.31).

distribuição dos grupos no espaço. Os autores afirmam que na produção brasileira sobre o tema, não é possível encontrar uma posição única sobre o problema, sendo a expressão utilizada tanto para designar separação quanto desigualdade de acesso. “A segregação residencial está muitas vezes associada à pior qualidade residencial, a riscos ambientais e a problema de saúde pública”. (MARQUES; TORRES, 2005, p.95).

O conceito de sociedade de risco na visão de Beck (2010, p.25) se coloca a partir da convergência dos processos de modernização em que se dá a produção de riqueza e a de riscos. Corroborando com isso, para Veyret (2007, p.25), “não é mais somente a natureza que engendra riscos maiores, é em primeiro lugar, a ciência e a técnica”. A autora pontua que existe uma grande variedade de riscos: riscos ambientais, riscos industriais e tecnológicos, riscos sociais, riscos econômicos, que ocupam todos, em graus variados, um lugar crescente nas decisões políticas.

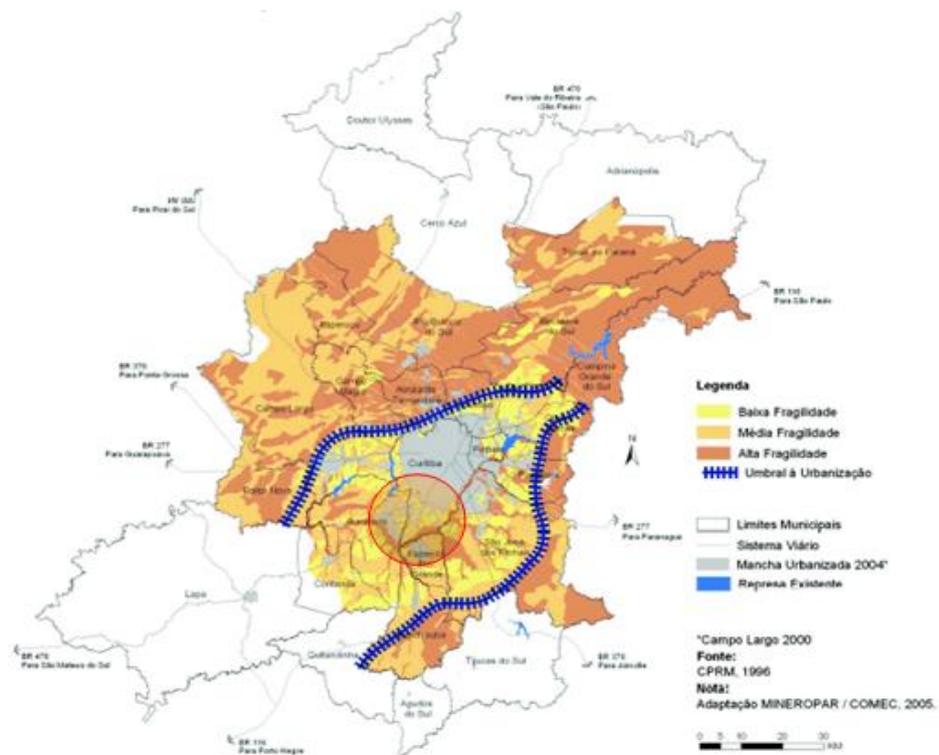
Além disso, dentro do arcabouço teórico detalhado acima, busca-se compreender o papel do indivíduo ou ator social, a partir de diferentes concepções teóricas da Sociologia, sua relação com as esferas de poder e participação; o conceito de território, como espaço de vida e do vivido, “onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder” segundo Koga (2003, p.33) e o de política pública como o campo de conhecimento que busca “colocar o governo em ação” (SILVA, 2012, p.18).

1.5. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

A definição da área do conjunto para estudo ocorreu de forma interdisciplinar, com avaliações de dados secundários em diferentes publicações institucionais e visitas a campo, realizadas por todos os pesquisadores envolvidos no Grupo de Estudo da Temática Urbana da Turma IX do PPGMADE, mesclando teoria e prática.

Esse recorte que representa a mancha urbana de caráter metropolitano é formado por porções dos municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande e Araucária, e se encontra inserida na Bacia do Alto Iguaçu. A Figura 2 (p.9) mostra o mapa de fragilidade à ocupação urbana da RMC, definido pela COMEC, no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMC de 2006. A área de estudo escolhida encontra-se circulada em vermelho.

Figura 2 - Mapa de Fragilidade à Ocupação Urbana da RMC – PDI 2006



FONTE: Adaptado de COMEC (2006)

De acordo com a Figura 2, o município de Fazenda Rio Grande possui áreas de baixa fragilidade em sua maior parte territorial, as áreas mais frágeis situam-se em áreas limítrofes com o município de Curitiba, no entorno de cavas e próximas de afluentes do Rio Iguaçu.

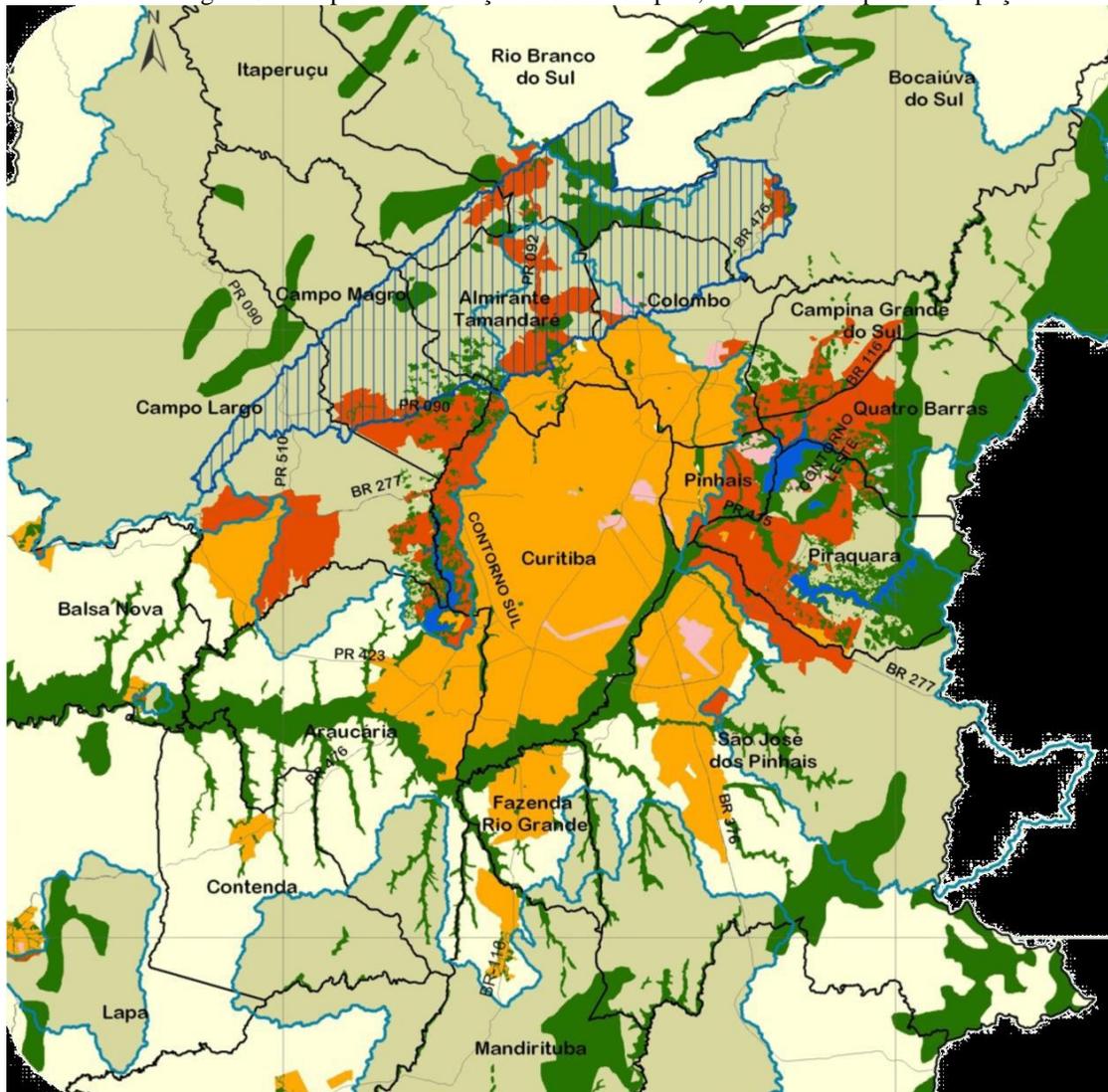
Para a delimitação do estudo de caso escolheu-se a área que compreende o conjunto habitacional Jardim Europa que localiza-se no bairro Eucaliptos, e seu entorno imediato, sendo observados os equipamentos públicos existentes ao seu redor: Escola Pública Municipal e Estadual; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Posto de Saúde e comércio local.

Em relação à disposição das áreas para uso, a Figura 3 (p.10 apresenta a determinação das áreas aptas, restritas e inaptas à ocupação (plano local de habitação de interesse social da prefeitura Fazenda Rio Grande, 2010) a partir das condicionantes físicas, bióticas e legais. Pode-se perceber que o município é majoritariamente urbano, existindo poucos remanescentes florestais e as áreas mais restritas são as que se localizam próximas dos rios que representam áreas de preservação ambiental.

Cumprе ressaltar que devido à ausência de políticas habitacionais eficazes no Brasil, as

áreas de preservação ambiental que deveriam cumprir uma função de reposição da vazão hídrica dos rios, são as que mais sofrem com as ocupações irregulares das populações de baixa renda para fins habitacionais, a partir de seu aterramento e erosão, perda das matas ciliares, contaminação por resíduos sólidos e pelo esgoto doméstico (LIMA, 2001, 2004), e por fim, tornando-se de risco para seus moradores, devido à ocorrência de enchentes.

Figura 3 – Mapa: Determinação das Áreas Aptas, Restritas e Inaptas à Ocupação



Fonte: COMEC (2006)

Os capítulos da tese discutirão temas que se complementam e se inter-relacionam, a partir de autores de diversas correntes de pensamento, sendo:

No Capítulo 1, é apresentada a trajetória interdisciplinar de pesquisa; a problemática; os

objetivos gerais e específicos; o marco teórico; aspectos metodológicos da pesquisa, e a delimitação do estudo de caso.

No Capítulo 2, como marco introdutório, será apresentado o contexto global, a partir da discussão entre o fenômeno da globalização, no meio urbano, e sua relação com a pobreza e a sociedade de risco. Em seguida, se discutirá o tema indivíduo e sociedade no contexto moderno e contemporâneo no âmbito da Sociologia e a interface com a questão socioambiental e da habitação. Além disso, serão apresentados aspectos do processo de metropolização e periferização da Região Metropolitana de Curitiba.

No Capítulo 3, será apresentada e discutida a metodologia adotada, elementos da pesquisa qualitativa, no âmbito coletivo e individual; tendo como cenário o município de Fazenda Rio Grande (lócus da pesquisa), a partir de seu processo de urbanização e habitação social.

No Capítulo 4, serão apresentados aspectos das Políticas Públicas de habitação em Fazenda Rio Grande, em específico o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, em desenvolvimento no município, bem como a visão dos atores sociais envolvidos, no caso, representantes do Poder Público, setor privado e moradores, com ênfase no último segmento.

No Capítulo 5, será apresentada uma análise e discussão acerca da construção e dos resultados da pesquisa abrangendo os aspectos teóricos e empíricos. Nesse capítulo a tese proposta é defendida.

No Capítulo 6, serão apresentadas as considerações finais que salientam os aspectos principais e conclusões da tese e do trabalho no seu todo.

CAPÍTULO 2: GLOBALIZAÇÃO, RISCOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS E MORADIA

2.1. ASPECTOS DA GLOBALIZAÇÃO: POBREZA E SOCIEDADE DE RISCO

De que maneira a forma como as pessoas habitam as cidades sofrem influência do contexto social, econômico e político vividos por elas? E de que maneira agem sobre esta situação? Qual é o papel do Estado nesse cenário? No decorrer deste capítulo tentar-se-á refletir sobre essas questões.

Na atualidade estamos inseridos no cenário da globalização e os Estados, as corporações, as populações pobres ou ricas do globo são influenciadas por esse processo direta ou indiretamente, seja através dos alimentos que consomem, os empregos disponíveis, o nível de atendimento das Políticas Públicas, onde moram, etc.

Vive-se um momento complexo e desafiador na história da humanidade: apesar dos avanços técnico-científicos não se conseguiu assegurar para a maior parte da população do globo, que vive nas cidades, as condições básicas de vida: alimentação, habitação, educação, emprego. Ano após ano, vê-se que os recursos naturais sendo utilizados de forma irracional, contaminados e desperdiçados, além de grandes parcelas populacionais habitando lugares insalubres e inseguros. A desigualdade socioambiental cresce exponencialmente, sem a devida atenção e cuidado, de forma suficiente, empregados no planejamento urbano das cidades e na promoção de Políticas Públicas para combatê-la que alcancem condições adequadas de desenvolvimento social.

Para a compreensão da temática da globalização, será apresentada a visão de autores contemporâneos sobre esta questão, ressaltando aspectos positivos e negativos, sem a pretensão de esgotar o tema que é abrangente e em constante debate dentro das Ciências Sociais.

Segundo Santos a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. (SANTOS, 2011, p.23). Para o autor, no fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária.

Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a

unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. (SANTOS, 2011, p.24).

Sobre o motor único na história, entende-se que:

Esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo. (SANTOS, 2011, p.30)

Com a globalização, dá-se a prevalência da racionalidade econômica sobre todas as outras esferas da vida (social, ambiental, cultural), segundo Ianni (2004, p.28). São “princípios” e objetos que se difundem por todas as esferas do tecido social, desde o público ao privado, da fábrica ao banco, da escola à igreja, do entretenimento à informação, dos aparelhos estatais à família. Nesse sentido, naturaliza-se a pobreza e a desigualdade, como se fossem fenômenos esperados e sem solução.

Apesar da difusão mundial de um contexto que promulga a aparente vitória da eficiência, do progresso e da racionalidade econômica, Milton Santos (2011), afirma que para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades, atingindo países ricos e pobres. “O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes” (SANTOS, 2011, p.19).

É evidente que a iniquidade da distribuição da riqueza mundial se agravou nas duas últimas décadas. “Segundo as estimativas das Nações Unidas, cerca de 1 bilhão e meio de pessoas (1/4 da população mundial) vivem na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2 bilhões vivem apenas com o dobro desse rendimento”. (SANTOS, 2005, p.34).

Ianni (2004) afirma que o impacto negativo da globalização se dá também nos países desenvolvidos. São manifestações da questão social como um dilema mundial e não apenas nacional. Ocorrem tanto em países da África, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania, como nos remanescentes do mundo socialista, do bloco soviético. Mas ocorrem inclusive nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América do Norte.

Para Davis (2006), o que está havendo é a globalização da pobreza, a partir do processo de generalização de favelas pelo mundo. Em sua análise, segundo dados do relatório “O desafio das favelas” publicado pela ONU em 2003, pelo Programa de Assentamentos Humanos das

Nações Unidas (UN-Habitat), observa que em 2001 havia cerca de 921 milhões de favelados, e mais de 1 bilhão em 2005, em decorrência do processo de favelização em âmbito global.

O autor chama a atenção para o fato de que as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades-luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração (DAVIS, 2006, p.29).

A questão da moradia social vai além da casa propriamente dita. “Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança”. (DAVIS, 2006, p.39). O financiamento de imóveis destinado às famílias de baixa renda deve levar em conta os elementos anteriormente citados para que haja efetividade na Política habitacional, sem o que estimulará a venda ou o abandono dos imóveis, pois é fundamental que haja habitação popular em bairros que possibilitem acesso aos serviços, equipamentos públicos, mercado de trabalho e transporte público de qualidade.

Outra questão sobre a pobreza urbana no mundo global é que grande parcela da população de baixa renda ainda tem dificuldade em acessar o financiamento habitacional, tendo que pagar aluguéis ou morar em bairros longínquos, em alguns casos ocupando áreas irregulares, próxima de rios; de proteção ambiental, onde os terrenos são baratos. São áreas públicas ou privadas, onde o Estado comumente está ausente e não consegue realizar a fiscalização da área de forma efetiva.

Além da pobreza, do desemprego e da exclusão social, as populações mais pobres serão duplamente afetadas com a crise socioambiental, pois, “os riscos relacionados ao clima, afetam desproporcionalmente as populações pobres e vulneráveis, moradores de favelas e de invasões nas encostas, em áreas mal drenadas ou baixadas litorâneas”. (HOGAN; MARANDOLA, 2009, p.80).

Além dos riscos socioambientais que afetam as populações pobres em busca de moradias em locais impróprios, principalmente nos países periféricos do globo, a sociedade atual se transformou em sociedade de risco, com o advento da modernização tardia onde ao lado da produção social de riquezas produz-se o risco.

O processo de modernização torna-se “reflexivo”, convertendo-se a si mesmo em tema e problema. Às questões do desenvolvimento e do emprego de tecnologias (no âmbito da natureza, da sociedade e da personalidade) sobrepõem-se questões do “manejo” político e científica – administração, descoberta, integração, prevenção,

acobertamento – dos riscos de tecnologias efetiva ou potencialmente empregáveis, tendo em vista horizontes de relevância a serem especificamente definidos (BECK, 2010, p. 24).

Para Beck (2010) dá-se uma mudança no caráter do risco da sociedade atual em relação ao contexto passado, pois na era industrial do século XIX os riscos eram conhecidos e encarados como previsíveis, e na contemporânea são situações em âmbito global e imprevisíveis, advindas da tecnologia genética, nuclear e química. Trata-se de “situações de ameaça global, que surgem para toda a humanidade com a fissão nuclear ou com o acúmulo de lixo nuclear” (BECK, 2010, p.25). Outro aspecto apontado, é que os riscos atingem a todos, independentes de região ou classe social: ricos e pobres, brancos e negros; mulheres ou homens; dos países centrais ou periféricos, etc. Os riscos estão dispersos e presentes em quase todos os lugares: seja pela degradação dos recursos naturais, na poluição do ar, da água e do solo; nos pesticidas, na produção industrial de alimentos transgênicos; condições de vida precárias, entre outras.

A sociedade de risco aprofunda e agudiza as já vulneráveis condições de vida da população pobre fazendo com que os riscos sejam consolidados e colocados em um novo patamar. Para Beck, “os riscos parecem reforçar, e não revogar, a sociedade de classes” pois (...) “o risco de tornar-se desempregado é atualmente consideravelmente maior para quem não tem qualificações do que para os que são altamente qualificados”. (BECK, 2010, p.41).

Entretanto, os setores de maior nível de renda podem até tentar contornar os riscos, mas segundo Beck, não estão à salvo, pois eles possuem uma “tendência imanente à globalização” e à generalização. Como afirma Beck (2010, p.49) “situações de classe e situações de riscos se sobrepõem”. O consumo de produtos agrícolas, por países ricos, advindo de países pobres faz com que o risco volte-se contra a sua produção e distribuição, fazendo com que “a sociedade global se reduza a comunidade de perigos”. (BECK, 2010, p.53).

A necessidade de se repensar as cidades e construir alternativas aos desafios existentes, diante do cenário da globalização, da pobreza e dos riscos é apontada por Harvey *et al* (2013, p.32) onde afirma que o direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais.

2.2. A QUESTÃO GLOBAL-LOCAL

Com o advento da globalização dá-se o repensar do papel do Estado e da economia, causando mudanças de cunho econômico dos países, em prol da atuação em blocos, sob a lógica de uma nova ordem mundial, somado ao surgimento das novas tecnologias. No campo cultural,

vem à tona a diversidade existente, o fundamentalismo religioso como resposta dos movimentos sociais locais e a preocupação com o meio ambiente.

Diante deste contexto, Sassen (2010) aponta que novos temas para estudos podem aparecer: “(...) o surgimento de novas tecnologias da informação, a intensificação de dinâmicas transnacionais e translocais e a presença e voz fortalecidas de tipos específicos de diversidade sociocultural”. (SASSEN, 2010, p.88)

A partir do cenário da globalização, intensifica-se a relação entre a dimensão global-local, ou seja, a conexão entre o que está acontecendo no mundo e o que ocorre na minha cidade ou no meu bairro (a relação entre o global e o local). Bauman (2009, p.32) destaca que com a globalização as cidades se tornaram receptáculos das políticas de cunho macro que são decididas nas grandes metrópoles, pelas corporações, revelando a incapacidade dos gestores públicos na resolução dos problemas locais. O poder de ação do indivíduo neste caso é visto como limitado, pois as resoluções dos conflitos estariam na esfera global. O autor apresenta uma visão cética sobre a atualidade e chama a sociedade de modernidade líquida onde as instituições como o Estado, por exemplo, são frágeis e fragmentadas.

Boaventura de Sousa Santos (2006) corrobora com Bauman (2009) quando afirma que a globalização representa “a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa”. O aspecto global deste fenômeno, segundo o autor, advém da emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na globalização da produção levada a cabo pelas empresas multinacionais, gradualmente convertidas em atores centrais da nova economia mundial.

Segundo Sassen (2010), Ianni (2004), Santos (2011), o fenômeno da globalização traz consigo características diversas entre si, frente aos países, que resultam em impactos positivos e negativos ao mesmo tempo, se inter-relacionando tanto na escala global como na local, resultando em processos contraditórios como a riqueza, pobreza, crescimento, desigualdade social, estabilidade econômica, crise, aumento da comunicação, segregação socioespacial, entre outros.

A complexidade do fenômeno da globalização é analisada por Ianni (2004) que aponta que “O que está em causa, quando se fala em mundialização, planetarização, globalização, globalidade ou globalismo, é uma ampla e profunda transformação geral, envolvendo a economia e a sociedade, a política e a cultura, a ecologia e a demografia, as línguas e as religiões”. (IANNI, 2004, p.23). O dilema segundo Ianni (2011) é esclarecer as implicações

metodológicas e teóricas, sem esquecer as ressonâncias epistemológicas, envolvidas na constatação de que o objeto das ciências sociais mudou de figura, desenvolveu-se, complicou-se.

Contrariamente a tendência atual em que se promulga “pensar global e agir local”, dentro do contexto ambiental, Brandão (2007) diz que continua mais do que nunca importante pensar em projeto nacional de desenvolvimento. “É preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento”. (BRANDÃO, 2007, p.36). Apesar disso, sabe-se que a resolução destes problemas depende cada vez mais de arranjos políticos setoriais, regionais e transnacionais, que possuem suas regras de funcionamento e de ação na esfera global. Dessa forma, as mudanças globais ambientais e socioeconômicas estão inter-relacionadas.

Vê-se que não há um consenso sobre a busca de soluções ou alternativas frente ao quadro de desolação, no âmbito social, imposto pela globalização planetária e o acirramento das contradições sociais. De um lado há os que acreditam no desenvolvimento de ações e Políticas de cunho desenvolvimentista e de natureza macro, de outro, os que defendem as ações locais e as encontradas nas brechas do sistema em questão, de nível micro.

Segundo Harvey *Et al* (2013, p.32) recentemente, toda sorte de inovações e experimentações com formas coletivas de governança democrática e de decisão comunal têm emergido na cena urbana. Falamos de experiências que vão desde o orçamento participativo de Porto Alegre e de muitos outros municípios que levariam a sério os ideais da Agenda 21 (de cidades sustentáveis formuladas nos acordos ambientais do Rio de Janeiro), passando por comitês de vizinhos e associações voluntárias que progressivamente se colocam a cargo de espaço públicos e comunitários, até as heterotópicas⁶ ilhas de diferença que excluem poderes corporativos (tais como o Walmart) e que constroem sistemas locais de troca econômica ou comunidades sustentáveis, o âmbito de experimentação é vasto.

O desafio aponta para a necessidade da compreensão dos problemas, de acordo com sua escala, de forma interdisciplinar em direção a um novo tipo de racionalidade que integre a esfera social, ambiental e econômica, buscando a superação da dicotomia entre desenvolvimento e meio ambiente e a implementação de Políticas Públicas que deem resposta aos desafios levantados.

⁶ Segundo o dicionário Aulete este conceito refere-se à aparição de algum fenômeno em um ponto em que não se costuma verificar.

O desafio da construção de uma racionalidade ambiental que supere as dicotomias existentes será desenvolvida, a seguir, quando será apresentada a contribuição da Sociologia nesta discussão, a partir da relação indivíduo e sociedade, desde a concepção clássica moderna até a atualidade, frente aos seguintes aspectos: o papel do sujeito e da estrutura social, as relações de poder e a questão ambiental. É essa discussão que será feita a seguir. A análise destacará as semelhanças e diferenças nas visões de diversos autores.

Esta reflexão nos ajudará a compreender as diferentes visões sobre o papel do indivíduo na sociedade contemporânea, em específico o que habita as grandes metrópoles, como se relaciona com a sociedade, sua posição frente à crise socioambiental, bem como as possibilidades de mudança dentro da ordem social.

2.3. INDIVÍDUO E SOCIEDADE: O DEBATE MODERNO E PÓS-MODERNO

O interesse em se estudar a sociedade representada por fatos ou fenômenos sociais surge a partir da modernidade, na passagem do mundo feudal para o mundo capitalista, com as transformações culturais do Renascimento e, a partir da 2ª metade do século XVIII, com o advento da era industrial. É um cenário de grande transformação social, econômica e política, sobretudo na Europa, resultando na constituição de uma sociedade classista, baseada na produção mercantil e com muitos conflitos sociais.

A sociedade moderna exemplificava seus feitos apresentando uma versão da história considerada segura, linear, e evolucionista, assentada em valores morais que garantissem a ordem e a tradição, por meio de instituições fortes como o Estado, a Igreja, a Escola, entre outros.

Nesse cenário de instituição da modernidade e da Sociologia, conjuntamente, surgem as primeiras teorias para explicar a relação indivíduo e sociedade, na maioria das vezes, de forma antagônica, ora sobressaindo-se a visão de um indivíduo que age de forma passiva frente à estrutura social dada, ora de forma ativa, a partir de suas intenções e subjetividade.

A figura do indivíduo só aparece com a constituição da Metrópole, segundo Mocellin (2007) “Para Simmel, somente com a modernidade que realmente pode-se falar de individualismo ou individualização. Não que as pessoas particulares não fossem indivíduos anteriormente, mas que somente puderam entender-se como tais e se diferenciarem com a emergência da modernidade e da vida na grande cidade”. (MOCELLIN, 2007, p.107).

Sobre o surgimento da modernidade e como esse momento representou sinônimo de

evolução e progresso econômico, Kumar (1997) afirma que ela “significava rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos”. (KUMAR, 1997, p.91)

É neste cenário de turbulência social, a partir do século XIX, que surge o trabalho de Émile Durkheim, sociólogo francês, considerado um dos pais da sociologia moderna, que possibilitou o estudo dos fenômenos sociais reconhecido como um campo científico, racional, distinto da Psicologia, interessado em descobrir as relações entre causa e efeito. Influenciado pelas ciências naturais e pelo Positivismo, Durkheim concebe a sociedade como um organismo social, um sistema integrado, em que cada parte possui uma função, a qual possibilita o funcionamento do todo, de maneira harmoniosa e equilibrada. Para que o sistema persista as instituições devem ser fortes para que se evitem possíveis desequilíbrios e a desintegração social. Os fatos sociais, segundo o autor, devem ser analisados de forma objetiva e distante, como “coisas”, sendo o papel do sociólogo como a de um físico social, com a preocupação em observar os fenômenos sociais e descobrir as leis gerais de funcionamento.

Segundo Durkheim, dá-se a primazia do coletivo sobre o individual, da estrutura sobre o indivíduo, sendo que a ação individual é vista apenas de forma residual. “Buscou, assim, aspectos que pudessem ser quantificados e identificados como causa”. (ZIONI *Et al*, 2005, p.48).

Em oposição ao pensamento de Durkheim que privilegia o coletivo em detrimento do indivíduo, Max Weber se assenta numa sociologia da compreensão, isto é, tem seu ponto de partida no sujeito e sua subjetividade. A sociologia compreensiva define os fenômenos sociais a partir das condutas individuais; o sentido da ação é, assim, considerado como o sentido subjetivo que o ator lhe comunica. Trata-se de uma perspectiva fenomenológica. Cabe salientar os estudos de Max Weber sobre o papel das organizações na sociedade moderna como um sinal da contínua racionalização da vida diária.

Diferentemente da análise fenomenológica, Karl Marx analisa a relação indivíduo e sociedade com viés objetivista e materialista. Segundo ele, o homem é produto das relações econômicas (e estruturantes) e de poder, sendo que a sociedade aparece dividida por classes em constante luta social. Dentro desta lógica a única possibilidade de mudança é por meio da revolução e o surgimento de um Estado governado pelos proletários. Dessa forma, a ação do indivíduo independe de sua vontade, pois é resultado de sua posição social. Foi criticado por muitos por fazer uma abordagem mecanicista e economicista da história.

A esse respeito, comenta “teríamos, então, de um lado, uma “superestrutura” (na qual

se incluiria a “consciência social”) mergulhando suas raízes em uma “infraestrutura” (“a estrutura econômica”) (CORCUFF, 2001, p.14)”.

Por outro lado, Pierre Bourdieu pretende superar a visão objetivista e fenomenológica, do pensamento sociológico da modernidade, articulando de forma dialética a relação entre ator e estrutura social, abordagem chamada por ele de conhecimento praxiológico. O indivíduo é visto como agente social, portador de interesse, e de estratégia de ação, agindo de acordo com o habitus. “O habitus tende, portanto, a conformar e a orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram”. (BOURDIEU, 1983, p.15)

Bourdieu usando elementos de Weber e Marx, aposta na ideia de um sujeito ativo, envolvido e interessado. Defende a teoria de que a sociedade funciona a partir dos jogos sociais. Os indivíduos ou agentes, para Bourdieu, são movidos por ações conscientes. Essa prática é criada pelo habitus do sentido do jogo. Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter o senso histórico do jogo (BOURDIEU, 1996, p.144). A sociologia de Bourdieu introduz, assim, junto às relações de interação, a questão do poder, frequentemente negligenciada por escolas como o interacionismo simbólico.

A partir da breve análise acerca do trabalho dos autores modernos, Durkheim, Weber, Marx e Bourdieu, viu-se que a relação indivíduo e sociedade é pensada de forma diversificada por estes, ora privilegiando-se a estrutura social sobre o indivíduo (Durkheim e Marx), ora destacando-se o papel do indivíduo em relação à sociedade (Weber e Bourdieu).

Diferentemente das abordagens anteriores, que compartilhavam o contexto histórico da Modernidade, os autores pós-modernos veem a relação indivíduo, sociedade e ambiente, sob um novo prisma característico da sociedade contemporânea. A partir da instauração do período pós-moderno, simbolizado como fim das certezas, com o advento da queda do muro de Berlim em 1989, verificam-se grandes mudanças sociais e políticas, sobretudo para a figura do Estado-Nação, com o advento da globalização, e a incorporação do elemento da complexidade para o entendimento dessa conjuntura, que “há simplesmente um fluxo um tanto aleatório, sem direção, que perpassa todos os setores da sociedade. As fronteiras entre eles se dissolvem, resultando, contudo, não em uma totalidade neoprimitivista, mas em uma condição pós-moderna de fragmentação”. (KUMAR, 1997, p.114).

Nesse contexto intitulado de “modernização tardia na qual a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos” (BECK, 2010, p.13-44) independente de classe social e dos lugares onde são produzidos. Há uma mudança profunda

na sociedade, onde se reelabora as noções de classe social; família e questões de gênero.

Beck ao fazer uma distinção entre a sociedade contemporânea e a sociedade moderna observa inúmeras diferenças em relação ao papel do indivíduo; aos ideais e metas a serem alcançadas. Na sociedade de risco o papel da política torna-se ambíguo, pois não está clara a existência de um projeto de sociedade: “as ameaças intensificam-se, mas elas não se convertem politicamente num conjunto de medidas preventivas de superação do risco”. (BECK, 2010, p.58).

Se na sociedade moderna o sujeito político era o proletariado, hoje isso é declinante. Se havia o ideal da igualdade, entendida como igualdade de oportunidade, na sociedade atual é o da segurança. A marca da sociedade passada era representada pela desigualdade, a da atual é por ser insegura. A utopia de outrora era conhecida pela igualdade e por propor alterações sociais, a de agora reside na utopia da segurança e de se evitar o pior. A força motriz da sociedade de classes era representada pela luta contra a fome, a da atualidade é ilustrada pelo sentimento do medo. “O sonho da sociedade de classes é: todos querem e devem compartilhar do bolo. A meta da sociedade de risco é: todos devem ser poupados do veneno”. (BECK, 2010, p. 60)

Dessa forma, a ação depende muito mais do indivíduo, do que da estrutura social, com isso gera-se o processo de individualização social, em que cabe a cada indivíduo aprender a lidar com os desafios, tendo êxito ou não. “A intensificação e a individualização das desigualdades se entrelaçam. Como consequência, problemas sistêmicos se convertem em fracassos pessoais e se decompõem politicamente com os desafios colocados”. (BECK, 2010, p.109-110).

Segundo Beck (2010), aqui (pós-anos50) começa a fragmentar-se a unidade complexa e precária da “comunidade mediada pelo mercado” e marcada por divisões estamentais que Max Weber resumiu sob o conceito de “classes sociais”. Seus diversos elementos são diluídos ou alterados, ao ponto de não poderem mais ser reconhecidos, por meio da dependência crescente em relação à educação, das imposições e oportunidades de mobilidade, da expansão das relações de concorrência, etc. (BECK, 2010, p.127).

A sociedade de risco é caracterizada portanto, por ser de certa forma frouxa em relação à segmentação por classe. Nesse sentido, Beck afirma que a consciência do risco e a mobilização se desenvolvem em grupos sociais afetados que são bem formados e ativamente informados, advindos de países mais ricos que não sofrem carência material.

Os sociólogos Giddens (2003), Touraine (1992) e Bauman (2007), nomeiam este

período de forma distinta e concordam que ela representa um cenário de profunda incerteza e insegurança no contexto histórico, político e social.

Giddens (2003, p.73) irá se referir a este período como sociedade pós-tradicional, (o que para Beck significa modernidade reflexiva). Touraine (1992) destaca que o contexto da Sociedade Programada como chama a pós-modernidade, dá-se a substituição da sociedade pela ideia de mercado. “Ela reduz a sociedade a um mercado e a um fluxo incessante de mudanças, mas não dá conta dos comportamentos que escapam a este reducionismo” (TOURAINÉ, 1992, p.217). Enquanto Bauman (2007, p.7) a chamará de modernidade líquida moderna. “Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir.

Para Giddens (2003, p.94), significa viver em uma sociedade não tradicional, ou seja, não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir. Para Touraine (1992, p.224) dá-se o trunfo de uma instrumentalidade tornada ação estratégica, o refúgio na vida privada e a globalização ecologista dos problemas levantados pela tecnologia, formam, em conjunto, um campo social onde se separa as relações sociais propriamente ditas, orientadas para outros agentes sociais, das relações consigo próprio e com a natureza. Para Bauman (2007, p.16-17) é o mundo em descontrole. A vida líquida é uma vida de consumo. Projeta o mundo e todos os seus fragmentos animados e inanimados como objetos de consumo, ou seja, objetos que perdem a utilidade (e, portanto, o viço, a atração, o poder de sedução e o valor) enquanto são usados.

Giddens (2003) rompe com as abordagens sociológicas anteriores sob a égide do estruturalismo e funcionalismo, apontando nas práticas dos atores sociais o centro da sua teoria da estruturação em que “não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas ordenadas no espaço e no tempo. As atividades sociais humanas, à semelhança de alguns itens auto-reprodutores na natureza, são recursivas”. (GIDDENS, 2003, p.3). Para o autor, as atividades sociais humanas são recursivas e dotadas de reflexividade: “A ação é um processo contínuo, sem fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia”. (GIDDENS, 2003, p.11).

Giddens (2003) pensa a relação ator-sociedade de forma que mescle dependência e autonomia, já que há uma dualidade existente. Atribui grande importância ao papel do indivíduo que exerce diversos papéis sociais: ator, planejador, redes sociais, compromissos e convicções. O indivíduo é visto como um ator social cuja ação envolve poder no sentido de capacidade

transformadora. Além disso, a ação do indivíduo é dotada de “individualização”, ou seja, contendo conhecimento e iniciativa suficiente para caminhar e buscar saídas dentro de um mundo incerto e inseguro.

O fenômeno da individualização está conectado com a questão que Giddens aponta sobre a sociedade de risco, resultante da sociedade industrial (moderna). “Na sociedade de risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da “racionalidade” “. (GIDDENS, BECK, LASH, 1997, p. 1)

A ideia do indivíduo como ator social está presente no pensamento de Touraine (1992), que vê no período da pós-modernidade ou sociedade programada, a retomada da ideia de sujeito e a possibilidade deste se transformar em agente. Para Touraine (1992, p.247), o agente não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas sim aquele que modifica o meio material, e, sobretudo social, no qual está situado, transformando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais.

Bauman (2007) difere das análises de Giddens e de Touraine sobre a ideia de individualização. Vê o indivíduo como um ser sitiado, que não consegue estabelecer vínculos seguros e exercer sua individualidade. Aponta a contradição social que existe em nossa sociedade. “Nossa “sociedade de indivíduos – nossa sociedade individualizada”-, de todos que se exige que sejam indivíduos, e de fato é isso que nós desejamos e tentamos”. (BAUMAN, 2007, p.27). A individualidade é vista como um privilégio, produto de uma sociedade desigual, no contexto de uma sociedade consumista, que funciona a partir do julgamento e avaliação de seus membros principalmente por suas capacidades e sua conduta relacionadas ao consumo.

Um privilégio dentro de cada uma das sociedades, quase autônomas, em que o jogo da auto-afirmação é levado à frente por meio da separação entre os consumidores “emancipados”, plenamente desenvolvidos – lutando para compor e recompor suas individualidades singulares a partir das “edições limitadas” dos últimos modelos da alta-costura-, e a massa sem rosto dos que estão “presos” e “fixos” a uma identidade sem escolha, atribuída ou imposta, sem perguntas. (BAUMAN, 2007, p.39).

Enquanto Giddens e Touraine defendem a ideia de um indivíduo-ator, Bauman (2007) aponta certo pessimismo com a individualização, na modernidade líquida moderna, sendo esta um fim nela mesma, representando reprodução e manutenção da ordem por meio do consumismo.

Os três autores apontam a pós-modernidade como um cenário complexo, inseguro e de riscos, em que a ideia de indivíduo e de sua individualização ganha destaque. É um momento contraditório, pois apesar do contexto de insegurança e fragmentação, há espaço para que novas práticas sociais sejam formuladas e criadas, podendo representar novas perspectivas na ordem social.

Na era da incerteza, os indivíduos não são identificados pela classe social a que pertence como ocorria na sociedade industrial moderna do século XVIII e XIX. Não existem modelos ou papéis a serem seguidos. O ator social ou agente do mundo pós-moderno é aquele que consegue modificar o contexto social no qual está situado, contando apenas com sua estratégia individual, para atingir seus objetivos. Por sua vez, o exercício da individualidade é visto como sinônimo de privilégio e permeado por relações de consumo, já que poucos setores sociais têm acesso aos bens materiais e à riqueza produzida. Sendo os excluídos vistos como “massa”.

Os excluídos do movimento incessante das inovações e da decisão, segundo Touraine (1992, p.218), já não se apoiam numa cultura de classe, num meio operatório ou popular. Já não se definem por aquilo que fazem, mas por aquilo que não fazem: pelo desemprego e pela marginalidade. Esta sociedade da mudança é também uma sociedade de miséria e de imobilidade. Estes excluídos são, por vezes, devorados pela anomia por vezes enveredam pelo caminho da delinquência, cada vez mais integrados em comunidades étnicas ou de vizinhança.

A partir das leituras e discussões realizadas, elaborou-se um quadro resumo mostrando as principais abordagens sociológicas sobre a relação indivíduo e sociedade, dentro do contexto moderno e pós-moderno. Esse esforço irá contribuir para a compreensão do papel do indivíduo no mundo atual, sobretudo aquele que habita o conjunto popular, objeto de nossa pesquisa.

Quadro 1 - Abordagens sociológicas sobre a relação indivíduo e sociedade

| Autor | Indivíduo/Sociedade | Categorias de análise/conceitos |
|---|--|---|
| SOCIEDADE MODERNA | | |
| Emile Durkheim (1858-1917) – Sociologia Positivista; Funcionalista/Objetivista; Estruturalista. | Ser indivíduo é ser social; Simplex executor da estrutura (resíduo); Ação é subproduto da abstração. | Fato social, Ordem; Anomia; Objetividade; Coerção social; Coesão social; Divisão social do trabalho; Solidariedade orgânica e Mecânica; Consciência coletiva. |
| Max Weber (1864-1920) – Sociologia Compreensiva/fenomenológica | Sentido da ação de acordo com o sujeito. Mundo social como uma rede de intersubjetividade. Eu/“outro”. | Ação social; Sentido; Subjetividade; Autonomia; Racionalidade; Burocracia. |
| Karl Marx (1818-1883) – Objetivismo | Indivíduo como produto das relações sociais de produção. | Materialismo histórico; Superestrutura; Infraestrutura; Fetichismo da mercadoria; Capital; |

| | | |
|---|---|--|
| | | Alienação; Exploração; Luta de classes; Ditadura; Revolução; Dialética. |
| Pierre Bourdieu (1930-2002) – Sociologia da reprodução/da prática | Agente social; Sujeito ativo, envolvido, portador de interesse. A prática não é uma reação mecânica. Ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um habitus (modus operandi). | Conhecimento praxiológico; Ideias; Práticas; Instituições; Habitus; Campo; Poder; Reprodução; Consenso; Autonomia. |
| SOCIEDADE PÓS-MODERNA | | |
| Anthony Giddens (1938-) | Ator Social – controla e regula continuamente o fluxo de suas atividades; Agente intencional; Ação humana é recursiva, ela é criada e recriada por atores sociais dentro de uma estrutura; Prática social. | Teoria da estruturação; Recursividade; Reflexividade; Racionalização; Motivação; Consciência prática; Regras; Estrutura; Sistema social; Individualização; Sociedade de risco. |
| Ulrich Beck (1944-) | A ação depende muito mais do indivíduo, do que da estrutura social, com isso gera-se o processo de individualização social, em que cabe a cada indivíduo aprender a lidar com os desafios, tendo êxito ou não. | Sociedade de risco; Reflexividade; Modernização tardia. |
| Zygmunt Bauman (1925-) | Indivíduo fragmentado; sitiado; Sociedade de consumidores. | Modernidade líquida moderna; Consumo; Privilégio; Ambiguidade; Ambivalência; Individualidade; Globalização. |
| Alain Touraine (1925-) | Os agentes da modernização são a nação, a empresa e o consumidor. A ideia de sociedade é substituída pela de mercado. Separação entre subjetivação e racionalização. Diferenciação social pelo pertencimento étnico. Separação entre vida pública e vida privada. Ausência de categorias sociais e fim das grandes narrativas. Sociedade sem agentes. | Sociedade programada; Ultra-modernidade; Predomínio da razão instrumental; Exclusão social; Conceito de indivíduo como apenas a unidade particular; Sujeito é a vontade de um indivíduo em agir. Agente é aquele que modifica o meio material e social nos quais está situado. Ideia de sujeito enquanto movimento social e oposição à lógica de dominação social |

Continuação da p. 25 Fonte: A autora (Dezembro, 2012)

Viu-se que na maioria das vezes, a relação indivíduo-sociedade foi vista de forma polarizada pelas Ciências Sociais. Ora se privilegiou a estrutura sobre o indivíduo, ora o

indivíduo sobre a estrutura. Por fim, houve também a proposta de se integrar os dois pólos vistos como complementares ou interdependentes.

As principais abordagens sobre a relação indivíduo-sociedade no contexto da Modernidade possuíam os seguintes enfoques:

- Objetivo, sendo o indivíduo visto como reflexo do coletivo. Corrente de pensamento representada por Émile Durkheim;
- Subjetivo, sendo o indivíduo visto a partir de sua subjetividade. Ou seja, a ação social nas diversas esferas econômicas, sociais e políticas da sociedade, está relacionada a produção de sentido que lhe são pertinentes. Corrente de pensamento representada por Max Weber.
- Objetivo e materialista, concebendo o indivíduo como reflexo da estrutura social dominante. Corrente de pensamento representada por Karl Marx;
- Pragmático, vendo o indivíduo como um agente social ativo que possui um habitus e atua dentro de um campo. Corrente de pensamento representada por Pierre Bourdieu, que segundo Ferreira (2006, p.19), propõe uma teoria da prática na qual as ações sociais são concretamente realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global.

No contexto da pós-modernidade, os enfoques sobre a relação indivíduo e sociedade são os seguintes:

- Reflexivo, onde o indivíduo é visto como um ator social que age de forma reflexiva sobre seus atos. Corrente de pensamento representada por Ulrich Beck;
- Crítico, em que o indivíduo é visto em um contexto sitiado, sendo a individualidade impossível de ser exercida e as relações sociais permeadas pelo consumo de produtos. Corrente de pensamento representada por Zygmunt Bauman;
- Ambivalente, pois vê a sociedade como fragmentação do sujeito e a razão, mas com a possibilidade do surgimento do sujeito ou agente. Um indivíduo não é um Sujeito, mas pode tornar-se Sujeito, se se encontrar a si mesmo através das situações por que passou. Ou seja, depende da postura e da ação que o indivíduo adotar. Corrente de pensamento representada por Anthony Giddens e Alain Touraine.

A despeito das diferentes abordagens sobre a relação entre indivíduo e sociedade apresentadas neste trabalho, mostra-se a existência de uma pluralidade de concepções que enriquecem a análise social, sendo que as contradições não se encerram nelas mesmas, resultando em uma espécie de fim da história. Outros contextos históricos anteriores também se mostravam aparentemente sem saída ou solução, e não foi o caso. Na pesquisa é defendida

a concepção do geógrafo Milton Santos sobre a necessidade de se repensar o modelo de globalização vigente e lutar pela criação de um novo tipo de sociedade mais humana e menos desigual.

Essa discussão será retomada novamente no capítulo 4 quando será abordada a visão dos moradores sobre a implantação do Conjunto habitacional Jd. Europa. Será discutida a seguir, de forma breve, como a questão ambiental inseriu-se na sociedade bem como sua transformação em problemática socioambiental.

2.4. A QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ATUAL

Com a proposta de libertar o homem do reino das necessidades a sociedade moderna instaura-se sob o modelo de produção capitalista, ou seja, baseado na dominação da natureza e exploração de recursos minerais e florestais que garantiram o crescimento econômico dos Estados Nacionais.

A natureza é vista como fonte inesgotável, algo a ser explorado, de âmbito externo à sociedade, que deve ser controlado e gerador de riquezas. “Sem o carvão como principal fonte de energia até princípios do século XX e o petróleo daquela época à atualidade, não haveria sido possível a Revolução Industrial, que permitiu incremento sempre crescente na produtividade do trabalho em geral e na geração de alimentos em particular”. (FOLADORI, 2001, p.196)

Nesse contexto, no campo científico, a questão ambiental foi tratada apenas como objeto de estudo das ciências biológicas e físicas, com foco restrito na relação entre os seres vivos e seu ambiente. Foladori (2001) ressalta que o distanciamento do homem em relação à natureza, na sociedade capitalista, resultou em “um processo de alienação do ser humano em face dos objetos por ele criados”. (FOLADORI, 2001, p.97).

Apesar da prevalência de uma visão utilitária da natureza, a preocupação com a degradação ambiental segundo Pelicioni *Et al* (2005) não é nova. Podem-se constatar ao longo da história diversos exemplos de denúncias em relação a impactos ambientais negativos provocados pela ação humana, bem como medidas que visavam seu controle.

Entretanto, a luta ambiental, organizada em associações de proteção e criação de áreas protegidas, surge na Europa e nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX. “Os primeiros grupos protecionistas, por exemplo, foram criados na década de 1860, na Grã Bretanha”. (PELICIONI *Et al*, 2005, p.355).

Ao contrário da crença de que a preocupação com o meio ambiente no Brasil só ocorreu no século XX, Pelicioni *Et al* (2005, p.355) destaca o trabalho do historiador José Augusto Pádua, que relata em seu livro que já existia uma preocupação ambientalista nas áreas das colônias – no Caribe, na Índia, na África do Sul, na Austrália, na América Latina –, onde estavam sendo implantadas práticas de exploração colonial predatórias.

Nesse contexto, inicia-se uma mudança em relação a percepção acerca da natureza. É um momento em que surgem vários movimentos sociais com visões diferentes acerca da relação sociedade/natureza, com influência de diversas áreas do conhecimento, como a Biologia, Filosofia e Sociologia. É o caso da Ecologia profunda, que ressalta a visão da natureza como um ente sagrado; a visão Preservacionista que defende a restrição da presença humana em áreas protegidas, como reservas e parques nacionais; até percepções mais flexíveis, como a Conservacionista, em que se admite o convívio equilibrado entre o homem e o ambiente, a partir do uso racional dos recursos.

Com a pós-modernidade e a difusão da crise ecológica, em escala global, em decorrência do desenvolvimento industrial, a sociedade do controle é obrigada a conviver com a imprevisibilidade, os desastres ambientais, resultando em um novo contexto, em que se começa a repensar o modelo de civilização. “Os desastres da “revolução verde” podem ser comprovados pela dependência alimentícia nos países do Terceiro Mundo que a implementaram. Mas os efeitos mais devastadores da aplicação imperialista da química à natureza foram sentidos durante a Guerra do Vietnã. (FOLADORI, 2001, p.176).

A partir da insuficiência do modelo predatório de crescimento que não leva em consideração o meio ambiente, que o vê apenas como uma externalidade, os gestores públicos e sociedade organizada começam a realizar uma série de reuniões para discutir a questão ambiental em nível internacional, já que é uma problemática que atinge a todos os países. “Em 1972 foi realizada em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Esta Conferência e as reuniões preparatórias que a antecederam firmaram as bases para esse novo entendimento a respeito das relações entre o ambiente e o desenvolvimento”. (BARBIERI, 1997, p.16).

O autor ressalta que na Conferência de Estocolmo em 1972 houve o embate entre as ideias dos malthusianos (acreditavam no esgotamento dos recursos naturais e a incapacidade do progresso techno-científico de superar isso) e dos cornucopianos (acreditavam na superação dos problemas de escassez em decorrência dos ajustes tecnológicos). Venceu a proposta de surgimento de um novo tipo de desenvolvimento a que se deu o nome de ecodesenvolvimento

e, posteriormente, desenvolvimento sustentável.

Esse outro desenvolvimento apoia-se em cinco pilares: a saber: deve ser endógeno, o que não quer dizer autárquico; deve basear-se em suas próprias forças; deve ter como ponto de partida a lógica das necessidades; deve se dedicar a promover a simbiose entre a sociedade humana e a natureza; e, por fim, deve estar aberto às mudanças institucionais. (BARBIERI, 1997, p.19).

O conceito de desenvolvimento sustentável representa a construção de um novo paradigma de desenvolvimento que ultrapassa a visão acerca da economia tradicional, baseada em estoques e fluxos de recursos naturais e de capitais, para incorporar a dimensão social, cultural, econômica e ambiental.

Segundo Barbieri (1997) para se alcançar estas dimensões da sustentabilidade, é necessário obedecer simultaneamente aos seguintes critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. (BARBIERI, 1997, p.45).

Além da questão da Sustentabilidade, outros temas foram objeto de discussão nas Conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizadas, como o da Educação Ambiental em Tbilisi em 1975. Já na Conferência do Rio de Janeiro em 1992, os destaques foram os documentos produzidos, envolvendo convenções, declarações de princípios e a Agenda 21, considerada um marco, pois convoca os países a se unirem em prol do desenvolvimento sustentável, apontando a necessidade de criação de estratégias, planos e políticas como medidas para se alcançar os objetivos propostos. “Esta Agenda 21, transformada em Programa 21 pela ONU, é um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável”. (BARBIERI, 1997, p.61).

Um ponto inovador da Agenda 21 é seu caráter participativo, pois defende a ideia de que a solução dos problemas socioambientais deve ser construída em conjunto com os atores sociais envolvidos, seja governamental ou não, em nível local, regional ou global, contribuindo para a construção de uma cidadania mais participativa e menos paternalista. No Brasil em 1997 foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 para acompanhar a implementação da Agenda 21 Brasileira “Essa nova Comissão selecionou seis áreas temáticas: cidades sustentáveis; agricultura sustentável, infraestrutura e integração regional, gestão de recursos naturais, redução das desigualdades sociais, e ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável”. (BARBIERI, 1997, p.66).

A partir da mudança do paradigma ambiental, de cunho biológico, em socioambiental, graças à crise da sociedade capitalista, que difundiu a incerteza e os riscos como elementos a serem compartilhados por todos, sem exceção, o tema socioambiental começou a ser difundido na sociedade como um problema a ser resolvido e a fazer parte do cotidiano dos moradores dos

grandes centros urbanos.

Deixou de ser apenas uma questão dos experts e peritos para ser discutida nas ruas, nas associações de moradores e debates públicos. Problemas como a escassez da água; poluição do ar; habitação em área de risco, geração de resíduos sólidos, entre outros, ganharam mais visibilidade e atenção. O lema “Pensar global, agir local” permitiu que novos atores sociais participassem da arena pública e interferissem na discussão de Políticas Públicas em vários níveis: global, regional e local, difundindo um caráter mais participativo na resolução dos problemas.

No meio urbano a questão socioambiental pode ser discutida de forma ampla relacionada com vários temas, entre eles: qualidade de vida, pobreza, habitação, degradação ambiental, segregação espacial, entre outros. Dá-se uma aproximação entre questão socioambiental e a qualidade dos assentamentos humanos⁷.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio, 1992), reforçam-se as iniciativas visando associar as duas questões. A Conferência Habitat II dá ênfase à questão urbana ambiental ao definir a sustentabilidade como princípio e assentamentos humanos sustentáveis como objetivo a ser perseguido. (CHAFFUN *et al*, 1997, p.28)

Segundo Chaffun *Et al* (1997) o que é novo, neste final de século, é a intensidade dos processos de degradação ambiental que acompanham a urbanização, resultando em crescente vulnerabilidade das cidades, problema agravado pela intensidade da concentração urbana.

Esse contexto fez com que as ciências sociais tomassem parte da discussão ambiental, adicionando o elemento humano como instrumento central para o questionamento do modelo de sociedade e o seu padrão de crescimento econômico e consumo. Começa-se a se pensar em novas formas de produzir conhecimento.

Surgem esforços no sentido de contribuir para a construção de outra racionalidade de caráter interdisciplinar, bem como práticas sociais e pedagógicas. Leff (2001) aponta a Epistemologia ambiental e o diálogo de saberes como possíveis caminhos a serem construídos nessa direção. “O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se

⁷ Segundo Barbieri (1997, p.100) esta discussão está presente no capítulo 7 da Agenda 21 “Promovendo o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos” no qual informa que os padrões de consumo das cidades nos países desenvolvidos representam pressões muito sérias sobre o meio ambiente global, enquanto no mundo em desenvolvimento os assentamentos humanos necessitam de mais matérias-primas e energia para superar o seu subdesenvolvimento.

inscreveram nas formas dominantes de conhecimento. (LEFF, 2001, p,18).

Nesse momento vários campos do saber incorporam a dimensão ambiental em seus estudos, diversificando e enriquecendo as discussões: Sociologia Ambiental, Economia Ecológica, Antropologia Ecológica, História Ambiental, Direito Ambiental, entre outros.

No caso da Sociologia, os pensadores clássicos estabeleceram as categorias centrais de discussão da ciência social, tais como sociedade; classe; indivíduo e Estado com grande afastamento do pensamento das ciências naturais, com ênfase em uma anti-biologia. Entretanto, para Buttel (2000) in Hannigan (2009), o legado deixado pela sociologia clássica é bem misturado: algumas das ferramentas inicialmente desenvolvidas pelos teóricos clássicos são necessárias, mas “em geral o principal da tradição clássica foi o de minimizar questões ecológicas e forças biofísicas”. (HANNIGAN, 2009, p.21).

Para Hannigan (2009, pg.27) cada um dos três amplamente reconhecidos “fundadores” da disciplina Sociologia – Durkheim, Weber e Marx – deu atenção a algum aspecto da natureza e da sociedade, mas isto não foi realmente definitivo no trabalho deles.

Catton e Dunlap no final dos anos 1970 cunharam a expressão Sociologia Ambiental⁸, enquanto campo de conhecimento específico, a partir do seu novo paradigma ecológico (NPE), que tinha como intuito pegar um atalho das divisões estabelecidas dentro da teoria sociológica, defendendo um enfoque que fosse menos antropocêntrico e mais ecocêntrico.

O interesse por este campo de conhecimento ganha força nos anos 1970 na América do Norte, dentro da área da sociologia rural, onde houve um corpo de pesquisa empírica sobre recursos naturais, somado a crescente popularidade do movimento ambientalista e a publicação do livro Primavera Silenciosa, de Rachel Carson.

Além disso, abre-se o leque de interesse sociológico com problemas ambientais para incluir assuntos relacionados à escassez de recursos e uso de energia. Hannigan (2009) afirma que nas décadas que se seguiram esta distinção tornou-se confusa e a sociologia ambiental agora tende a ser usada simplesmente para descrever “os tipos de trabalho que são conduzidos pelos sociólogos que se autoidentificam ambientais⁹”. “Depois de três décadas de atividade o estado da atividade ambiental hoje é ao mesmo tempo encorajador e decepcionante”. (HANNIGAN, 2009, p.28)

Segundo Hannigan (2009), a maioria dos assuntos empíricos de interesse para

⁸ Para Dunlap in Hannigan (2009) o foco da Sociologia Ambiental era para ser a importância das relações entre as sociedades industriais e o meio ambiente físico que elas habitam. (HANNIGAN, 2009:28).

⁹ Segundo Dunlap, há no mínimo nove paradigmas distintos competindo: ecologia humana, economia política, construcionismo social, realismo crítico, modernização ecológica, teoria da sociedade de risco, justiça ambiental, teoria ator-rede e ecologia política. (HANNIGAN, 2009, p.29).

sociólogos ambientais hoje são os mesmos que comandaram a atenção no passado: A natureza dos movimentos socioambientais; estados; políticas e formação de políticas ambientais; crenças e valores; os relacionamentos entre consumo e instituições e produção; os impactos recíprocos de sociedade e meio ambiente; o papel da tecnologia no social e mudança ambiental; e o significado do “global” em termos de “escala ambiental” e instituições sociais. (HANNIGAN, 2009, p.29).

A sociologia ambiental, segundo Buttel (2003) in Hannigan (2009, p.35) observa, passou por dois estágios distintos desde que apareceu nos anos de 1970 como uma discreta área disciplinar. No primeiro estágio o maior trabalho teórico foi identificar o fator mais importante que criou uma crise duradoura de degradação e destruição ambiental. Mais recentemente houve uma mudança significativa em direção a outro trabalho: descobrir o mecanismo mais eficaz de reforma ou desenvolvimento ambiental que ajude “a organizar o caminho em direção a arranjos socialmente mais seguros e ambientalmente corretos.

Hannigan (2009, p. 43) identifica dois grandes modelos que se destacam na discussão acerca da relação meio ambiente e sociedade: As teses da Sociedade de risco e da Modernização Reflexiva, de Beck e Giddens e a teoria de Mol e Spaargaren da Modernização ecológica.

Estas ideias retratam diferentes posições. De um lado, a modernidade é acompanhada dos riscos e com a reflexividade, a sociedade tem a capacidade de resolver os problemas que produz. No outro, a inovação tecnológica e o desenvolvimento de tecnologias limpas poderão resolver os problemas ambientais dos países.

A tese da Sociedade de risco defende a ideia de que os riscos e perigos produzidos como parte da modernização, especialmente a poluição, devem ser prevenidos, minimizados, dramatizados e canalizados. A modernização reflexiva é “uma teoria de poderes sempre crescentes dos atores sociais – ou atividade social – são estruturas de informação e comunicação” (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p.16).

Para Giddens (1997), na sociedade pós-tradicional o meio ambiente é visto como o resultado da dominação do homem sobre a natureza e, portanto da transformação do mundo natural. “O meio ambiente, que parece não ser mais que um parâmetro independente da existência humana, realmente é o seu oposto: a natureza completamente transfigurada pela intervenção humana”. (GIDDENS, BECK, LASH, 1997, p. 97)

A tese da Modernização Ecológica consiste em uma troca ecológica do processo de industrialização em uma direção que leva em conta a manutenção da base de sustentação existente.

Bauman (2004) se encaixa em uma vertente mais cética, se comparada aos dois modelos anteriormente apresentados, e que discute a problemática ambiental sob o prisma da escala global-local. A questão ambiental surge como resultado direto do consumismo que afeta a sociedade, e a produção ilimitada de lixo. “As cidades se tornaram depósitos de lixo para problemas gerados globalmente. Os moradores das cidades e seus representantes eleitos tendem a ser confrontados com uma tarefa que nem por exagero de imaginação seriam capazes de cumprir: a de encontrar soluções locais para contradições globais”. (BAUMAN, 2004, p. 124).

Por outro lado, uma nova polarização se instala na Sociologia Ambiental com o debate entre o realismo e o construcionismo social, segundo Hannigan (2009). Os adeptos do realismo, representados por economistas políticos e modernistas ecológicos que argumentam a “real” existência dos problemas ambientais, em oposição aos construcionistas sociais que defendem a ideia que o meio ambiente é socialmente construído.

A ênfase da produção da Sociologia Ambiental no Brasil, segundo Ferreira (2006, p.21) migrou da busca inglória por um ator preferencial de mudança social na ordem econômica e ambiental para uma questão genérica delineada em torno de preocupações com a dimensão humana das mudanças ambientais, independente de juízo de valor sobre elas. Atualmente, essa questão é decomposta em outras derivadas que dizem respeito à governabilidade e às orientações sociais e culturais ou normativas para a resolução de problemas universalmente reconhecidos e considerados politicamente pertinentes.

A sociologia ambiental, tanto no plano internacional, como brasileiro, (BUTTEL, 1996; DUNLAP, 1997; YEARLEY, 1996, FERREIRA, 1998, dentre outros), tem tentado refletir sobre novos modos de ação social que podem abrir caminho para alternativas cognitivas, políticas e subjetivas no contexto contemporâneo. (...) Neste sentido, a discussão sobre indicadores políticos-institucionais de sustentabilidade nas cidades adquire importância crucial para a agenda política no início do século XXI. (FERREIRA, 2006, p.93-95).

Partindo da compreensão da influência da globalização e seu impacto no nível local, nas cidades, em seu planejamento urbano, acirrando processos contraditórios de riqueza e pobreza e riscos socioambientais, serão abordadas as políticas públicas de habitação implantadas no Brasil para a população de baixa renda.

2.5. HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: O SURGIMENTO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

Segundo Maricato, o processo de urbanização no Brasil é resultado do contexto histórico, social e econômico. A urbanização é vista como fenômeno decorrente das taxas de crescimento e das mudanças sociais (campo-cidade); surgimento do trabalho assalariado, industrialização, concentração da riqueza, e por fatores correlatos, no período de 1940 a 2000.

Além disso, a urbanização é vista como resultado das reformas urbanas ocorridas (fim do séc. XIX e início séc. XX) com a expulsão das populações pobres dos centros das cidades. “A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro”. (MARICATO, 2001, p.17).

Segundo Rodrigues (2001) no final do século XIX e início do século XX, as cidades apresentavam um padrão concentrado, com a maioria dos trabalhadores morando em cortiços, ao lado de casarões das famílias tradicionais. Os cortiços eram habitações coletivas com numerosas famílias e desprovidas de serviços de saneamento. “Tentava-se impedir a expansão deste tipo de moradia com incentivos à produção de casas higiênicas e impondo limites à construção dos cortiços. Considerando que poderiam propiciar a contaminação e a disseminação de epidemias – doenças físicas e morais – dizia-se que eram lugares que propiciavam a deformação do caráter do trabalhador e que proprietários gananciosos exploravam as misérias do povo”. (RODRIGUES, 2001, p.55).

Além dos cortiços, na década de 50 e 60, a partir do processo de industrialização e crescimento urbano e a mudança do sistema de transportes, com a substituição do bonde elétrico pelo ônibus, outra forma da população resolver seu problema da moradia foi por meio do processo de autoconstrução. “A construção da casa se prolonga por muitos anos, absorvendo a maior parte do “tempo livre” da família.” “(...) Assim, num longo e penoso processo, constrói-se a casa e a cidade na “periferia”. (RODRIGUES, 2001, p.31).

Outra forma de moradia se dá por meio das favelas. Segundo Rodrigues (2001, p.36) o termo favela, de acordo com o IBGE, diz respeito a um aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios – na sua maioria carentes de infraestrutura – e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores. O que distingue a favela de outros locais de moradia, também sem infraestrutura é a natureza da ocupação das terras. Os mais variados termos são utilizados: invasão de terras alheias, apropriação indevida de vazios urbanos, câncer urbano.

A atuação do Estado brasileiro com a moradia popular surge a partir da preocupação com a existência dos cortiços e a atração de força de trabalho. Com o avanço do processo de industrialização e urbanização, no final do século XIX e início do século XX, tornava-se necessário atrair a mão-de-obra com emprego e moradias, para o crescente setor industrial. “Desde 1853, o governo imperial vinha tentando estimular a construção de habitações higiênicas. No entanto, só na última década do século XIX e início do XX, constroem-se as Vilas Operárias que contavam com incentivos para a compra da terra e o não pagamento de impostos por 15 anos” (RODRIGUES, 2001, p.55).

Em seu trabalho sobre moradia nas cidades brasileiras, (Rodrigues, 2001) afirma que na década de 30, o Estado assumiu a responsabilidade da produção e de oferta de casas populares, com a criação das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). De 1937 a 1964 foram construídos 279 conjuntos, num total de 47.789 moradias e financiadas 72.236 habitações. Embora os números sejam modestos, demonstram uma nova forma de ação do Estado, ou seja, como o Estado interfere diretamente na produção da habitação (RODRIGUES, 2001, p.56)

Em 1946, no dia primeiro de maio, é criada a Fundação da Casa Popular, primeiro órgão de âmbito nacional, já que os IAPs atendiam apenas os seus associados. De 1946 a 1964, ano que a Fundação da Casa Popular foi extinta, foram construídas 19 mil unidades, pouco mais de novecentas unidades por ano, concentradas principalmente na região sudeste. Resultados tão modestos demonstram que a Fundação da Casa Popular limitou-se a construir onde os recursos permitiam e os interesses determinavam.

Em agosto de 1964, com a Lei 4.380 é instituído o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Federal de Habitação, com os objetivos de coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria, melhoria do padrão habitacional e do ambiente; eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção e estimular a poupança privada e o investimento.

A implantação do Sistema Financeiro de Habitação difunde a ideologia da casa própria e de estabilidade social. Para as camadas populares, uma questão fundamental é a segurança de um teto, porque mesmo se eventualmente ficarem desempregados estarão seguros pelo fato de terem onde morar.

O Banco Nacional de Habitação inicia suas operações em 1964, com o capital inicial de um milhão de cruzeiros e receita proveniente de 1% da folha de pagamentos dos salários de

todos os empregados registrados. Com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – (Lei 5107 de 14.09.1966) e a designação do BNH como gestor financeiro do Fundo, a questão dos recursos escassos se resolve. A outra fonte de recursos para o BNH é proveniente das Cadernetas de Poupança.

Quanto ao financiamento, há um agente específico para cada um dos segmentos do mercado definido pelo BNH. Para o mercado popular, que inicialmente pretendia atingir as famílias com renda mensal de um a três salários mínimos, limite posteriormente ampliado para cinco, os agentes são as Companhias Habitacionais (COHABs) que podem ser estaduais ou municipais. Os do chamado mercado econômico, encarregados a princípio, da construção de moradias para mutuários com renda familiar entre três e seis salários mínimos, limite mais tarde estendido, têm nas Cooperativas habitacionais – INOCOOPs – formadas basicamente de categorias profissionais, os interlocutores principais junto ao BNH (RODRIGUES, 2001, p.58).

Na faixa de interesse social – COHABs e INOCOOPs – os programas têm se desdobrado: construção de conjuntos habitacionais (casas térreas, sobrados e apartamentos), financiamento de material de construção para edificação ou reforma (FICAM); urbanização e financiamento de lotes em áreas loteadas e servidas por infraestrutura básica – (PROFILURB) e o financiamento do Programa de Erradicação de favelas – (PROMORAR).

De 1964 a 1984, segundo o relatório do BNH, foram financiadas 4 milhões e 369 unidades, sendo 2 milhões e 557 mil na faixa de interesse social, o que representa 58,5% do total de unidades financiadas. A prioridade da política habitacional se desloca com o correr do tempo: nos primeiros anos, os investimentos privilegiam as classes populares, sem dúvida na tentativa de legitimar o novo regime. No período de 1970 a 1975 o segmento popular passa para o segundo plano, voltando a se tornar prioritário a partir de 1975. Estudos recentes destacam que apenas 18% do FGTS, foram destinados à habitação de interesse social nesse período, segundo Rodrigues (2001, p.59).

Segundo Maricato (2001) as políticas públicas de habitação, a partir da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) na década de 1960, privilegiaram o acesso da classe média ao financiamento habitacional e reforçou o processo de periferização da população pobre. “(...) Mas foi com a implantação do SFH, em 1964, que o mercado de apropriação privada, baseado no edifício de apartamentos, se consolidou por meio de uma explosão imobiliária”. (MARICATO, 2001, p.20).

Bonduki (2000) assim como Maricato afirma que as políticas públicas de habitação da década de 1960 possuíam caráter veemente técnico, insuficiente e sem participação social.

Foram adotados:

“(...) critérios de financiamentos bancários, e não sociais; adoção da casa própria como única forma de acesso à moradia; desprezo pelo projeto arquitetônico e urbanístico, com clara preferência por soluções uniformizadas e padronizadas; opção por grandes conjuntos localizados na periferia das cidades, estimulando a especulação imobiliária”. (BONDUKI, 2000, p.102).

No final da década de 1970, mas principalmente na de 1980, os recursos tornam-se mais escassos, relacionados à crise econômica, com destaque para o desemprego. Discute-se a crise ou a falência do BNH, quando em 1986 este é extinto e suas atribuições e recursos passam para a Caixa Econômica Federal, que “herdou” uma inadimplência de Cz\$ 4,5 bilhões (quatro bilhões e meio de cruzados), das sociedades de créditos imobiliários (cadernetas de poupanças), cooperativas habitacionais, bancos comerciais e associações de poupança e empréstimo. Assim o BNH deixa, após 22 anos, um grande déficit habitacional e uma carência de recursos para poder produzir novas moradias.

Viu-se que com o BNH a solução encontrada para a moradia social pelo Poder Público foi à construção de conjuntos habitacionais populares em bairros afastados das áreas centrais. Apesar do grande fluxo de financiamento e produção imobiliária no período de 1967 a 1982, atendendo aos interesses dos setores imobiliários e de construção, não houve a transformação da situação fundiária. Maricato (2001) afirma que os conjuntos habitacionais de promoção pública foram localizados em áreas desvalorizadas, em zonas rurais ou periféricas, alimentando a manutenção de vazios e a expansão horizontal urbana. Dessa forma a política pública preservava as áreas mais valorizadas para o mercado privado e alimentava a especulação fundiária. São exemplos flagrantes dessa prática a localização de conjuntos habitacionais construídos nos anos 1970 e 1980, nas cidades de Aracaju, Londrina, Belém, Salvador, Fortaleza, entre tantas outras.

O desafio, segundo Bonduki (2000), é de trazer a habitação social para dentro da cidade, pois a implantação de conjuntos habitacionais nas franjas periféricas, como tem sido corrente na ação da COHAB e do CDHU¹⁰, além de gerar inconvenientes de todo tipo para os moradores e crescimento horizontal da mancha urbana, acarreta inúmeros problemas urbanos, ambientais e econômicos para a cidade. Apesar disso, surpreendentemente, não significa custos finais mais baixos do que se poderiam obter em localizações mais centrais. No modelo convencional, gera-se uma cidade segmentada e segregada, criando-se bairros dormitório, onde inexistem empregos, serviços e comércio e onde a implantação da infraestrutura é difícil e cara.

¹⁰ Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

Gera-se uma demanda exagerada de transporte coletivo em uma única direção: de manhã no sentido das áreas polarizadas de emprego e no final de tarde em direção aos bairros-dormitório, como se verifica na recente pesquisa sobre origem-destino do metrô (*de São Paulo*).

Segundo Magalhães e Villarosa (2012, p.XVII), ainda na década de 1970, com a pressão da população excluída da cidade formal, surgem as primeiras políticas de urbanização de assentamentos precários¹¹, trazendo soluções de infraestrutura no âmbito físico urbanístico e arquitetônico: asfalto, luz e saneamento básico e resposta à pauta tradicional de reivindicações. Esta mobilização se intensificaria, resultando, em 1979, na Lei no 6.766, que regulou o parcelamento do solo e criminalizou o promotor de loteamentos irregulares. Esses loteamentos, feitos em larga escala na periferia das grandes cidades brasileiras, serviram, de forma irregular do ponto de vista urbanístico, para acomodar uma parte do contingente migratório que acudiu aos centros urbanos. O Estatuto da Cidade aprovado em 2001, após a Constituição Federal de 1988 traz aos municípios a opção de usar instrumentos urbanísticos que possibilitam o cumprimento da função social da propriedade e que, incidindo diretamente nas políticas para os assentamentos precários, incorpora com mais ênfase, no nível das cidades, a questão da regularização fundiária, problema complexo que continua longe de resolução. (MAGALHÃES; VILLAROSA, 2012, p.XVII)

Com a Redemocratização política no final dos anos 1980 o Estado reforça a tendência das políticas públicas em considerar os assentamentos precários passíveis de integração à cidade desenvolvendo ações nesse sentido. A seguir alguns exemplos de propostas de intervenção, que estão no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (COHAPAR, 2010, p.15-16):

- Urbanização de Favelas: A consolidação do assentamento com a manutenção total ou parcial da população no local. Compreende abertura, readequação ou consolidação de sistema viário, implantação de infraestrutura, reparcelamento do solo (quando couber), regularização fundiária e, quando necessário, a execução de obras de consolidação geotécnica, a construção de equipamentos sociais e a promoção de melhorias habitacionais.
- Remanejamento (relocação): Trata-se da construção de nova unidade habitacional ou a reconstrução da unidade habitacional no mesmo perímetro da favela ou assentamento precário que está sendo urbanizado. A população é mantida no local após a substituição

¹¹ Compreendem os cortiços, as favelas, os loteamentos irregulares de moradores e os conjuntos habitacionais degradados (COHAPAR, 2010, p.11).

das moradias e tecido urbano. É o caso, por exemplo, de áreas que necessitam de troca de solo ou aterro. Na maioria das vezes, a solução é a remoção temporária das famílias para execução de obras de infraestrutura e construção de novas moradias. A intervenção, nesse caso, também, envolve a abertura de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, parcelamento do solo, construção de equipamentos (quando necessária) e regularização fundiária.

- Reassentamento (relocação): Compreende a remoção para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção. Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (casas, apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinados aos moradores removidos de assentamentos precários consolidáveis ou não consolidáveis.

Em nossa pesquisa foi analisado um caso em que houve relocação no sentido de reassentamento de população em que famílias de diversas áreas de risco foram transferidas para o Conjunto habitacional Jardim Europa em Fazenda Rio Grande proveniente do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Segundo Magalhães e Villarosa (2012), a intervenção para a urbanização de assentamentos precários passa a acumular experiência a partir dos anos 1990, permitindo um aprimoramento e uma maior institucionalização das políticas públicas de urbanização, tornadas prioritárias e mais abrangentes (Denaldi, 2009a), em particular nos níveis de governo municipal. (*Além disso*), na atualidade importantes políticas federais de financiamento a urbanização de assentamentos precários colocam o tema em definitivo na agenda de governos das políticas públicas nacionais (MAGALHÃES; VILLAROSA, 2012, p.XVIII). Tais propostas têm sido implantadas com forte ênfase na tecnocracia e muitas vezes sem o envolvimento da população.

Projetos de urbanização de favelas de molde internacional foram adotados no Brasil, como o Cingapura em São Paulo, totalmente deslocados da realidade local. Trazendo o desafio de como a gestão pública pode realizar as discussões técnicas com a comunidade. Essa dificuldade vem sendo estudada em outros países como na França, em que se fazem pesquisas para saber sobre a cultura, o conhecimento de arquitetura por parte dos cidadãos:

“A ignorância de muitos atores e da população sobre a arquitetura, como ela é entendida pelos especialistas (o que seja o contemporâneo, o Movimento moderno, por exemplo), penaliza de forma permanente um elo popular, apesar do desejo de se aproximar e das expectativas práticas de muitos. É uma demanda, que aos olhos dos profissionais, mereceria projetos emblemáticos para influenciar a respeito da

qualidade das construções” (TAPIE, 2012b, p.181) ¹².

No caso da implantação de Conjuntos Habitacionais além da segregação territorial, Marques e Torres (2005, p.37) consideram que a distribuição dos grupos sociais no espaço é influenciada por vários processos. Dentre eles poderíamos citar elementos materialmente constituídos, como o sítio físico e os eixos de transporte, processos macrosociais associados às dinâmicas históricas e econômicas e a ação de vários atores presentes no cenário urbano. Dentre estes últimos devemos destacar o Estado, tanto em suas atividades regulatórias como nas de intervenção, os capitais interessados na produção da cidade, os moradores da cidade e os capitais interessados em se localizar na cidade, entre outros.

Além da problemática da segregação territorial resultada da localização dos conjuntos habitacionais em bairros longínquos e sem serviços adequados, a preocupação e atuação do Estado nas favelas tem sido, segundo Rodrigues (2001, p.41) ao longo dos anos, marcada por duas propostas básicas: erradicação da favela, através da remoção dos moradores e a liberação da área antes ocupada, para outros usos, com o objetivo de extirpar estes aglomerados, que sem dúvida interferem no preço das imediações. A outra possibilidade é a permanência da favela, com erradicação de suas características – urbanização e melhorias com introdução de infraestrutura (água, luz, esgoto sanitário) e a abertura de vias mais amplas de circulação. Esta atuação também altera a dinâmica do preço da terra, propiciando – pela retirada das características de favela- um aumento de renda aos proprietários das áreas vizinhas.

Em seu estudo sobre o processo de favelização da cidade de São Paulo, Kowarick (2009), destaca que nos anos 1970 os favelados representavam apenas 1% da população da cidade (cerca de 72 mil pessoas), essa parcela sobe para 4,4% em 1980, pouco mais de 800 mil habitantes, e atinge 11,2% vinte anos depois, quando são 1.610 mil os moradores neste tipo de aglomerado.

Com o aumento de pessoas vivendo cada vez mais de forma precária nas cidades, ocorre a perda de raízes, que segundo Robert Castel, citado por Kowarick (2009, p.86), resulta no fenômeno do desenraizamento social e econômico, que significa, de um lado, enfraquecimento de laços da sociabilidade primária – família, parentela, bairro, vida associativa e o próprio

¹² “La méconnaissance par de nombreux acteurs et pa la population de l’architecture, au sens où l’entendent les experts (le contemporain, le Mouvement moderne para exemple), pénalise durablement un ancrage populaire malgré le désir d’approcher les attentes et les pratiques du plus grand nombre. Demande qui, aux yeux de professionnels, mériterait un traitement égal à des projets emblématiques pour influencer sur la qualité des constructions»”(TAPIE, 2012a, p. 181, trad. Cristina de Araújo Lima).

mundo do trabalho; de outro, desemprego de larga duração ou trabalho irregular, informal, intermitente ou ocasional, que advém de várias modalidades de desinserção no sistema produtivo.

Assim como em São Paulo, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), também reproduziu o modelo de ocupação desordenada do solo, do tipo centro-periferia, com a população residindo em municípios longínquos da capital, fugindo do alto preço dos lotes, com agravante que a ocupação desde os anos 1950 se espalhou para lugares ambientalmente frágeis, comprometendo a qualidade dos recursos hídricos que abastecem a população.

No vetor leste de ocupação territorial da RMC, os mananciais de abastecimento público dos rios Iraí e Iguaçu representam 69% do total da captação para abastecimento público da cidade de Curitiba e municípios vizinhos. A área de estudo aqui focalizada compreende os territórios dos municípios de Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais sobre as sub-bacias contribuintes do Altíssimo Iguaçu e que vêm sendo objeto de intenso processo de parcelamento do solo e ocupação em áreas urbanizadas ou não, dentro do perímetro urbano ou em zonas rurais, desde antes da década de cinquenta. (LIMA, 2001, p. 98)

O município de Piraquara se destaca pelo alto crescimento populacional que sofreu na década de 1980, e segundo Lima (2001, p.99), chegou a crescer 10,86%, 3,16 vezes mais que a taxa da RMC, entre 1991 e 1996. Com destaque para a ocupação denominada Guarituba, que segundo dados do jornal Gazeta do Povo em 19/09/2010, abrigava 56% dos 90 mil habitantes de Piraquara.

Interessante notar que a solução habitacional comumente encontrada pelos atuais governos, em suas diferentes esferas, para atender e regularizar a situação dos moradores de áreas irregulares é quase a mesma: remoção de famílias de áreas de risco e a sua transferência para grandes conjuntos habitacionais em bairros distantes e desprovidos de equipamentos e serviços públicos.

No caso do Guarituba, o projeto de urbanização foi realizado com a preocupação em relação à proteção dos recursos hídricos que abastecem a população, já que é uma área de manancial. “De acordo com a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), quase 9 mil famílias serão beneficiadas, sendo que 803 vão ser removidas de áreas de risco e outras 8.097 vão receber posse do terreno”. (MARONI, 19/10/2010).

Segundo Rodrigues (2001, p.62) a atuação do Estado na chamada crise habitacional, restringe-se às consequências e não às causas. Tenta-se diminuir o déficit habitacional que é sempre crescente. Aumentam as favelas, os cortiços, as ocupações, as autoconstruções na periferia, e pela carência de moradias, os aluguéis tornam-se extremamente elevados. A retenção de terras vazias para aguardar sua valorização é uma das principais causas do não

acesso da população à moradia. Essa valorização provém dos investimentos públicos enquanto os ganhos são apropriados pelos proprietários de terras.

Apesar de atualmente existirem instrumentos de ordenação do uso do solo, a partir da aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, (Lei federal 10.256/2001) que poderiam transformar a triste realidade da desigualdade social existente nas cidades brasileiras, a adoção desses instrumentos depende da vontade política do Poder Público municipal, e da pressão popular para que as ações sejam implementadas. Caso contrário não ocorre mudança nesse quadro social.

2.6. MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Como resultado dos contextos sociais e políticos vividos no Brasil, de forte censura e repressão, em decorrência do período ditatorial, se intensificou a organização de movimentos sociais no final da década de 1970 e 1980, com a participação da Igreja Católica, que resultou, segundo Maricato (2000), nos chamados movimentos sociais urbanos, em que a questão da moradia se inseriu junto às inúmeras demandas que estavam represadas na sociedade.

Desde 1975, a questão urbana havia ressurgido nas manifestações da sociedade civil: movimento contra a carestia, movimento pela regularização dos loteamentos clandestinos, movimento de mães por creches, movimentos de moradores de favelas por acesso a água e luz e, em especial, surge no coração da região onde se instalou a indústria fordista, automobilista, as greves do ABCD – municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, em 1978 e 1979. (MARICATO, 2001, p.98-99).

Gohn (2003) aponta que os movimentos sociais dos anos 1970-1980 contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais novos que foram inscritos em leis conforme a nova Constituição brasileira de 1988, pois ela é a Lei Maior. Nos anos 1990 criaram e desenvolveram redes com outros sujeitos sociais, assim como redes dentro do próprio movimento popular propriamente dito destacando os movimentos que atuam na questão da moradia. “Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los”. (GOHN, 2003, p.20).

Com os anos 1990 dá-se uma mudança no interior dos movimentos sociais, a partir da sua institucionalização, destacando-se a atuação em rede, a qualificação dos militantes e a relação com as organizações não governamentais (ong's). Além disso, novas questões são incorporadas à discussão, como a questão ambiental, que após a Eco-92 e a implementação da

Agenda 21 passou a ser uma preocupação dos movimentos populares de bairro.

Biau e Tapie (2009) destacam a necessidade do debate acerca dos espaços públicos nas cidades:

É necessário também gerir e manter os espaços públicos, o que é uma incumbência coletiva dos serviços públicos, como também esses (espaços) de uso comunitário urbano, e aqueles (que atendem) a cidade toda ou, ainda, os que estão a serviço do Estado, para a segurança. Assim, se cruzam permanentemente interesses profissionais, disciplinares e organizacionais: o gestor, o empresário, o autor do projeto, o jurista, o usuário, (todos) têm posições para afirmar por meio de acordos sistemáticos” (BIAU; TAPIE, 2009, p.189) ¹³.

Apesar das conquistas importantes obtidas pelos movimentos sociais nas últimas décadas, em termos de garantia de espaço nos fóruns de representação e participação (fóruns, conselhos, comitês, etc.) e visibilidade acerca dos direitos garantidos pela lei, Kowarick (2009, p.76) reafirma que os déficits nos aspectos civis, sociais e econômicos da cidadania continuaram amplos nos anos 1990-2000.

A movimentação operário-sindical teve efeitos diminutos ou nulos do ponto de vista da expansão dos direitos: a modernização tecnológica, produtiva e organizacional significou destruição do trabalho assalariado permanente e regular, instável, irregular, autônomo, informal ou outras designações. (KOWARICK, 2009, p.79).

Para o autor, no Brasil jamais houve instituições políticas sindicais ou comunitárias com força suficiente para garantir a efetivação de direitos básicos do mundo do trabalho ou proteger o morador, transeunte e usuário de serviços básicos das intempéries do mundo urbano.

A oferta de serviços públicos de baixa qualidade à população brasileira, de forma reiterada nas últimas décadas, nas áreas da Saúde, Educação, Habitação, entre outras, apesar dos avanços obtidos com a Constituição de 1988 e da retomada de democracia política, tornou distante a consolidação da cidadania no Brasil.

Esse quadro somado à ocorrência de inúmeros escândalos de corrupção e a permanência de famílias tradicionais que se perpetuam no poder impulsionaram a realização de uma forte onda de protestos civis, em junho de 2013, reivindicando mudanças e melhorias nas políticas

¹³ No original: « *Avant d’être un objet de recherche, la coopération est un problème très concret posé de manière aiguë, en particulier dans les grands projets. (...) Comme le montre la production des espaces publics, la confrontation des points de vue oblige à des compromis tant sur la conception des projets qu’au jour le jour, dans leur matérialisation et leur gestion*» (trad. Cristina de Araújo Lima).

públicas existentes, tendo como pano de fundo, o movimento pelo passe livre (transporte gratuito) organizado pelo movimento estudantil e a reprovação da população em relação ao alto nível de endividamento do país com a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Para Rolnik *Et al* (2013, p.8), “a questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira”. O direito a ter direitos, que alimentou as lutas dos anos 1970 e 1980 e inspirou a Constituição e a emergência de novos atores no cenário político, parecia esvanecido no contexto da formação de uma espécie de hidridismo de Estado, desenvolvimentista e neoliberal, com uma cultura política e um modelo político-eleitoral herdados da ditadura.

Esses movimentos sociais de natureza heterogênea tornaram-se o canal de expressão de inúmeras reivindicações de indivíduos e membros de associações diversas, ganhando destaque nos meios de comunicação e de pressão aos atuais governantes. Não se trata de movimentos sociais tradicionais ligados a partidos políticos, já que há uma enorme descrença e desgaste de suas práticas. Segundo Rolnik *Et al* (2013, p.12), o velho modelo de república representativa, formulado no século XVII e finalmente implementado como modelo único em praticamente todo o planeta, dá sinais claros de esgotamento.

Dentre as inúmeras bandeiras, destaca-se o movimento que questiona as verbas públicas gastas com as obras da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, que poderiam ser usadas para melhorar as condições de vida da população brasileira, e a forma como as populações de baixa renda, e indígenas, que ocupam áreas de risco ou ambiental, têm sido removidas em decorrência do interesse pelas obras da Copa, em torno do turismo internacional.

O movimento pelo direito à cidade, iniciado nos anos 1960 tem persistido, se institucionalizou, conquistou vitórias em termos legais, tem tido mais visibilidade com a onda de protestos dos últimos meses e novos adeptos. Sua bandeira incorporou a preocupação em torno de cidades com justiça social e ambiental.

Além da inter-relação com os movimentos dos sem-terra e pela reforma agrária, e com o movimento dos sem-teto pelo direito de ocupar os prédios vazios das áreas centrais da cidade, que estão abandonados e que possuem a infraestrutura necessária para se morar, o movimento exige maior agilidade do Poder Público em relação às desapropriações com fins de habitação de interesse social, ao combate à especulação imobiliária e aos vazios urbanos e soma-se a luta por cidades mais justas sociais e ambientais, em torno de outros temas, como a acessibilidade e mobilidade social, com melhorias nos transportes públicos, e em formas alternativas de transporte menos poluentes, enfim, em cidades mais justas e adequadas aos desafios do século

21.

Nesse contexto apresentado em que foi discutida brevemente a contribuição dos movimentos sociais urbanos para o desenvolvimento de Políticas Públicas de habitação, apesar dos avanços, em termos de legislação, na prática, os desafios a serem enfrentados ainda são enormes.

2.7. DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

No contexto histórico da constituição da região metropolitana de Curitiba, destaca-se o fato de Curitiba ter atraído grandes parcelas de migrantes que saíram de suas terras para a capital do Paraná, em busca de novas oportunidades de vida. Isto se deveu ao fato da expansão da agricultura moderna no final da década de 1960 e a introdução de novas tecnologias no campo que alteraram as relações de trabalho, e a substituição de culturas alimentares por outras com vistas à exportação.

Conforme reitera Magalhães e Moura (1996), os anos 1970 estabelecem um novo marco das tendências urbanas. O ritmo e o padrão da urbanização passam a ser definidos “pela quebra da hegemonia da economia agrícola, com o setor industrial assumindo paulatinamente o papel dinamizador no processo de modernização das atividades produtivas, redefinindo a distribuição espacial da população” (MAGALHÃES E MOURA, 1996, p.4).

No caso da RMC, entre 1970 e 1980, a ocupação delineia um caminho que percorre inicialmente os municípios limítrofes, prosseguindo para os mais distantes entre 1980 e 1991. Tal ocupação foi condicionada por vários fatores, dentre os quais: o elevado preço do solo em Curitiba; as restrições impostas pelas legislações de uso e ocupação; as legislações flexíveis dos demais municípios; a grande oferta de lotes populares em porções territoriais contíguas aos limites administrativos de Curitiba, muitas vezes localizados nas áreas de mananciais de abastecimento hídrico, cujo parcelamento foi aprovado antes da vigência da Lei Federal 6.766/79; e o acesso viário (MAGALHÃES E MOURA, 1996, p.9-10).

Outros fatores que atraíram população para Curitiba e Região Metropolitana, foram a criação da Cidade Industrial em 1973; a instalação da Refinaria de Petróleo da Petrobras, em Araucária, no ano de 1977, e das indústrias estrangeiras como a Volvo e a Bosch nos anos 1990.

Esse cenário atraiu grandes parcelas de população que saíram do campo em busca de

empregos e de oportunidades, contribuindo com o aumento das taxas de crescimento populacional do município núcleo (Curitiba) e da periferia. Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba de 2006, a região entre 1970 e 1980 apresentou o expressivo ritmo de crescimento populacional de 5,38% ao ano.

Desde o início, o processo de expansão acelerada da população de Curitiba foi intenso no vetor sul do município, em áreas de menor valor imobiliário e em áreas ambientalmente vulneráveis. (COMEC, 2006, p.55).

O processo de metropolização caracteriza-se pela criação de áreas periféricas no entorno dos núcleos urbanos das cidades médias que por sua vez acentua a desigualdade social, pois concentra nesses núcleos a riqueza econômica, expulsando as parcelas pobres da população que não conseguem pagar o alto preço das terras valorizadas pelo capital e vão em direção às áreas periféricas.

Sobre a função desempenhada pelas regiões metropolitanas, Santos (2005) afirma que sua criação atende a interesses setoriais. “A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de direitos industriais explícitos e implícitos, e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo”. (SANTOS, 2005, p.84)

Fato ocasionado em boa parte como destaca Souza (2002) pela ênfase na imagem de cidade mercadoria. “Isso está, com toda a certeza, ligado ao grande poder de sedução e atração exercido pela capital paranaense sobre migrantes, o que, por sua vez, tem a ver com a imagem positiva da cidade que é passada para o país inteiro e o exterior”. (SOUZA, 2002, p.511)

O crescimento demográfico de Curitiba e região metropolitana, segundo Moura (2009), continuaram expressivos na década de 1990, se espraiando para os municípios vizinhos.

O arrefecimento insinuado quanto ao crescimento das metrópoles durante os anos 80 não se confirmou nos anos 90 e, assim, a RMC, com taxa superior a 3% a.a. entre 1991 e 2000, ainda maior que a da década anterior (de 2,91% a.a.), segue sendo uma das regiões metropolitanas com o mais expressivo crescimento populacional do Brasil. (MOURA, 2009, p.19)

A expansão da Região Metropolitana de Curitiba, contudo, não foi acompanhada por um planejamento urbano que levasse em conta a realidade e a necessidade dos municípios vizinhos com implantação de política pública urbana necessária para atender a população migrante, o que ocasionou a ocupação desenfreada das áreas periféricas da cidade e de expansão cujos preços dos terrenos eram mais baratos do que em Curitiba, e, portanto, impulsionando o surgimento de inúmeras ocupações irregulares. “Em 2005, existem aproximadamente 341 áreas de ocupação irregular, a maior parte delas está localizada em bairros distantes do centro como

as Moradias Sabará, localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC)”. (MEIRINHO, 2010, p.8)

O discurso da cidade-modelo empregado à Curitiba pode ser entendido como uma tentativa da elite política e econômica do Estado em tentar esconder os problemas sociais e econômicos existentes e ressaltar apenas os aspectos positivos, com o intuito de mostrar uma imagem da cidade que não se sustenta na realidade. “Curitiba possui uma enorme quantidade de favelas, conquanto a esmagadora maioria se localize nas bordas do município, em sua periferia. (...) o que redundou em uma “periferização” da pobreza e uma “limpeza socioeconômica” das áreas mais centrais”. (SOUZA, 2002, p. 515)

Segundo Pereira e Silva (2009) em seu estudo sobre a dinâmica imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba, verificou que os municípios que oferecem terrenos nas menores faixas de preço tendem a abrigar população de menor poder aquisitivo.

Curitiba apresentou os preços mais elevados (139 U\$/m²), na faixa de “360 a 600 m²”, e Campo Magro, os mais baratos (5 U\$/m²), na faixa “maior que 3.000 m²”. Fazenda Rio Grande aparece com a oferta de terrenos entre 125 a 250 m² ao preço médio de 38 U\$/m². (PEREIRA; SILVA, (2009, p.304).

No capítulo a seguir serão apresentados elementos da metodologia de pesquisa; uma breve discussão acerca do surgimento das Regiões Metropolitanas no Brasil, o caso da Região Metropolitana de Curitiba e aspectos do município de Fazenda Rio Grande.

2.8. POLÍTICA HABITACIONAL EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

A criação da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) na década de 1960 se inscreveu sob a lógica e interesse da época, em direção ao crescimento econômico, reforçando a omissão do estado em relação às políticas sociais, efetivando parcerias com a iniciativa privada, e não no atendimento da demanda da população. “Apesar de contabilizar, durante suas quase 5 décadas de funcionamento, o atendimento a mais de 100 mil famílias, a localização das habitações dos contemplados, na quase totalidade dos casos, em muito contribuíram para a segregação e exclusão social na cidade. (CARVALHO; SUGAI, 2013)

Analisando algumas políticas públicas habitacionais em Curitiba, Meirinho (2010) afirma que as habitações foram concebidas dentro de uma racionalidade técnica a qual se ignorou a diversidade social e cultural das populações, preocupando-se mais com questões quantitativas (número de casas construídas) do que qualitativas (qualidade das casas, concepção do projeto, etc.).

(...) Mesmo sendo possível afirmar que, em geral, os loteamentos e casas produzidas pelas companhias habitacionais têm projetos elaborados dentro da lei, características construtivas estáveis, e itens básicos de infraestrutura, ou seja, são formais, isso ainda não revela a qualidade da moradia e da urbanização que se encontram nesses locais. (MEIRINHO, 2010, p.2).

De acordo com dados do censo demográfico de 2010, o Paraná tem 3.298.304 domicílios particulares permanentes. O déficit habitacional absoluto segundo a Fundação João Pinheiro (MG) de 2010, publicado em 2013, é de 287.466 domicílios (253.589 urbanos - 33.877 rurais). O déficit relativo do estado é de 8,7%. A população que mais precisa de habitação é 85,4% do total e possui até 3 salários mínimos.

Segundo a Cohab um em cada dez habitantes de Curitiba vivem em condições sub-humanas nas invasões da periferia, sobretudo em Áreas de Preservação Permanente (APPs). São 207 mil pessoas, 11% da população da capital, comprimidas em ocupações irregulares sobre 12,3 milhões de metros quadrados, ou 2,85% da área do município. 38% dessas áreas ficam em locais sujeitos a inundação, 14% sob linhas de alta tensão e 2% em faixas de domínio de ferrovias. (KÖNIG, 04/11/2012).

Para atender a demanda habitacional reprimida, principalmente para a população de baixa renda, o governo municipal aderiu ao Programa Minha Casa, Minha Vida, de âmbito federal, em Curitiba e Região Metropolitana. “Desde o lançamento do programa em 2009, já foram contratadas em Curitiba 8.556 unidades habitacionais, das quais 1.538 já foram entregues (COHAB-CT, 09/03/2012)”.

A implantação do Minha Casa Minha Vida está acontecendo por meio da parceria entre a Prefeitura, Cohab e a Caixa Econômica. A Cohab identifica a área, faz a articulação com a construtora e com a Caixa Econômica Federal, aprova o projeto na Prefeitura, identifica a demanda e faz a comercialização das unidades. A Prefeitura concede incentivos fiscais (isenção de impostos municipais) e construtivos para a obra e a Caixa aprova o projeto para financiamento, fiscaliza a obra, libera os recursos, e concede o financiamento às famílias para aquisição das unidades. (COHAB-CT, 09/03/2012).

Quadro 2 - Conjuntos habitacionais recém-criados pelo PMCMV (2009-2012)

| Nome do Conjunto | Município | Características | Faixa |
|---|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Conjunto Madre Tereza de Calcutá | Piraquara – bairro Guarituba | 846 unidades | 1 |
| Moradias Boa Esperança II | Tatuquara | 213 unidades | 1 ¹⁴ |
| Moradias Boa Esperança III | Tatuquara | 312 unidades | 1 |
| Residencial Acácia | Curitiba | 128 unidades | 2 |
| Residencial Aroeira | Curitiba | 440 unidades | 1 |
| Residencial Imbuia | Curitiba | 560 unidades | 1 |
| Residencial Cedros | Curitiba | 416 unidades | 2 |
| Residencial Cidade de Broni (em construção) | Curitiba – bairro Campo de Santana | 512 unidades | 2 ¹⁵ |
| Residencial Figueiras | Curitiba | 80 unidades | 2 |
| Residencial Floresta | Curitiba | 192 unidades | 2 |
| Residencial Ilha dos Pinheiros | Curitiba | 216 unidades | 2 |
| Residencial Paineiras | Curitiba – bairro Cachoeira | 144 unidades | 2 |
| Residencial Pinheiros | Curitiba | 127 unidades | 1 |
| Residencial Araçá | Curitiba- bairro Ganchinho | 224 unidades | 2 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do site da Cohab-Curitiba (2012)

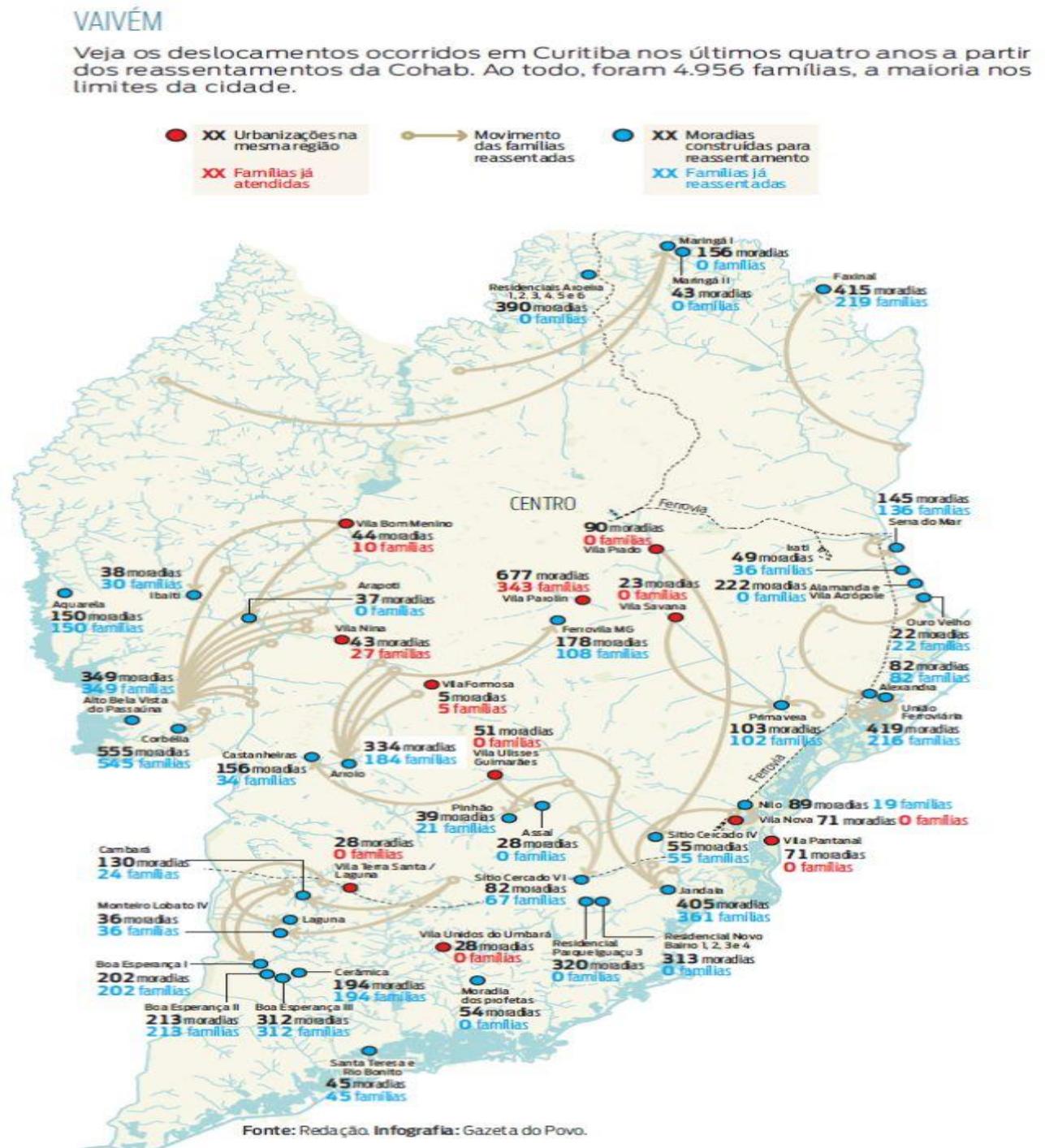
Além do governo municipal, a esfera Estadual, por meio da Companhia de Habitação do Estado do Paraná (COHAPAR), informou, em nota publicada em 22/08/2012, que vai construir 50 mil casas até 2014. Segundo o presidente da Cohapar, Mounir Chaowiche, a meta é histórica e pretende atender, até o final de 2014, 110 mil famílias, na cidade e no campo, com moradias dignas. De acordo com ele, a Cohapar tem projetos de moradias em 360 dos 399 municípios do Estado. Os investimentos aproximam-se de 2 bilhões de reais e atendem famílias com renda de até seis salários mínimos. As moradias integram os programas Morar Bem Paraná, do governo do Estado, em parceria com o Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

Segundo a reportagem do jornal Gazeta do Povo, publicada em 04/11/2012, a COHAB-CT, com apoio dos programas PAC Pró-Moradia e PAC2/Minha Casa Minha Vida, nos últimos quatro anos reassentou cerca de 18 mil pessoas de um lugar a outro, mudando a geopolítica na periferia da capital (Figura 4).

¹⁴ Faixa 1: Famílias com renda de até R\$ 1,6 mil

¹⁵ Faixa 2: Famílias com renda entre R\$ 1,6 mil e R\$ 3,1 mil.

Figura 4 – Deslocamento populacional em massa redesenha Curitiba



Fonte: Jornal Gazeta do Povo. Caderno Vida e Cidadania. p.6. (04/11/2012)

De janeiro de 2009 até outubro de 2012, 32 reassentamentos erguidos nas bordas de Curitiba receberam 4.956 famílias, ou 18 mil moradores. Cumpre ressaltar que não se trata de migração, como o jornal anuncia. Sob o prisma da Geografia, a migração pode ser tanto interna quanto externa ou intra-regional. Neste caso, o termo mais adequado é deslocamento involuntário de população com fins habitacionais sob estímulo do Estado.

Esse processo não ocorre sem queixas. Para a ONG Terra de Direitos, o programa se baseia na segregação. Moradores de classes mais baixas são levados para áreas distantes, onde a falta de estrutura dificulta a permanência. “A relocação deveria ser o último recurso”, diz a assessora jurídica da ONG, Julia Ávila Franzoni. (KÖNIG; MARCHIORI, 04/11/2012).

A forma como as populações são removidas de um lugar para outro, sem políticas públicas adequadas, acabam criando novos problemas, como o surgimento de guetos; o abandono das casas e a venda para terceiros; briga de gangues que disputam os espaços e aumento da violência.

Raquel Rolnik¹⁶ em seu trabalho sobre o impacto das obras da Copa do Mundo de futebol na vida da população moradora de áreas irregulares, verifica que nessas ações o Poder Público tem cometido muitos equívocos, desde a falta de informação com a população, durante o processo, até violência durante as remoções. Em entrevista ao Jornal Gazeta do Povo afirma que:

Há uma concepção de casa como depósito de gente. Isso aqui é uma formação clara de um problema social, a política pública construindo um problema social com a visão de que casa é depósito de gente. Moradia adequada não é container de gente. (TRISOTTO, 06/10/2012).

Além disso, Rolnik *Et al* (2013) afirma que facilidades no consumo e aumento de renda da população, incentivadas pelo governo federal, não garantem por si só o direito à cidade. “Não “resolve” nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana (favela *versus* asfalto, legal *versus* ilegal, permanentemente *versus* provisório)”(ROLNIK, 2013, p.9).

¹⁶ Arquiteta e relatora especial para o direito à moradia adequada da ONU

2.9. O MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE COMO CIDADE-DORMITÓRIO

O município de Fazenda Rio Grande, desde sua criação nos anos 1990, a partir de seu desmembramento do município de Mandirituba, até os dias de hoje, ainda carrega uma forte imagem de cidade-periférica e cidade-dormitório com grande dependência econômica de Curitiba. Imagem alimentada pelas altas taxas de crescimento demográfico, pobreza, vulnerabilidade social e econômica. “O contraste entre município de Curitiba e o seu entorno imediato é muito grande”. (SOUZA, 2002, p.515)

Os fatores disso são que o município está no eixo de crescimento da Região Metropolitana, previsto pelo PDI elaborado pela COMEC em 1978 e revisado em 2006, resultado do intenso processo de expansão acelerada de Curitiba no vetor sul do município, sem o acompanhamento de Políticas Públicas adequadas. “Entre 1970 e 1980, tornou-se ainda mais substantivo, densificando as periferias internas do município e induzindo o extravasamento da ocupação do polo metropolitano por sobre as fronteiras externas” (COMEC, 2006, p.55).

Segundo LIMA (2001, p.99) o crescimento verificado pela RMC tem sido incrementado por população proveniente de diversas origens do próprio Estado do Paraná e de outras regiões do país.

Segundo dados do IBGE (2010) o município de Fazenda Rio Grande possui 81.675 habitantes. Houve um aumento populacional de quase 30% em relação ao Censo de 2000. Bem diferente de Curitiba que no mesmo período teve aumento de apenas 10%. Esse dado reforça a tese de que o crescimento populacional no Brasil concentra-se nas Regiões Metropolitanas das capitais, em virtude do alto preço da terra e da especulação imobiliária crescente nestes grandes centros, obrigando a população pobre a se deslocar para municípios pobres do entorno das capitais.

Segundo SILVA (2012), o município possui um padrão de crescimento demográfico elevado, em comparação ao observado para o restante da população brasileira. Sua pirâmide etária é formada por uma grande proporção de população jovem, e possui altas taxas de fecundidade e intensos fluxos migratórios com Curitiba. (SILVA, 2012, p. 173)

Além disso, o município apresentou em 2009, a renda média mais baixa das famílias residentes em assentamentos informais, entre os onze municípios que pesquisou, “em 2009 era de 1,72 salários mínimos, ou R\$ 268,96” (SILVA, 2012, p.175). O que reforça a imagem do município como cidade dormitório e de alta vulnerabilidade social¹⁷.

¹⁷ Segundo Hogan e Marandola (2009) tem havido um uso excessivo desse conceito no meio político e acadêmico.

2.9.1. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE FAZENDA RIO GRANDE

O município de Fazenda Rio Grande, segundo dados da Prefeitura, surge dentro de um contexto socioeconômico específico que está atrelado ao crescimento da grande Curitiba ao final da década de 1970.

No início do século XVI existiam apenas terras indígenas na região, sendo uma delas a aldeia CAPOCU, cujas terras pertenciam ao governo da 5ª Comarca de São Paulo. Em 1800 surgiu, junto à fazenda CAPOCU outra fazenda denominada RIO GRANDE, ou GRANDE RIO, porque se desenvolveu às margens do Rio Iguaçu. Esses dois povoados originados pelas duas fazendas, passaram a ser denominados de Fazenda Rio Grande, que juntamente com outros povoados desta região em 25 de julho de 1960, foram desmembrados de São José dos Pinhais formando o Município de Mandirituba. Em 1981, através da lei 7521, publicada no Órgão Oficial do Estado Nº 1.171, no dia 17 de novembro de 1981, assinado pelo então Governador Ney Braga, Fazenda Rio Grande tornou-se Distrito Administrativo do Município de Mandirituba. (PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE, Junho, 2012)

Desde sua gênese, a composição social do município sofre influência das relações econômicas e sociais da época, com a queda na produção do café na década de 1970, deu-se a vinda da população que estava no campo em direção às cidades vizinhas à Curitiba, que possuíam preços de terra mais acessíveis e representavam novas oportunidades de moradia e trabalho.

A partir de 1975 com a quase erradicação da produção de café na Região Norte do Paraná, houve um grande movimento de êxodo rural no Estado, o qual atraiu para a região metropolitana de Curitiba muitas pessoas. (...) Hoje Fazenda Rio Grande se caracteriza por ser um dos municípios brasileiros que mais cresce, apresentando um crescimento populacional na ordem de 10% ao ano, sendo sede de Comarca, desde 1999. (PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE, Junho, 2012)

2.9.2. Caracterização Física e o Processo de Urbanização

O município destaca-se pelos recursos naturais existentes, rios em seu entorno, e a existência de trechos de floresta de Mata Atlântica, o que contribui com o clima ameno da cidade.

A cidade se situa a cerca de 20 km de Curitiba, é cortada pela rodovia BR-116, a qual representa importante via de acesso à cidade, tendo ainda trechos com pista única o que dificulta

Em todos os campos em que se detecta a perda (de bens de cidadania, de saúde, de qualidade de vida, de renda, de vidas, de bens, etc) lança-se mão da vulnerabilidade para expressar esta perda, com um conteúdo retórico forte, mas com diferentes densidades conceituais. (HOGAN; MARANDOLA, 2009, p.31)

o acesso e a lentidão do percurso, pois é grande o número de automóveis (caminhões, carros e ônibus) que passam por ali diariamente, servindo para o transporte de cargas (interestadual) e de pessoas que trabalham em Curitiba. A rodovia atualmente encontra-se em fase de obras com vistas a sua duplicação, antiga reivindicação dos moradores que sofrem com problemas decorrentes do trânsito (acidentes, atropelamentos e mortes), em virtude da falta de sinalização adequada e passarelas para os pedestres.

Segundo o Plano Diretor do município de Fazenda Rio Grande, (2005), a cidade possui 120,6 km² delimitados pelos rios Iguaçú a norte, Maurício a oeste e Despique a leste. A área urbana ocupa 40,2 km² e está dividida em seis bairros: Iguaçú, Eucaliptos, Nações, Gralha Azul, Estados e Santa Terezinha, que se distribuem de forma radial tendo como centro a BR-116. A área urbana concentra 94,15% da população, sendo os bairros mais populosos Nações e Iguaçú. A área rural é pouco expressiva, com apenas 3.681 habitantes.

O município localiza-se estrategicamente na Região Metropolitana de Curitiba, a 20 quilômetros da capital do Paraná, município integrante da Região Metropolitana de Curitiba, entre os municípios de Curitiba, ao norte, São José dos Pinhais, a leste, Araucária, a oeste e Mandirituba, ao sul. Tendo as vias de acesso pela BR-116 e Rua Nicola Pelanda – via Umbará. Possui altitude de 910 m, e temperatura média entre 12,6°C a 23,2°C. Clima sub-tropical úmido, mesotérmico, com verões frescos e invernos com geadas frequentes. Umidade relativa média de 82%, Solo do tipo guabirota clástico, grosseiro quartzoso, envolto por matriz argilosa, variegado e firme, e relevo de topografia plana, com pequenas alterações. (PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE, Junho, 2012)

Segundo o Plano Diretor do município de Fazenda Rio Grande (2005), a evolução da ocupação de Fazenda Rio Grande está relacionada a uma série de fatores, dos quais podemos citar:

- Proximidade com os pólos industriais de Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais;
- Poucas restrições ambientais para a ocupação do território. A maioria dos municípios da RMC possui grandes áreas de proteção de manancial;
- Facilidade de transporte metropolitano;
- Baixo valor da terra;
- Grande oferta de lotes.

Todos esses fatores estão associados a momentos na história socioeconômica regional, como a migração de famílias do interior do Paraná e Santa Catarina na década de 1970 devido à mecanização da agricultura. Nos últimos 20 anos, Fazenda Rio Grande passou a receber um grande contingente populacional em busca de áreas baratas e um sistema de transporte que possibilite trabalhar em outros municípios. Nesta perspectiva, Fazenda Rio Grande caracteriza-se como cidade dormitório da RMC, contendo uma população com baixa escolaridade e baixa renda.

Em Fazenda Rio Grande, pode-se estabelecer seis períodos de ocupação: a) início da ocupação antes da década de 1970; b) ocupação ao norte na década de 1970; c) ocupação a leste na década de 80; d) pressão e especulação imobiliária na década de 90 e e) atualmente, tendência a ligações intermunicipais (Leste-Oeste), dinâmicas sobre as quais não se aprofundará no presente trabalho.

Sobre a Economia do município:

As indústrias dominantes são a de transformação de madeira, metalúrgica e produtos minerais não metálicos. Ao todo estão sediadas 173 indústrias, 472 comércios varejistas e 19 atacadistas, além de inúmeras empresas de prestação de serviços em diversas áreas. Conta com um parque industrial em desenvolvimento, com a melhor localização da região metropolitana de Curitiba, pelo eixo de acesso ao corredor do Mercosul, aos portos de Paranaguá e São Francisco em Santa Catarina, o aeroporto internacional de Curitiba, que fica em São José dos Pinhais e às BRs 116, 277 e 376. (PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE, Junho, 2012).

2.9.3. Indicadores Sociais do Município:

O município de Fazenda Rio Grande segundo dados do IBGE (2010) possui cerca de 27.640 domicílios em 2010. Em relação ao saneamento básico, foram executadas 29.936 ligações de água até 2012, segundo dados do IPARDES (2012). O que representa 100% de atendimento, segundo Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Fazenda Rio Grande, elaborado pela Prefeitura (2013). Em relação ao esgotamento sanitário, foram executadas cerca de 11.953 ligações de esgoto até 2012, representando 39% de atendimento. Os serviços são prestados pela concessionária pública estadual Sanepar que oferece serviços na área de saneamento básico (coleta e distribuição de água; coleta e tratamento de esgoto). A cidade dispõe de uma Estação de Tratamento de Esgoto da SANEPAR (ETE Fazenda Rio Grande), que está situada às margens do rio Iguazu, bem próxima de bairros vizinhos, que reclamam do cheiro dos resíduos (esgotos) coletados pela estação.

O Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal publicado em 2013, que disponibiliza dados sobre Escolaridade; Saúde e Renda, a partir dos dados do IBGE (2010), revela que houve melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, sendo que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), dos municípios paranaenses “avança quase 50% em 20 anos. (...) O Paraná não tem mais nenhuma cidade com IDH-M muito baixo, que é a faixa que vai de 0 a 0,499”. (GONÇALVES, 30/07/2013).

O IDH-M de Fazenda Rio Grande em 2010, foi de 0,720, considerado alto, e aumentou em relação ao ano de 2000, que era de 0,594 (baixo). A classificação do município na unidade

da federação em 2000 estava na posição 114 e em nível nacional na posição 1.507. Em 2010, passou para posição 127 e em nível nacional 1301.

Dentro deste contexto houve relativa melhoria nas condições de vida dos moradores de Fazenda Rio Grande. “Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,179), seguido por Renda e por Longevidade” (PNUD, 2013).

A densidade demográfica é de 692,38 habitantes por km² (IBGE/2010), enquanto que em Curitiba é de 3993,64 hab./km².

Na educação, em 2010 houve aumento de 126,70% na proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo em relação ao ano de 2000. Apesar disso, 78,46% de jovens entre 18 a 24 anos não estudam. A faixa etária da população com maior taxa de analfabetismo (14,94%) situa-se na de 50 anos e mais, segundo dados do IBGE de 2010 e IPARDES (2012).

A longevidade (esperança de vida ao nascer) aumentou de 70,73 (2000) para 75,84 anos (2010). Em Curitiba é de 76,30 anos (2010). Em relação à mortalidade infantil, até 1 ano de idade, é de 11,6 por mil nascidos vivos. Enquanto que em Curitiba é de 11,9 (2010). 67,80% da população do município estão na faixa de 15 a 64 anos, e a taxa de fecundidade total (filhos por mulher) apesar de alta (2,3 filhos) retrocedeu em relação ao ano de 2000 quando se encontrava em 3,0 filhos. Em Curitiba a taxa de fecundidade caiu de 1,7 (2000) para 1,6 filhos (2010).

Apesar de ter havido aumento da renda per capita de 395,64 (2000) para 677,31 (2010) o município possui baixa renda per capita. Em Curitiba a renda é de 1.581,04 (2010). A taxa de vulnerabilidade social no município, em 2010, é de 18,31%. Enquanto que em Curitiba é de 7,86%. (PNUD, 2013).

Mesmo sendo um município periférico da Região Metropolitana de Curitiba, há desigualdade social entre os grupos sociais de Fazenda Rio Grande. O Índice de GINI, indicador que mede a concentração de renda em determinado grupo social é de 0,46 (2010) (quanto mais próximo de 1 mais desigual). Em Curitiba é de 0,55 o que revela maior concentração de renda na capital do Paraná.

Em relação à economia, o município destaca-se no setor de serviços (41,72%); industrial (16,54%) e comercial (15,08%). Neste setor, destacam-se os seguintes aspectos: Trabalhadores com baixa escolaridade; baixos salários e a desconexão entre o local de moradia e o de trabalho, característico do movimento pendular.

Em relação à escolaridade, 58,40% dos trabalhadores do município cursaram até o ensino fundamental completo em 2010. No caso de Curitiba foram 79,65%.

No caso do salário, 70% dos trabalhadores possuíam o rendimento médio de até 2 salários mínimos em 2010. No caso de Curitiba foram 46,23%. O deslocamento diário de população para estudar e/ou trabalhar em Curitiba acontece devido ao fato da cidade não oferecer empregos suficientes. Segundo Deschamps (2004) cerca de vinte e cinco mil pessoas deslocam-se até Curitiba para trabalhar, cerca de 30% da população. Sobre o movimento pendular no Paraná, os pesquisadores Cintra, Delgado e Moura (2012), analisaram o fenômeno comparando os dados de 2000 e 2010, em que se percebe o aumento da incidência de deslocamentos diários acima de 30% da população para atividades de trabalho e/ou estudo em outro município, para 10 municípios. Dentre eles, Fazenda Rio Grande que alcança (34,81%), aproximadamente cerca de 28.431 pessoas, reiterando a dependência da capital (Tabela 1).

TABELA 1 - Proporções mais elevadas dos deslocamentos de saída em relação ao total da população do município que trabalha e estuda – Paraná – 2000 e 2010.

| Município | % Total PR 2000 | Município | % TOTAL PR 2010 |
|--------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|
| Almirante Tamandaré | 41,86 | Almirante Tamandaré | 47,85 |
| Piraquara | 40,12 | Campo Magro | 43,15 |
| Pinhais | 36,85 | Piraquara | 41,21 |
| Colombo | 35,70 | Colombo | 40,33 |
| Fazenda Rio Grande | 33,27 | Sarandi | 38,58 |
| Sarandi | 33,54 | Pinhais | 38,25 |
| Paiçandu | 31,50 | Paiçandu | 37,30 |
| Nossa Senhora das Graças | 29,52 | Itaperuçu | 35,37 |
| Campo Magro | 26,46 | Fazenda Rio Grande | 34,81 |
| Cambé | 25,41 | Quatro Barras | 31,31 |
| Campina Grande do Sul | 25,35 | Campina Grande do Sul | 29,69 |
| Itaperuçu | 24,24 | Balsa Nova | 28,60 |
| Quatro Barras | 23,80 | Santa Inês | 28,49 |
| Santa Inês | 23,26 | Cambé | 28,39 |
| Balsa Nova | 21,47 | Nossa Senhora das Graças | 27,25 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico NOTA: Elaboração do IPARDES.

(CINTRA; DELGADO; MOURA. 2012, p. 29)

(1) Os fluxos de trabalho para “vários municípios” não foram computados.

Este fato reitera o papel que as cidades-dormitórios exercem na economia como fornecedores de mão-de-obra para os grandes centros.

Constata-se que esses municípios são os grandes abastecedores de mão-de-obra para

serviços domésticos em Curitiba, e se infere que os trabalhadores que se deslocam de Curitiba para ocupações nos municípios periféricos são mais qualificados, dadas as faixas salariais preponderantes nesses casos. (MOURA, 2010, p 58-59)

Além do movimento pendular, a cidade apresenta problemas também em relação à gestão dos resíduos sólidos e esgoto sanitário, pois estão localizados em seu território o aterro sanitário de Curitiba e Região Metropolitana e a Estação de Tratamento de Esgoto da SANEPAR (ETE Fazenda Rio Grande), localizada às margens do rio Iguaçu, empreendimentos que ampliam os riscos e vulnerabilidades socioambientais das populações que habitam seu entorno (BORTOLUZZI, 2011).

Sobre a violência urbana, Representante da CEF, aponta algumas ações adotadas pelo Poder Público em Fazenda Rio Grande, no combate à violência urbana, nas últimas décadas:

Eu lembro que Fazenda Rio Grande anos atrás tinha um índice mais elevado de violência, depois de uns anos eles tiveram lá algumas medidas muito interessantes, tipo toque de recolher, tal horário, acho que dez, oito horas da noite, reduziu eu lembro que eu vi numa das pesquisas que Fazenda Rio Grande nem fazia mais parte dessa cidade violenta da Região Metropolitana de Curitiba, então tinha melhorado muito, era toque de recolher...era oito, nove horas da noite...boteco tudo fechado. (Representante da CEF. Junho, 2012)

2.9.4. Habitação Social e Áreas de Risco

Em Fazenda Rio Grande é notório o histórico de ocorrência de enchentes e inundações na cidade principalmente devido à ocupação desordenada de famílias próxima dos rios. Por conta disso, a Prefeitura realizou uma série de estudos e levantamentos técnicos sobre o déficit habitacional no município para conseguir apoio financeiro do governo federal com o intuito de prover habitações sociais para a população de baixa renda e de área de risco.

De acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), publicado pela Prefeitura em 2010, com apoio do governo federal, o município de Fazenda Rio Grande, possuía 42 ocupações irregulares com 2.529 moradias. Do total de famílias das ocupações irregulares 1.820 eram passíveis de regularização no próprio local, as demais 709 estavam vivendo em áreas de risco e precisavam ser realocadas.

Segundo Silva (2012) cerca de 7,03% do total de domicílios do Município situam-se em espaços informais de moradia. (IBGE, 2011^a; FAZENDA RIO GRANDE, 2010). (SILVA, 2012, p.177).

A partir da tabela 2 – Município de Fazenda Rio Grande: Resumo das Ocupações Irregulares por Bairro (2010) (ver p.72), nota-se que os bairros mais populosos do município são Estados; Iguaçu e Gralha Azul, os quais necessitam de ações de urbanização complexa, com

reassentamento de população, que vivem próximas de áreas de preservação permanente e beira de rio, sendo recorrente a ocorrência de enchentes nesses locais.

Tabela 2 – Município de Fazenda Rio Grande: Resumo das Ocupações Irregulares por Bairro (2010)

| BAIRRO | TOTAL | Urbanização Simples | Urbanização Complexa | Remanejamento | Reassentamento |
|-----------------|--------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|
| Estados | 462 | 59 | 399 | 0 | 4 |
| São Sebastião | 222 | 222 | 0 | 0 | 0 |
| Eucaliptos | 144 | 10 | 43 | 0 | 91 |
| Gralha azul | 755 | 10 | 503 | 0 | 242 |
| Pioneiros | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Iguaçu | 545 | 357 | 107 | 0 | 81 |
| Santa Terezinha | 119 | 3 | 69 | 0 | 47 |
| Nações | 281 | 13 | 25 | 0 | 243 |
| TOTAL | 2.529 | 674 | 1.146 | 0 | 709 |

Fonte: Diretoria de Habitação / Mendes Engenharia (2009)

Áreas de risco do município:

Figura 5 - Fazenda Rio Grande: Bairro Iguaçu na época das enchentes



Fonte: Gazeta do Povo (2011)

Figura 6 – Fazenda Rio Grande: Bairro Santa Terezinha



Fonte: Gazeta do Povo (2011)

Figura 7 – Fazenda Rio Grande: Bairro Gralha Azul



Fonte: Gazeta do Povo (2011)

Figura 8 – Fazenda Rio Grande: Casas em construção no bairro Iguazu 1



Fonte: A autora (2011)

CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi determinada por dois momentos, sendo o primeiro o trabalho coletivo do grupo de pós-graduação do PPGMADE, a partir da discussão a respeito da problemática socioambiental urbana, com referencial teórico estabelecido pelos professores-coordenadores do grupo, leituras e sínteses conceituais, estabelecimento de um recorte espacial no sul da Área de Concentração Populacional (ACP) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) com características urbanas, mais especificamente no município de Fazenda Rio Grande, e no segundo momento o trabalho com o comitê de orientação e a pesquisa de campo.

O comitê de orientação da presente tese é composto pela Professora Dra. Cristina de Araújo Lima, docente integrante do PPGMADE desde 2002, e membro do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, pelo Professor Dr. José Edmilson de Souza Lima, membro do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) e pela Professora Dra. Marley Vanice Deschamps, docente do Programa em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UNC), campus Canoinhas, Santa Catarina.

Além do trabalho coletivo, houve pesquisa individual, e em conjunto com o Comitê de Orientação, perpassando a participação em oficinas, aulas expositivas, seminários, congressos, elaboração de artigos, trabalho de campo e construção da Tese.

A fundamentação teórica resultou de um processo dinâmico de constante reelaboração, em um primeiro momento buscou-se analisar o fenômeno da globalização, dialogando com autores da Sociologia, da Geografia, da Economia e do Urbanismo, com o intuito de destacar o papel das cidades como *locus* onde acontecem os conflitos urbanos, socioambientais e dos riscos, considerando a interface entre o global e o local.

A partir do trabalho empírico sentiu-se a necessidade de realizar uma discussão teórica no campo da Sociologia, tendo como ponto de partida autores clássicos e contemporâneos que discutem a relação indivíduo e sociedade, a fim de compreender essa temática na sociedade global contemporânea e sua interface na análise dos fenômenos sociais da realidade pesquisada.

Em seguida, caminha-se em direção ao contexto local, com foco na construção do estudo de caso, para compreender o processo de metropolização e periferização da Região Metropolitana de Curitiba, sob a visão do município de Fazenda Rio Grande como cidade-dormitório. No trabalho de campo, adotou-se a pesquisa qualitativa que procurou por meio das falas dos entrevistados analisar aspectos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, bem como as condições de vida antes e após a mudança dos moradores para o conjunto habitacional.

Apresenta-se e discute-se assim a visão dos atores sociais (Representantes do Poder Público, Privado e Moradores) sobre o Programa em andamento.

Segundo Minayo (2011, p.15), a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade.

A pesquisa foi realizada com ênfase na metodologia qualitativa, que tem como proposta captar, por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação direta, compreender a visão de diferentes atores sociais sobre a implantação de políticas públicas de habitação, no caso o Conjunto habitacional Jd. Europa em Fazenda Rio Grande, que faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida, que segundo Minayo (2011) possui “um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”.

Sobre a pesquisa qualitativa:

(...) Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (...) O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 2011, p.21).

A abordagem teórica adotada é a da corrente da Sociologia Compreensiva que segundo Minayo (2011, p.23) propõe a subjetividade como o fundamento do sentido da vida e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas Ciências Sociais, com o intuito de “compreender relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações e a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, compreender e interpretar a realidade”. (MINAYO, 2011, p.24)

Após a etapa do trabalho de campo dá-se a análise dos dados à luz da teoria que fundamentou o projeto. “O tratamento do material que nos conduz a uma busca da lógica peculiar e interna do grupo que estamos analisando, sendo esta a construção fundamental do pesquisador. (...) É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações” (MINAYO, 2011, p.27).

Nesse sentido, há uma ruptura em relação à preponderância da visão hegemônica de razão e de ciência sobre as outras esferas da vida, transformando outros aspectos como o senso comum; as ideologias; a linguagem, entre outros, em objetos de conhecimento, antes descartados e banalizados.

A relação tradicional entre sujeito (pesquisador) e objeto (fenômeno a ser estudado) na construção do conhecimento também sofre modificações, pois aquele “objeto” também é

sujeito produtor de ideias e é por elas influenciado. Há uma relação dialética entre sujeito-objeto.

Segundo Martins (2011, p.54) o senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior ao conhecimento. Mas, porque é conhecimento compartilhado entre sujeitos da relação social. Nela, o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado da ação é, de certo modo, negociado por eles.

Além disso, o social torna-se uma dimensão que pode ser estudada a partir da expressão dos grupos na esfera pública: “Significados que a vida social assume na sua dimensão pública, no espaço em que uns se encontram com outros, seja de forma direta, como nas ruas, nas praças, nos rituais coletivos, etc. seja através de mediações institucionais”. (JOVCHELOVITCH, 1995, p.66)

Relacionado ao campo cultural e da esfera pública, Jovchelovitch (1995, p.79) propõe que os processos que engendram representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura.

No caso, considerou-se um cenário local da Região Metropolitana de Curitiba onde a proposta da construção de conjuntos habitacionais está sendo implementada, que é o município de Fazenda Rio Grande. Abordou-se, a partir das falas dos entrevistados, de que forma a política habitacional vigente está representando melhoria ou não das condições de vida dessa população, considerando a expressão dos beneficiários pelo seu senso comum.

3.2. PESQUISA QUALITATIVA

No ano de 2010, a partir de reuniões, discussões e levantamento de dados sobre o município pela Turma IX do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), houve a delimitação do local da pesquisa pelos professores e alunos do PPGMADE que trabalham a temática urbana.

Em seguida, foram realizadas visitas pelo grupo para conhecimento da realidade local e identificação dos problemas socioambientais da cidade de Fazenda Rio Grande; ocasião em que houve reuniões e conversas com representantes do Poder Público Municipal para o conhecimento da realidade local.

Figura 9 - Reunião na Secretaria de Meio Ambiente de Fazenda Rio Grande



Fonte: PPGMADE (2012)

Após a organização e elaboração do pré-projeto de pesquisa, os trabalhos foram realizados, seguindo a temática individual de cada doutorando com os Comitês de Orientação, compostos pelo aluno, orientador e co-orientadores.

O período de trabalho de campo, de forma mais individual, se iniciou nos meses de janeiro a outubro de 2012, quando foram realizadas entrevistas e conversas informais com os atores sociais relevantes da pesquisa: pesquisadores, políticos, gestores públicos da COHAB, CEF e Prefeitura de Fazenda Rio Grande; moradores do Conjunto habitacional Jardim Europa.

As entrevistas foram gravadas, transcritas em sua totalidade e após as leituras de conteúdo, as falas relatadas foram reunidas e agrupadas segundo categorias-chave, de acordo com a análise temática e com os objetivos propostos, seguindo os pressupostos da pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2011).

Esse referencial teórico permite identificar os núcleos dos sentidos que compõem as evidências relatadas, cuja presença atribui significado para a compreensão do discurso. Obteve-se então, categorias que emergiram da análise das informações referentes às opiniões, atitudes, valores, entre outros aspectos, dos entrevistados. Em seguida, realizaram-se três fases: a pré-análise, primeiro contato com o conteúdo e organização do material; em seguida, procedeu-se a análise do material, agrupando-se as falas para identificar as suas semelhanças e diferenças, e a partir daí, foram elaboradas unidades temáticas, para se chegar à terceira fase, ou seja, ao tratamento dos resultados.

Após a análise do material, foram instituídos núcleos de significados que possibilitaram a compreensão do discurso dos atores sociais envolvidos.

O município de Fazenda Rio Grande localiza-se cerca de 20 km de Curitiba e tem seu acesso principal pela rodovia Régis Bittencourt (BR-116), contendo trechos com pista dupla e simples, em estágio de duplicação. Essa obra é uma reivindicação antiga dos moradores, visto a demora do trajeto (cerca de 1h47 minutos em geral), e a ocorrência de mortes por atropelamentos no local.

Durante o percurso para realizar o trabalho de campo, já que a pesquisadora mora em Curitiba, observa-se uma transformação na paisagem geográfica. A cidade deixa para trás seus prédios e torres e gradativamente vai se transformando em uma paisagem mais rural, agregando elementos de um rural existente, mas que também está em transformação.

Figura 10 - Percurso de Curitiba a Fazenda Rio Grande



Fonte: A autora (2012)

No trajeto entre Curitiba a Fazenda Rio Grande, observa-se mudanças na paisagem: os arranha-céus desaparecem e dão lugar às árvores, bosques e jardins, junto à casas esparsas que compõem o cenário de um rural modificado.

Figura 11 - O encontro entre a cidade e o campo



Fonte: A autora (2012)

Próxima à rodovia BR-116, a placa sinaliza a entrada do Conjunto habitacional Jd. Europa, a única sinalização existente que avisa que as moradias estão próximas.

Figura 12 - Placa indica a chegada ao Conjunto habitacional Jd. Europa – 2012



Fonte: A autora (2012)

No momento da entrevista e interação com os moradores, foi possível construir uma relação dialógica, por meio de conversas e relatos sobre como era a vida nas áreas de risco e o que mudou com a transferência para o conjunto habitacional.

O mais importante no processo foi poder escutá-los e compartilhar dessa forma seus relatos e experiências de vida. Além disso, foram observados aspectos internos e externos dos sobrados: estrutura física da casa, saneamento, luz, áreas de lazer, acesso a equipamentos públicos, de forma a verificar como se estabelecem as políticas de inclusão social nesse lugar.

Figura 13 - O compartilhar entre a pesquisadora e o sujeito



Fonte: A autora (2012)

O trabalho de campo consistiu em visitas; observações acerca da realidade pesquisada e entrevista com os atores sociais: Representantes do Poder Público; Setor Privado e Sociedade Civil.

Durante as conversas com os moradores do Conjunto habitacional Jardim Europa, objetivou-se compreender as seguintes questões: Como era viver nas áreas de risco e quais eram os problemas socioambientais existentes, e com a mudança para o conjunto habitacional, como é viver nesse local e ser cidadão nesse contexto.

Figura 14 - O viver no sobrado



Fonte: A autora (2012)

Figura 15 - Oficina da Consultoria com as crianças do Conjunto



Fonte: A autora (2012)

A partir do trabalho empírico e mergulho na realidade observada e vivenciada, apreendida por meio dos depoimentos dos atores sociais envolvidos, buscou-se articular a teoria e a prática, e discuti-las com os autores, pelo marco teórico da Sociologia em conjunto com a Geografia, Urbanismo, Economia e da área ambiental.

Figura 16 - Retorno para Curitiba



Fonte: A autora (2012)

O contato da pesquisadora com o *locus* de pesquisa realizou-se por diferentes formas, dependendo do estágio do estudo. Inicialmente por meio de visitas técnicas acompanhadas pelo grupo de pesquisa do PPGMADE no município constituído por professores e alunos. Em outras ocasiões as visitas foram realizadas em dupla formada pela pesquisadora e colega do grupo urbano. Acompanhando o trabalho das assistentes sociais junto às famílias no conjunto, onde as reuniões aconteciam na escola pública mais próxima, e sozinha por meio de entrevistas individuais na casa dos moradores.

A pesquisa desenvolvida por seu caráter qualitativo utilizou-se de vários instrumentos dependendo do grupo social a ser analisado. No caso dos moradores, houve a observação direta de sua realidade, representada pelo ambiente em que vivem; sendo analisados aspectos internos e externos das moradias do Conjunto. Foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas com os moradores, com o objetivo de captar a visão dos sujeitos por meio de suas falas relatando o que mudou em suas vidas a partir da mudança para o conjunto. Em relação aos representantes do Poder Público e do setor privado, foram realizadas nove entrevistas. Optou-se em realizar as conversas em seus ambientes de trabalho. Os assuntos abordados foram sobre a concepção e implantação do Conjunto habitacional Jardim Europa em Fazenda Rio Grande; o Programa Minha Casa Minha Vida e o impacto do Conjunto em seu entorno. Foram entrevistados representantes das seguintes instituições: COHAB-CT; Empresa Construtora; Consultoria contratada pela CEF; Escola Estadual (do bairro); Escola Municipal (do bairro); CRAS (do bairro), Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande; além de dois pesquisadores contratados por um vereador. Perfazendo um total de vinte entrevistados.

O conjunto habitacional é composto por oito quadras. Pelo fato de não existir uma associação de moradores organizada, nem um espaço físico no local que permitisse a realização de reuniões, encontros e oficinas comunitárias entre os moradores, optou-se em realizar entrevistas individuais, escolhendo moradores, de forma espontânea, que moram em diferentes ruas do local. O conjunto habitacional é composto por oito quadras. A fim de captar as falas de moradores de diferentes pontos do conjunto, os entrevistados foram selecionados, de acordo com a localização de sua moradia, de maneira espontânea e aleatória, não sendo especificado gênero sexual ou faixa etária e sim, apenas o de ser o responsável pela moradia; maior de idade, e que estava em casa no momento da entrevista. A ideia foi a de estabelecer um diálogo informal com os moradores com o intuito de apreender suas percepções em relação a sua nova moradia.

As entrevistas foram realizadas aos finais de semana (sábados e domingos) dos meses de maio a julho de 2012. Para isso, a pesquisadora buscou realizar a entrevista dentro da moradia (quando possível) para que se pudesse realizar uma conversa tranquila com os moradores sem interrupções. Foi utilizado um roteiro semi-estruturado (ver Anexo) que norteou a conversa, mas foi possível ir além deste, permitindo que os moradores se expressassem à vontade, sem restrição de tempo, sendo que a duração das entrevistas oscilou entre 40 a 60 minutos e foram gravadas em meio digital. Do total de entrevistados, apenas um não permitiu que a gravação fosse realizada. Nesse caso, as anotações foram escritas à mão. Além das gravações das entrevistas foram realizados registros fotográficos que abordaram aspectos internos e externos das moradias do Conjunto. Foram entrevistados onze moradores que moram ruas Tangerineira, Mogno, Caramboleiro e Imbuzeiro. Sendo nove mulheres e dois homens, com faixa etária de 20 a 59 anos. Algumas características encontradas: as mulheres não trabalham fora de casa, por diversos fatores, entre eles: Problemas de saúde, desemprego, não têm com quem deixar os filhos, etc. Sendo assim, o marido é quem realiza atividade econômica. A renda familiar é baixa predominando o recebimento de um salário mínimo, e há famílias que são atendidas por políticas públicas assistenciais, no caso o Programa Bolsa Família.

Mais do que respostas e certezas encontradas e construídas, durante a pesquisa, foram estabelecidas dúvidas e elaboradas perguntas a respeito da articulação entre o teórico e o empírico. Refletindo sobre as falas dos moradores sobre o viver no conjunto habitacional verificou-se que os riscos socioambientais ainda persistem e não foram eliminados com a mudança.

CAPÍTULO 4: ATORES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

A conformação da cidade e a ocupação dos espaços valorizados pelo capital retratam a forma como o poder econômico se manifesta e se reproduz em nossa sociedade. As áreas centrais são voltadas para as camadas sociais privilegiadas e a periferia da cidade é destino daquela maioria desprovida de renda e do direito à cidade.

Face o descaso secular do governo no que se refere a proporcionar moradia digna a imensa maioria da população que necessita a Política Pública habitacional para a população de baixa renda no Brasil, nas últimas décadas, tem resultado em propostas ineficazes, que não atendem o público a que se destina, e na maioria das vezes sem continuidade.

Dickow (1996) em seu estudo sobre a habitação popular no Paraná mostra que a ação do Estado Brasileiro neste setor esteve sempre ligada a interesses políticos, econômicos e ideológicos da classe dominante.

Com o golpe de 1964 e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), a “casa própria” foi uma política amenizadora de tensões sociais. A escolha da habitação como eixo da política urbana, incentivou o desenvolvimento da Indústria da Construção Civil, que foi uma forma de retomada do crescimento econômico e absorção da massa trabalhadora vinda do campo (DICKOW, 1996, p. 7).

Segundo a autora, houve o predomínio na habitação popular desde os anos 1960 do modelo da produção em série, chamado de “Projeto de Baixo Custo”, “tipo linha de montagem, quanto maior a escala, menor o custo e maior o lucro. Algumas empresas fizeram fortunas em pouco tempo às custas do SFH (Sistema de Financiamento da Habitação) (DICKOW, 1996, p.11).

Adauto Cardoso, pesquisador do Observatório das Metrópoles, em seu artigo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, (2011) destaca três períodos importantes cujas políticas públicas habitacionais ora são dirigidas pelo Estado, ora pelo município, ora pela União em parceria com as demais esferas de poder, que serão detalhados a seguir.

No período do final da década de 1980 houve um forte processo de municipalização das políticas habitacionais rompendo com a responsabilidade das Companhias Estaduais de habitação que havia nas décadas passadas.

A ação pública no setor habitacional passou então a depender fortemente da iniciativa dos governos municipais, fortalecidos pela reforma institucional e fiscal promovida pela Constituição de 1988 e também pelo novo papel desempenhado na arena política nacional pelos novos prefeitos eleitos no processo de redemocratização do país. (CARDOSO, 2011, p.2).

Com a redemocratização política em 1985, se esperava realizar uma reforma urbana que representasse transformações na sociedade brasileira, segundo Dickow (1996), mudando a concepção de habitação “como acesso à moradia e não somente à propriedade. Concebida de múltiplas formas – autoconstrução, mutirão, reforma de moradia precária, moradias de aluguel, lote urbanizado, urbanização de favela, além dos convencionais melhorados em qualidade e tecnologia construtiva” (DICKOW, 1996, p. 26).

No período entre 1986 e 2003 em paralelo as tentativas desarticuladas do governo federal em implementar uma política habitacional consistente, houve destaque para iniciativas locais que contaram com recursos humanos capacitados e participação da sociedade civil. “Em nível local algumas administrações, sobretudo nas grandes cidades, mostraram maior consistência ao constituir equipes técnicas de bom nível, capacidade administrativa e forte articulação com a sociedade, o que permitiu o desenvolvimento de vários programas e ações inovadoras. (CARDOSO, 2011, p.3).

Com o governo Lula em 2003 e a criação da Secretaria Nacional de Habitação tenta-se aproveitar as experiências desenvolvidas em habitação de administrações municipais do Partido dos Trabalhadores junto com os movimentos sociais, articulando e integrando com outras esferas de governo, potencializando a criação de espaços de discussão e fomento como fundos, conselhos e planos locais de habitação de interesse social para a implementação de projetos. “Para que os estados e municípios pudessem integrar o novo sistema, teriam de aderir à estrutura de criação de fundos, conselhos e planos locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), de forma a garantir sustentabilidade, racionalidade e, sobretudo, a participação democrática na definição e implementação dos programas e projetos. (CARDOSO, 2011, p.3).

Com a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foi possível garantir recursos a fundo perdido para estados e municípios e dar continuidades aos programas habitacionais. Além disso, o governo Lula lança em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com objetivo de promover o crescimento econômico e investimentos em infraestrutura, com ênfase na habitação (urbanização de favelas) e saneamento básico.

Para potencializar o acesso das famílias ao mercado habitacional criou-se em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que propõe acesso ao mercado habitacional para famílias que recebem até 10 salários mínimos e por outro lado, reaquece o ramo da construção protegendo-o da crise econômica internacional.

Uma das críticas que se faz ao programa é que o promotor do empreendimento acaba sendo o setor privado, pois os estados e municípios ficam responsáveis em organizar outras

atividades tais como a demanda; facilitar a produção, através da desoneração tributária e flexibilização da legislação urbanística e cessão de terrenos públicos. “Neste sentido, cabe ao mercado a promoção dos empreendimentos imobiliários elaborados de acordo com as exigências técnicas mínimas do PMCMV, principalmente no que se refere ao cálculo do valor da unidade habitacional, de forma a se enquadrar no perfil financiado e, ao mesmo tempo, garantir maior taxa de lucro possível em seus projetos. (CARDOSO, 2011, p.6).

Outro aspecto apontado por Cardoso (2011), é que para as empresas obterem lucro neste programa irão escolher empreendimentos com grande número de unidades habitacionais em terrenos grandes, os quais são mais comuns em áreas periféricas do que em bairros centrais, reforçando dessa forma o processo de segregação socioespacial por que passarão a sofrer os futuros moradores. “(...) Fenômeno decorrente do fato da oferta de terra urbanizada ser relativamente limitada na maioria dos municípios com maior centralidade e, na ausência de políticas de controle da especulação e cumprimento da função social da propriedade, a tendência é que o preço da terra aumente na proporção em que cresce a demanda”. (CARDOSO, 2011, p.7-8).

Além dos vários pontos levantados por Cardoso (2011), Rodrigues (2011) em seu artigo sobre a política urbana do governo Lula observa que com Programa Minha Casa Minha Vida deu-se aumento no preço da terra, reforçando a especulação imobiliária. “Vários problemas podem ser apontados sobre o programa MCMV, em especial, o que diz respeito ao aumento do preço da terra não apenas nas imediações onde estão sendo construídas as unidades, mas de forma geral em todas as cidades onde o programa tem sido implementado”. (RODRIGUES, 2011, p. 65)

A consequência do Programa para as populações, segundo Aducci, além do alto custo com o transporte público e o aumento da demanda por serviços públicos essenciais, ocorre a inserção das famílias em um processo homogeneizador que ignora seus aspectos culturais e sociais e tende a reproduzir o modelo da construção de enormes conjuntos habitacionais que contém mais de mil famílias. Dessa forma tem se privilegiado apenas o aspecto quantitativo (quantidade de unidades) em detrimento das questões qualitativas (infraestrutura, localização, tamanho, etc.). “Características como diferenças regionais na dinâmica econômica, tamanho da família, aspectos culturais e novas possibilidades de inovações tecnológicas são reiteradamente ignoradas neste tipo de política, que tende a reproduzir tipologias e processos construtivos tradicionais que homogeneizam as necessidades objetivas e subjetivas das populações as quais estes projetos se destinam”. (CARDOSO, 2011, p.9-18).

O Programa Minha Casa Minha Vida desponta como a grande solução dos governos para combater o déficit habitacional, mas não está presente nele aspectos essenciais à efetividade das Políticas Públicas: a sua avaliação, monitoramento e a preocupação com aspectos qualitativos do morar.

No Estado do Paraná desde 2009 tem-se assinado contratos com o governo federal do Programa Minha Casa Minha Vida com o intuito de combater o déficit habitacional no estado e ofertar acesso ao financiamento habitacional para a população de baixa renda.

O programa já contratou 124,5 mil unidades habitacionais no Paraná - 81,4 mil delas foram concluídas. Os recursos aplicados ultrapassam R\$ 8 bilhões. O déficit habitacional no estado é aproximadamente 260,6 mil domicílios, segundo cálculos da Fundação João Pinheiro. (BRASIL, 23/07/2012)

Apresentaremos a seguir as Políticas Públicas de Habitação em desenvolvimento no município de Fazenda Rio Grande.

4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM FAZENDA RIO GRANDE

Segundo o Coordenador da Divisão de Habitação e Regularização Fundiária, Sr. Tony Silva, a gestão atual, reeleita em outubro de 2012, está implementando transformações importantes na cidade, pois estão sendo desenvolvidas várias ações na área habitacional, relacionada à regularização fundiária de áreas, remoção de moradores de área de risco, construção de novas moradias populares e de recuperação ambiental, de iniciativa da Prefeitura, e em parceria com o governo do Estado e da União.

Segundo ele, essa nova fase destoa bastante da gestão passada, em que só havia uma imobiliária na cidade a qual o proprietário era o Prefeito.

Segundo relatório da Secretaria de Ação Social:

Com a explosão demográfica a cidade sofreu um crescimento desordenado, e inevitavelmente a população passou a habitar em lugares impróprios e precários para uma condição de vida básica, e também em localidades de preservação ambiental. Tendo em vista que é uma população na sua maioria de baixa renda e sem escolaridade. E foi diante desse quadro que a Prefeitura de Fazenda Rio Grande, tomou a iniciativa juntamente com o governo Estadual e Federal em parceria com a COHAB e Caixa Econômica, de pôr em prática o projeto habitacional “Jardim Europa”, que tem o objetivo de retirar essas famílias das áreas de risco e irregulares, fazendo a relocação dessas pessoas e também regularizando onde for necessário no próprio local, porém o principal objetivo é dar a condição de vida digna aumentando assim a autoestima e resgatando a cidadania. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE. Maio, 2011).

4.2. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Segundo a Caixa Econômica Federal, o Programa Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR, criado em março de 2009, de iniciativa do governo federal, e em parceria com estados, município, empresas e entidades sem fins lucrativos, consiste em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00¹⁸. As famílias a serem beneficiadas pelo Programa são indicadas e selecionadas pelo município ou Governo do Estado/Distrito Federal.

O PMCMV foi lançado em março/2009, com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de 1 milhão de novas unidades habitacionais, atualmente essa meta é de 2 milhões de novas moradias para as famílias com renda bruta mensal de até R\$ 5.000,00. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2012)

Segundo o representante da Companhia de habitação popular de Curitiba (COHAB-CT), um dos atrativos do programa é o subsídio dado às famílias que pagarão prestações baixas, cerca de 10% da renda familiar.

Esse programa prevê um subsidio muito grande, o que elas vão pagar, dessa 1ª. faixa, eles vão pagar lá...uma porcentagem do salário, cada cem reais, que não paga na verdade naquele caso 47 mil, o que custou a casa, e ainda eles dependendo da renda, tem logo de cara um desconto de 17 mil, 18 mil, a prestação é bem baixinha, então um subsidio muito grande, elas vão pagar um preço bem baixo, bem fácil de pagar, essa é a ideia do programa, não pode ser um custo muito alto mensal, daqui a pouco você vai ter 50, 60% de abandono, inadimplência, então o que acontece, tem esse subsidio, elas não vão poder entrar novamente em outro, a gente sabe que muitos vendem, faz um contrato de gaveta, ganham dinheiro, tal mas esses nunca mais vão poder ser atendido. (Representante da COHAB-CT. Junho, 2012)

O Programa Minha casa Minha Vida ele tem assim um direcionamento já pro trabalho social que saiu do Ministério, um deles é trabalhar com intersetorialidade, com as políticas públicas, levar as pessoas a se integrarem no local, terem acesso a todas as políticas, principalmente a questão da escola, tem um eixo que é eixo ambiental, outro de trabalho, de geração de emprego e renda, então é uma proposta que o município deve fazer, de dar esse apoio. (Representante da CEF. Junho, 2012)

Características do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV):

Para famílias com renda até R\$ 1.600,00 e com indicação pelo Município ou Governo do Estado/Distrito Federal:

Se você que não tem renda ou possui renda familiar bruta mensal até R\$ 1.600,00, reside em capital, região metropolitana ou município com população igual ou superior a 50 mil habitantes e não tem imóvel, pode procurar a Prefeitura da sua cidade. As

¹⁸ O Programa atende a três faixas de renda: Faixa 1, de até R\$ 1600,00; Faixa 2, de R\$ 1600 até 3100,00 e Faixa 3, de R\$ 3100,00 até R\$ 5.000,00. Contempla também a aquisição de terreno e produção de empreendimentos habitacionais vinculados a intervenções inseridas no PAC, para reassentamento, remanejamento ou substituição de unidades habitacionais, atendendo as famílias provenientes da área de intervenção, admitindo-se renda familiar mensal de até R\$ 3.275,00.

famílias a serem beneficiadas são indicadas e selecionadas pelo município ou Governo do Estado /Distrito Federal.

Você deve estar cadastrado no CADÚNICO. A Prefeitura inclui, mantém e atualiza esse cadastro.

A execução das obras do empreendimento é realizada por Construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Sua casa é financiada em 120 prestações. E o valor das prestações é calculado de acordo com a sua renda familiar, sendo 5% da sua renda, mas nunca menor que R\$ 25,00. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2012)

A seguir, serão apresentadas as visões dos atores sociais acerca da implantação do Conjunto habitacional Jardim Europa no município de Fazenda Rio Grande e do Programa Minha Casa Minha Vida como alternativa de moradia aos moradores das áreas de risco, bem como os de baixa renda.

4.2.1 O Conjunto Habitacional Jardim Europa em Fazenda Rio Grande

Uma das iniciativas em desenvolvimento pelo município para resolver (em parte) o problema das áreas de risco foi a construção do Conjunto Habitacional Jardim Europa. Fruto de um convênio assinado entre a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal, do Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida, possibilitou a construção de 501 casas, com o custo de vinte e dois milhões de reais.

No mês de dezembro de 2011 houve a derrubada de casas dos moradores de áreas de risco de Fazenda Rio Grande, principalmente dos bairros Gralha Azul, Santa Terezinha e Iguazu, conhecidos na cidade devido aos problemas sofridos com as enchentes e de riscos socioambientais, e por isso, houve a mudança de 250 famílias de áreas de risco para o conjunto habitacional Jd. Europa, do Programa Minha Casa Minha Vida.

A implantação do empreendimento dependeu de várias fases, desde a concepção do projeto; compra do terreno; contratação da empresa, construção da obra e trabalho social junto aos moradores. Para isso contou com a participação da COHAB-CT, Prefeitura de Fazenda Rio Grande, Caixa Econômica Federal, e Empresa privada.

As moradias serão destinadas a pessoas com deficiência, idosos e famílias com renda familiar de até três salários mínimos, que vivem em áreas perto de rios". (...) "A Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB) deu o terreno e o apoio técnico, a Caixa repassou recursos e, com isto, Fazenda Rio Grande está retirando famílias de áreas de risco. Só uma parceria como essa será possível enfrentar os problemas sociais comuns da Região Metropolitana de Curitiba", afirmou Richa, acompanhado da presidente da Fundação de Ação Social (FAS), Fernanda Richa (Site da COHAB-CT, s/d).

Segundo a representante da CEF, o aspecto do Programa que chama atenção é em

relação à subvenção dado pelo governo ao programa, tornando-o acessível às famílias de baixa renda.

Agora você vê...é um programa bom viu, você veja quando...esses moradores vão pagar aqui a maioria paga ou que R\$ 50,00 ou no máximo R\$100 é pouco né. Que o programa coloca 10% no máximo do valor da renda ou no mínimo R\$ 50,00. Um imóvel desse aqui se você for fazer uma avaliação...porque esse aqui eu não fiz, mas o que a gente vê que todos eles lógico estão valorizando...né...hoje um imóvel desse aqui...um sobrado desse aqui...um sobrado desse aqui...está valendo eu calculei...uns R\$ 75 mil, R\$80 mil. Você veja eles vão pagar metade... é claro é pequeno, mas ele é feito com recurso público, o objetivo é tirar as famílias mais necessitadas da beira de ocupação irregular, ou área de risco principalmente; pra muitos pode acabar sendo assim o primeiro imóvel próprio pra dar de entrada em outro melhor, pra outros pode ser que seja eterno, pra outros pode ser que eles não consigam se fixar nesse local. É um programa que eu considero um programa muito bom...apesar dos entraves que tem que é justamente isso, você consegue viabilizar...não teriam hoje se não tivesse esse programa o que é que eles teriam acesso...a verbas aquelas que vem do PAC mas o recurso não é muito...né, são para algumas áreas...agora hoje o Minha casa minha vida vira e mexe tá construindo aqui e ali que por mais não é a moradia ideal, nem a gente mora na moradia ideal. (Representante da CEF. Junho, 2012)

4.2.2. Participação da COHAB-CT

Segundo o representante da COHAB-CT, o terreno em que foi feito o empreendimento era de uma empresa, que por meio de uma parceria, propôs uma troca de seu terreno em Curitiba por outro em Fazenda Rio Grande, e a COHAB-CT aceitou.

Esse terreno da Cohab ela já tem há alguns vários anos...eu não sei precisar as datas...algo em torno de 7 anos...foi feita uma troca de uma empresa que tinha os terrenos aqui em Curitiba que tinha que repassar pra Cohab, através de uma parceria e propôs a troca por toda essa área lá em fazenda Rio grande, a Cohab aceitou, porque mais lotes, lá deu 501 unidades de casas. Então como é que funciona lá. (Representante da COHAB-CT. Junho, 2012).

Outro detalhe importante apontado pelo gerente é que quando se trata de um empreendimento no município de Curitiba é feito todo um estudo junto a Prefeitura em relação à infraestrutura e serviços existentes no local, sob a análise da Caixa Econômica Federal, autorizando ou não a construção do empreendimento. Nesse caso, por se tratar de um empreendimento fora de Curitiba, a atuação da COHAB-CT ficou mais restrita.

Nós temos uma diferença muito grande ali porque esse Fazenda Rio Grande é o único que nós fizemos assim fora de Curitiba, até porque a gente tava com aquela área parada, e resolvemos colocar para esse programa, revertemos num dinheiro que nós utilizamos pra atender outras famílias aqui em Curitiba, mas nós não temos ingerência nenhuma lá com a Prefeitura, aqui sim em Curitiba nós temos ingerência total. A Prefeitura de Curitiba tem mais recurso, tem mais suporte pra fazer esse tipo de intervenção, a CEF quando ela vai analisar uma área para um programa desse tipo ela analisa essas condições, dentro de um certo raio de atuação, quantas escolas tem, tudo isso é analisado, a Caixa Econômica Federal também não aprova um conjunto sem essa...eu tive ano passado, eu tava tendo uma assessoria para a Prefeitura de Araucária

, na Minha casa minha vida, e algumas obras não foram aceitas pela CEF, porque as escolas eram muito longe, posto de saúde muito longe, a escola que tinha estava muito lotada. (Representante da COHAB-CT. Junho, 2012).

De posse do terreno em Fazenda Rio Grande, a COHAB-CT elaborou o projeto do conjunto habitacional. A construção das casas é realizada por uma empresa particular, que compra o terreno, com a infraestrutura existente, e constrói as casas, após participar de um processo de licitação pública. O Programa repassa para a empresa um valor proporcional pelas casas construídas mensalmente. Neste caso, o custo de cada unidade foi de R\$ 47 mil reais:

O terreno era nosso da Cohab, nós fizemos uma licitação pra que uma empresa comprasse o terreno e fizesse o empreendimento atrelado ao Programa Minha casa minha vida. Esse tipo de leilão é muito comum aqui, com os imóveis da Cohab.

O Programa Minha Casa Minha Vida é só uma empresa particular que pode entrar com o projeto dentro da CEF, não pode ser a Cohab, nem a prefeitura, nem nada, então o que a gente faz, a gente tem uma área, a gente faz todo o projeto, como nós fizemos lá, fizemos todo o projeto do loteamento...aprovamos todo o loteamento, ele tava aprovado, tinha ruas já implantadas, asfaltadas, rede de água, rede de esgoto, drenagem, e nós tínhamos o projeto implantação das casas, dos sobrados, 501 casas, então a gente faz um leilão do terreno e a empresa que pagar mais pelo terreno para nós ela leva o terreno e praticamente já dá entrada na CEF com o projeto nosso, nós já antes do leilão nós já negociamos com a CEF também, já tá encaminhado com a CEF. Só a empresa ganhar o leilão e já tá tudo acertado.

Ela vai construir as 500 casas, na verdade nem é a empresa que paga o terreno pra Cohab é o programa, porque que tem um leilão, a empresa que pagar a mais pelo terreno pra nós, naturalmente ela vai ter que tirar do lucro dela, esse a mais que ela pagou, que é um preço fixo, lá foi 47 mil reais por unidade, esses 47 mil que ela recebia por unidade era pra pagar a construção da casa, o terreno e a infraestrutura, no caso a infra já tava pronta, nós já tínhamos feito o terreno, então na verdade ela pagou isso pra Cohab, infra e o terreno, ela comprou um terreno já loteado e infraestruturado, ela só foi recebendo por mês o valor correspondente ao valor das casas que ela ia construindo, era feita a medição mensal, e ela foi recebendo mensalmente o serviço que era executado, (demorou pra ficar pronto) se não me engano foi dois anos. (Representante da COHAB-CT. Junho, 2012)

O período de licitação da obra até a entrega do empreendimento demorou cerca de dois anos, de dezembro de 2009 a dezembro de 2011, A empresa construtora relatou que os principais problemas durante a obra foram em relação à falta de mão de obra e a ocorrência de chuvas:

Nós tivemos dificuldade de execução, chuva, mão de obra, nós tivemos que fazer, nós fizemos treinamento de pessoal, fizemos uma parceria com o SESI pra fazer treinamento de pessoal no local.

A prefeitura disponibilizou todos os órgãos dela de divulgação, sempre foi incentivado, nós pusemos na rádio, pusemos no jornalzinho de circulação, a prefeitura disponibilizou pra nós o órgão, a Secretaria de Trabalho e Emprego, eles anunciavam, punham cartazes, que tinha a disponibilidade de vagas, pra quem tivesse interesse, de mão de obra, para quem tinha interesse, pouca gente, foi feito, teve até reportagem na ocasião, com a participação até da prefeitura, nós fizemos esses cursos de qualificação de mão de obra, e daí distribuimos, fizemos uma solenidadezinha para distribuir os

certificados para os participantes que concluíram o curso conosco. Então a prefeitura participou, ajudou a gente a procurar mão de obra, mesmo porque pra o município é interessante, ao invés da pessoa ficar dependendo de favor, ou bolsa auxílio, disso ou bolsa auxílio daquilo, vai lá, trabalha, e recebe pelo que produziu, dignifica a pessoa, eu acho que esse curso nós conseguimos graduar 28 pessoas, em parceria com o SENAI, parceria com o Sinduscon também. (Representante da empresa construtora. Outubro, 2012)

Sobre o período de pós-ocupação, os problemas apontados foram as instalações elétricas e o uso incorreto dos equipamentos sanitários pelas famílias. Para ele, falta orientação da população em relação a isso.

O pessoal não tem muita cultura, então isso a gente já fez bastante, não tá funcionando o esgoto, você vai lá, tira uma boneca, é o mal uso do equipamento, isso tem bastante visita lá, a instalação elétrica as vezes é um mal contato. Tem gente que não tem cultura nenhuma, entra lá, puxa um fio prá fora, monta um T, e daí começa a fazer um pinheirinho de coisas. Essa caixa tem um limitador. As ligações deles de energia se encaixam no Luz fraterna, tarifa mínima. Pra isso, ela tem que ter um mínimo de consumo. Eles não tem dinheiro, mas daí eles compram aquele chuveirão, numa fiação pra uma casa de 110 V, vai sobrecarregar a rede, enche vira um pinheirinho, isso compromete a fiação, é uma questão de orientação. (Representante da empresa construtora. Outubro, 2012).

Perguntado sobre se valeu a pena para a empresa a participação no Programa Minha Casa Minha Vida, o representante da empresa construtora respondeu que não comercialmente, mas sim como experiência.

4.2.3. Participação da Prefeitura de Fazenda Rio Grande

A Participação da Prefeitura no processo é muito importante, em todos os momentos, antes, durante e no pós-obra. Desde a fase inicial a partir do cadastramento das famílias interessadas em acessar Políticas Públicas Habitacionais definidas por critérios socioeconômicos; orientação em relação às regras de funcionamento do programa; apoio durante a mudança das famílias, etc.

Ali funcionou da seguinte forma, nós fizemos esse projeto, fizemos o leilão do terreno, a empresa construiu, quem definiu quem ia morar lá foi a prefeitura, as famílias que iam, então eles definiram em função de renda, em função de situação de risco, cada prefeitura tem um sistema próprio, nós aqui também nós fizemos também temos essa questão, questão do risco, questão de idade das pessoas, questão do número da família, se é grande ou pequeno. (Representante da COHAB-CT. Junho, 2012)

No caso dos moradores, de áreas de risco, de fazenda Rio Grande, as casas foram demolidas, pois estavam em áreas de preservação ambiental e deverão, segundo a Prefeitura, se tornar futuros parques municipais, evitando assim novas ocupações e ofertando novas áreas de

lazer para a população.

A escolha dos apartamentos se deu por meio de sorteio, segundo a Representante da CEF, nesse caso, o morador pode escolher o imóvel que pretende ocupar, com a possibilidade de combinar de morar próximo de pessoas de que já conhece:

A gente orienta...é que esse no caso por exemplo de fila...o programa ele diz assim que na hora de você fazer a ocupação lá do local é através de sorteio, você sorteia a pessoa, você sorteia a ordem da escolha, sorteia a pessoa, e ela vai e escolhe o imóvel que ela quer, já no caso por exemplo, quando é reassentamento a gente orienta e os municípios tem feito isso que é preservar, faz um estudo das relações de vizinhança, os mapas tudo e preserva isso no local de reassentamento, então tem lugares que por exemplo, que eu estive lá, e eles disseram assim olha parece que eu tô lá ainda...porque a minha mãe ficou do lado, a minha vizinha ficou do outro..., Você sorteia pra você escolher, as pessoas meio que se combinam um lugar...eu escolhi a casa 5..É um critério que eles até preferem..(Representante da CEF. Junho, 2012)

Outro papel relevante da Prefeitura é em relação às áreas públicas do empreendimento, que poderão ser transformadas em equipamentos públicos importantes para os moradores, como escolas, creches, postos de saúde e praças, entre outros. No caso do conjunto habitacional, a instalação de calçada e do portão é de responsabilidade do morador.

Área pública sim, você deixa o terreno, deixa uma parte da área que é sempre institucional, você tem que deixar uma parte pra prefeitura que vai fazer uma escola, uma creche, posto de saúde, alguma coisa, eles tem que fazer, eles definem..., paisagismo às vezes, depende muito, nós aqui em Curitiba em alguns casos, a gente consegue, tudo depende da renda.

Aqui na nossa lei aqui municipal, calçada é uma obrigação do morador, quando a gente consegue alguns projetos nossos, aqui do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), quando consegue sobrar alguma verba a gente faz calçada, quando não sobra, é melhor ter asfalto, meio fio, drenagem, rede de água e esgoto, do que ter calçada, não podemos por calçada e deixar sem água, sem pavimentação. (Representante da COHAB-CT. Junho, 2012)

Segundo a representante da CEF, a participação da Prefeitura de Fazenda Rio Grande dar-se-á com mais força na fase pós-obra, após 180 dias da ocupação dos moradores, em que será dada continuidade do trabalho social.

Agora a Prefeitura vai entrar. A Prefeitura tá elaborando uma proposta, um projeto, vem pra CEF, a gente analisa, vê se esse projeto tá alinhado, não é a Prefeitura que acompanha o trabalho da credenciada, a credenciada é CEF, claro a prefeitura podia estar junto, fortalecer, desenvolver várias ações, a proposta é que caminhassem juntas, mas cá entre nós, a Prefeitura as vezes mal tem um assistente social que tem que dar conta de vários empreendimentos. Essa prerrogativa do credenciado entrar eles que escolhem agora e a maioria tem optado por esse momento de entrega do empreendimento o credenciado tá lá, porque alivia um pouco pra Prefeitura. (Representante da CEF, Junho, 2012)

O projeto do conjunto foi de responsabilidade da COHAB-CT e obedece a uma lógica racional e técnica que privilegia o aproveitamento máximo do terreno para construir e atender o maior número de famílias. Houve uma preocupação em relação à acessibilidade de famílias portadoras de deficiência física, com a construção de casas térreas. Fruto da orientação do Ministério das Cidades que defende o atendimento de 100% dessa demanda nos programas habitacionais do governo.

Nós fizemos assim, o sobrado que nós fizemos lá, na verdade, nós utilizamos um lote pra fazer dois sobrados, um lote tinha 7 m de largura por 20 de comprimento, nesses 7 m de largura a gente coloca 2 sobrados de 3,5 de largura cada um, então dentro de um lote a gente faz um subcondomínio prá 2 famílias, então a gente tem um aproveitamento maior desse lote, das 501 unidades divididos por 2 ia dar 250 famílias, conseguimos duplicar isso com essa proposta de sobrado, lá nós fizemos casas térreas porque nós tínhamos que atender uma demanda de pessoas que não podem usar escada, deficiente físico, tem que ter uma certa quantidade para atender essa demanda, até na época desse projeto não tinha isso, mas depois o Ministério das Cidades começou a adotar o índice de 3% né pra deficiente físico. Hoje praticamente Minha casa minha vida, 2 na faixa, a 1ª faixa que vai até R\$ 1.600,00, de salário, ou 0 a 3 antigo. Tem que ter 100% para acessibilidade, a acessibilidade, tem que ter uma previsão para atender 100% de acessibilidade. (Representante da COHAB-CT. Junho, 2012)

Segundo a representante da CEF, o melhor teria sido a construção de casas isoladas e não sobrados geminados:

Especificamente aqui até posso ver como é que foi...aqui né nesse caso mas no geral como é que acontece...tem lá um local, as vezes a construtora já vem com uma proposta por exemplo, de colocar sobrado, as vezes ela vem com uma proposta de colocar prédio, porque o custo é menor. Mas a CEF aí nessa equipe multidisciplinar normalmente assim verifica o local tudo, ele se tem a ver com aquela região se comporta lá pra aquele tipo de beneficiário que vai morar aquela proposta, não que consiga alterar isso, né, que eu entendo que por exemplo, o melhor é você sempre ter casas isoladas, não assim né tipo sobrados geminados. (Representante da CEF. Junho, 2012)

Interessante notar que por se tratar de um conjunto habitacional chamado pela CEF de loteamento aberto, não consiste em um condomínio, como alguns poderiam imaginar e, conseqüentemente, não existe a figura de um síndico ou de alguém que poderia zelar pelos espaços comuns do edifício. Como explica a representante da CEF:

Quando é um loteamento, que é o caso ali, né porque quando é fechado você tem um síndico, existe ali toda uma manutenção, quando é um loteamento, quem vai fazer? Porque é a prefeitura que vai ter que assumir, normalmente é um salão de associação, alguma coisa, e o poder público ele tem que assumir esse equipamento, né como tantos outros, que é senão você tem um elefante branco lá. (Representante da CEF. Junho, 2012)

Segundo a representante da COHAB-CT a empresa que executou o projeto deve elaborar um Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS) para trabalhar com as famílias antes, durante e após a ocupação. No caso, a empresa Fklas de engenharia foi a que venceu a licitação pública e construiu as 501 unidades do conjunto habitacional Jd. Europa. O trabalho social foi realizado pela empresa LX Consultoria.

O programa Minha Casa Minha vida prevê que a empresa que executa o projeto apresente também um PTTS, Projeto Técnico de Trabalho Social, que vai trabalhar com as famílias na pré-ocupação, na ocupação, e na pós ocupação, por, se não me engano, seis meses a um ano, não me lembro. Nós aqui adotamos isso, no PAC, temos aqui pra contratar vários PTTS, todos esses amarelinhos são PTTS, nós vamos contratar de cada projeto, nós contratamos uma empresa, que vai fazer esse trabalho técnico social, fazem reunião com as famílias, ensinam as famílias a morar numa casa, ensinam a utilizar uma residência, porque muitas delas vêm de situação bem precária, eles não tem nem banheiro, muitas famílias não sabem usar o vaso, depois tem essa continuação ministra cursos, todo o trabalho técnico social. (Representante da COHAB-CT. Junho, 2012)

A visão da COHAB-CT sobre o programa é de que ele é uma oportunidade muito importante para as pessoas que moravam em áreas de risco e não tinham acesso ao financiamento habitacional. Foi dito que sempre existe uma parcela da população que não gosta de morar no conjunto e que acaba se mudando, vendendo o apartamento. Segundo a empresa caso a família saia do empreendimento nunca mais poderá ser atendida novamente.

Existe sempre essa movimentação, uma migração existe, todos os projetos, todos os conjuntos, é impossível, em alguns casos é 10%, outros 20%, outros 30%, depende muito do caso, o que isso afeta, tem uma família lá, o marido, a esposa, dois filhos, eles pegaram aquela casa, se inscreveram, foram atendidos, se eles saírem, nunca mais vão poder ser atendidos de novo. (Representante da COHAB-CT. Junho, 2012)

Outro aspecto interessante em relação ao Programa é que os apartamentos ficam em nome da mulher, entretanto a representante da CEF, nota que muitas vezes não existem creches suficientes próximas aos empreendimentos, em que as mães possam deixar seus filhos e trabalharem fora, e então estas acabam deixando seus filhos sozinhos em casa.

Olha só ele é um programa que ele privilegia mulher chefe de família graças a deus...só que se a mulher é chefe de família ela tem que trabalhar...e essas crianças ficam aonde? Ficam com quem? Então você vai nos lugares e você vê aquele mundaréu de criança sozinhas o dia inteiro em situação de risco...obviamente porque elas que tem que cozinhar...elas tem que comer...lá, e a mãe não tem o que fazer, lá em Curitiba não tem creche...a educação...assim a questão de creche...eu sou bem a favor...lá daquele...que foi o governador do Rio o Brizola que dizia que o negócio é ter escola...mas você pode ter um empreendimento não precisa nem ter área de lazer, não precisa ter nada, aqui põe uma escola período integral, de manhã vai na escola. Você vai ter uma comunidade...que vai gerar daqui a 5 anos, daqui 10 anos, daqui 15

anos jovens produtivos, jovens do bem, agora deixa desse jeito aqui, daqui a 5 anos. Porque essas crianças que tã na rua elas são cooptadas pelo narcotráfico...Daqui 10 anos, daqui 15 anos você vai ter aqui gangues. Que são as crianças hoje de 10 que ficam ociosas. (Representante da CEF. Junho, 2012)

4.2.4. Participação da Caixa Econômica Federal (CEF)

A responsabilidade da Caixa Econômica Federal, segundo o representante da COHAB-CT, nesse processo é muito importante porque é ela que autoriza e fiscaliza a obra e acompanha todas as fases do projeto, até o pós-obra.

Faz o acompanhamento da obra toda, os pagamentos mensais, acompanha a entrega das moradias, toda a documentação das unidades. (Representante da COHAB-CT. Junho 2012)

Segundo a representante da CEF, antes da implantação de qualquer empreendimento habitacional dos programas sociais da instituição, é realizado um estudo detalhado, por uma equipe multidisciplinar, que irá analisar aspectos técnicos e sociais, os quais resultarão na viabilidade ou não da obra.

Em todos esses programas, a CEF tem uma equipe multidisciplinar, normalmente vai um engenheiro e um técnico social na área pra verificar todas as implicações daquela localidade, o engenheiro observa as condições do terreno e o técnico social realmente observa a proximidade com os equipamentos públicos, escolas, enfim, qual é a proximidade, qual vai ser a condição de moradia dessas famílias que vão habitar lá...antes do aceite da própria área. (Representante da CEF. Junho, 2012)

No caso do Conjunto habitacional Jd. Europa a representante da CEF relata que acompanhou os estudos técnicos de implantação da obra, mas o trabalho social com as famílias foi realizado por uma empresa terceirizada, e a partir deste momento a relação da instituição com a efetividade da obra e os problemas decorrentes é monitorado à distância.

A área ali, pelo que eu constatei que eu fui, é muito próxima, ela está bem inserida na malha urbana, ela tá bem próxima, a distância que ela tem dos equipamentos, me parece que é bem aceitável, eu ouvi através da credenciada que pra eles é longe, é até interessante pesquisar isso, pra eles é longe, prá algum deles é bem longe, isso é um dado muito importante pra gente, porque às vezes para implantar outro empreendimento se aquele ali lá é longe pra eles, como é que fica. O custo do terreno elevou bastante, é o que se viabiliza, mas pra alguns eles colocam que é longe (Representante da CEF. Junho, 2012).

4.2.5. Trabalho Social Realizado pela Empresa Terceirizada:

Além da construção do empreendimento realizado por uma empresa privada, a Caixa Econômica Federal contrata uma empresa para realizar o trabalho social com os moradores do conjunto habitacional. São realizadas atividades informativas e educativas em relação ao uso e manutenção dos equipamentos públicos (cadastro social; oficinas lúdicas com as crianças, palestras de cunho motivacional, entre outros). A ideia é que depois dessa fase inicial, o Poder Público municipal dê continuidade às atividades desenvolvidas e fortaleça a organização comunitária.

Sobre o trabalho social desenvolvido, é feita a:

Caracterização do município do empreendimento...dinâmica comunitária...foi feito pela credenciada...Tem toda uma justificativa, educação patrimonial, que é uma questão...ele é um trabalho que deve ficar muito forte, muitos não sabem fazer limpeza da caixa de água, caixa de gordura, a questão das redes de esgotamento, é um trabalho muito forte pra não jogarem, a credenciada passa e entregue uma cartilha... É um trabalho que tem ser reforçado.

O trabalho da credenciada ele fica mais ou menos uns 4 meses pós ocupação porque ela já inicia antes. Daí a Prefeitura assume o trabalho durante o período. A gente acompanha, porque vêm os relatórios, a gente vai, acompanha in loco. (Representante da CEF. Junho, 2012)

É interessante notar que há uma distinção entre loteamento e condomínio. No caso do Conjunto habitacional Jd. Europa é um loteamento e, portanto, as ruas e quadras são abertas e não existe a figura do síndico ou zelador. Nesse caso não existiriam as regras de um condomínio particular e sim, seriam trabalhadas com a comunidade e Poder Público regras de convivência.

Loteamento você não tem uma regra de condomínio, né, é regra de convivência, tem que fazer regra de convivência, até trabalhar com convencimento, mexer um pouquinho assim às vezes nos valores, olha é um trabalho de educação, constante, delicado, e aliado a elementos de alta periculosidade, que muitas vezes se encontram nesses espaços, que não cabe nem o técnico social tá fazendo o enfrentamento, você não tem como fazer o enfrentamento, você não pode, às vezes são redes organizadas, né, conforme o técnico, a habilidade que ele tem, de estabelecer um vínculo de lidar com essa situação, tem que frear porque está se expondo a risco, né, mas a gente chama o poder público pra estar presente na área. Nessa proposta agora que eles devem entregar onde a credenciada vai pode apontar o que é necessário no final do trabalho dela ela aponta e ela passa pro poder público, né, ela faz um resumo sobre o que foi trabalhado e o que ela observa que não é uma coisa de curta duração, que é o tempo que ela tá lá, mas é uma coisa assim, a segurança presente não é de vez em quando, a segurança vai ter que estar presente constante ali até inibir toda essa ação...eu vejo assim não vai resolver não sabemos. Mas pelo menos essa segurança presente uma série de coisas presente você inibe e aquele que querem transformar o local em ponte forte de tráfico ele vai pra outro lugar, porque ali ele não vai encontrar espaço. (Representante da CEF. Junho, 2012)

4.2.6. Participação da empresa construtora

A empresa Fklas venceu a licitação pública para a construção das 501 moradias do Conjunto Habitacional Jd. Europa em Fazenda Rio Grande. Segundo o seu representante, a empresa tem participado de processos licitatórios para a construção de edificações para órgãos públicos como a Cohab e para o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Sobre o processo da construção do Conjunto Jd. Europa:

Esse processo é um processo licitatório da Cohab, que tinha os lotes lá em FRG, nós participamos de uma licitação, e essa licitação já previa, o escopo dela era aquisição dos lotes com objeto de construir as unidades habitacionais para atender o programa MCMV, faixa 1, tinha faixa para quem ganha até 3 salários mínimos, então o edital de licitação ele já vem com todas as condições de participação das empresas, a empresa tem que atender alguns requisitos da licitação e tem que atender alguns requisitos da Caixa Econômica Federal (CEF), a normativa da CEF pra esse tipo de empreendimento, como a gente atendia todos os requisitos, nós fomos qualificados e fomos vencedores da licitação, o projeto é um projeto pra atender população que não tem condição realmente de pagar a prestação de um financiamento comum, então esse é o propósito desse programa da CEF. (Representante da Fklas. Outubro, 2012)

A empresa vencedora da licitação para a construção de casas do Programa Minha Casa Minha Vida tem que cumprir todas as regras básicas estipuladas pela Caixa Econômica Federal para poder iniciar a construção das casas, respeitando o tamanho e as características dos cômodos, sendo que a área tem que estar dotada de infraestrutura urbana pela Prefeitura e concessionárias (rede de água, esgotos, galerias de águas pluviais e sistema de pavimentação):

O programa, a CEF exige que você cumpra determinadas regras básicas, então as dimensões dos cômodos da casa, obrigatoriamente tem que ter uma dimensão mínima especificada pela CEF que comporte o mobiliário mínimo exigido, então o quarto tem que ter espaço pra um armário pequeno, pra uma mesinha de cabeceira e pra uma cama e um espaço pra circulação; a cozinha tem que ter espaço pra um sofá, pra uma geladeira, pra uma pia, mas são todas, como são unidades com o valor máximo, limitado pelo programa, na época era 45 mil reais, envolvia todo o processo, desde a aquisição da área, parte de infraestrutura, ela obrigatoriamente tem que estar dotada de toda infraestrutura, rede de água, rede coletora de esgoto, galeria de águas pluviais, ligação pavimentada com o sistema local da cidade, ela tem que estar interligada com o sistema de pavimentação até a cidade, pelo menos um acesso, ele não pode ter ligação que não seja pavimentada, pode ser pavimento tipo concreto, pode ser de concreto, pode ser de asfalto, o que não pode é ser pavimento de saibro, de terra, esse eles não aceitam, então tem que ter alguma pavimentação na interligação, as dimensões mínimas do empreendimento, e eles limitam tudo isso com o valor máximo, além do que o município tem que ter, cumprir algumas premissas básicas também, o entorno da região onde vai ser implantado esse empreendimento tem obrigatoriamente que contar com escola, comércio próximo, posto de saúde, enfim, toda a infraestrutura que um bairro comum da cidade tem. (Representante da empresa construtora. Outubro, 2012)

Sobre o projeto do loteamento, foi informado que o loteamento era da COHAB-CT. O projeto já estava pronto e registrado no Cartório, com a divisão dos lotes, e parte da infraestrutura estava pronta:

O loteamento era da COHAB-CT. Quem implantou, como foi implantado, como eles adquiriram, isso eu não posso te dizer, porque não sei. Já existia o loteamento, definido os lotes, o fracionamento do loteamento já existia, já estava registrado no registro de imóveis, já estava pronto, a proprietária do loteamento era a COHAB-CT, então eles eram proprietários. O loteamento implantado, ele tinha parte de pavimentação interna, algumas coisas já tinha, e nós desenvolvemos o restante, em parceria com a COHAB-CT e com a prefeitura. A parte de pavimentação asfáltica, galerias já existia, rede de água já existia, iluminação pública. Rede de esgoto não. O esgoto está interligado no sistema da Sanepar, na rede da Sanepar, a Sanepar supervisionou essa ligação. (Representante da empresa construtora. Outubro, 2012)

4.3. VISÃO DOS MORADORES ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL JD. EUROPA

Em relação às políticas públicas habitacionais, não se vê com frequência, estudos científicos que abordem questões sobre a subjetividade humana em relação ao sentido do morar, do viver, do habitar, ou seja, como essa relação é construída no espaço e no tempo, articulando as diversas dimensões existentes: física, biológica e social (meio-ambiente; ambiente construído; relações humanas: afetividade, tensão, alegria, tristeza, entre outros). Os programas habitacionais são abordados enfatizando quase sempre aspectos quantitativos (valor da unidade habitacional; prazo; número de unidades construídas, entre outros) em detrimento das questões subjetivas.

O conjunto habitacional aparece como solução tradicional das Políticas Públicas para resolver os problemas de moradia para a população de baixa renda, enquanto que segundo Damiani (1993) nos EUA e na Europa implodem-se conjuntos habitacionais:

A escolha pelo conjunto habitacional deve-se ao fato de que em nosso país, os grandes conjuntos habitacionais aparecem, entre outras, como solução habitacional barata relativamente, e necessária para determinada faixa da população que, de outra forma, concentram em favelas e cortiços. (DAMIANI, 1993, p.20).

A vida no Conjunto habitacional se reflete pela sua praticidade e funcionalidade espacial, segundo Damiani (1993), retrato do urbanismo moderno, que separa e isola as pessoas no ambiente. A sala pequena, o tamanho dos quartos, o tanque lá fora, tudo é pensado para comportar famílias pequenas que realizam ações rápidas e alcançam rapidamente qualquer lugar do recinto. O sentido do espaço já está dado e só resta a ser seguido. Como pensar em

espaços mais humanos que sejam plurais, incentive o encontro, a reunião e a convivência entre as pessoas?

Sabe-se que habitar territórios implica em uma relação de vínculo e pertencimento e da constituição de uma identidade. Segundo Vitte (2009, p.114) quando se considera o território não podem ser desprezadas as questões relativas à subjetividade, à cultura e à sua manifestação no território. No plano simbólico, uma comunidade ou um indivíduo remete os seus dilemas existenciais de pertencimento a algum lugar e a uma comunidade, possibilitando com isso desenvolver a sua sociabilidade e a constituição de um *habitus* (BOURDIEU, 1994).

A relação entre a dimensão social e a espacial tem alimentado os debates teóricos na sociologia sobre a explicação dos usos, segundo artigo do sociólogo francês Guy Tapie (2013) sobre a sociologia do espaço:

Para uns, o essencial está na maneira pela qual os indivíduos, os grupos, as instituições, a sociedade, expressam no espaço as regras do jogo social; outros privilegiam a importância das dimensões físicas, arquitetônicas e urbanísticas, escolha que tem posto a ênfase nas formas materiais para explicar as práticas. (TAPIE, 2013, p.1)

O uso que se faz dos espaços não é desprovido de significado, pressupõe uma intenção e atribuição de valor pelo seu usuário (morador). O que Tapie (2013) identifica como relação de apropriação. O uso da casa, do jardim, das áreas de recreação, dos espaços públicos e privados. Tudo isso é mediado culturalmente e afetivamente por quem a utiliza de forma única e pessoal.

O sentimento de pertencimento é um processo individual e social que é construído por relações sociais permeadas por práticas e significados/sentidos (alegria, tristeza, dor, prazer), que ocorrem nos diversos espaços sociais (do trabalho, da moradia, do lazer, em espaços públicos e privados). Relação que é ignorada costumeiramente pelo modelo de concepção de habitação popular no Brasil. Não se discute o cotidiano em um conjunto habitacional, como é a visão dos moradores sobre a implantação do conjunto, o grau de satisfação de se morar nesse ambiente, as relações de vizinhança e solidariedade, enfim, como são construídas as relações de pertencimento em uma estrutura rígida e que mais separa do que integra as pessoas. Segundo Tapie (2012b) em geral, o usuário rejeita a casa de arquitetura-autoral, que é a expressão exata do arquiteto que a concebeu e, também, a casa seriada, que dificulta a diferenciação dentre as outras do conjunto. O autor cita que, ao final, a capacidade de ser o autor da sua própria casa, remete ao exercício fundamental de uma liberdade de elaborar um projeto que corresponda aos desejos pessoais e sociais. É uma perspectiva antropológica que insiste na capacidade da

moradia inscrever no fato da sua produção, não somente a natureza humana de seus ocupantes, mas, bem mais, além disso, as especificidades individuais (TAPIE, 2012b, p. 50).

Além da rejeição às moradias seriadas pela população, apontado por Tapie (2012b), Damiani (1993) em sua pesquisa intitulada “*A Cidade (des)ordenada concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*” vai nos dizer que uma das consequências da expansão do capitalismo, para as populações pobres, é a perda da cidade:

Que reaparece como tema, mas não necessariamente atrelada à pobreza material, à pobreza absoluta, na figura da ausência de serviços e equipamentos urbanos. Aparece como perda de fluidez da vida urbana, como perda da vida urbana propriamente, e de suas possibilidades e faz uma pergunta: Apesar do crescimento das cidades, a cidade como tal, não seria um atalho, mais ainda, um esconderijo, dos verdadeiros problemas sociais, que a sociedade coloca? (DAMIANI, 1993, p.13).

Nessa ótica a autora afirma que é preciso localizar historicamente o cotidiano como tema, definir quando ele passa a contribuir para o desvendamento do social. A materialização do social vai se concretizando no dia-a-dia do homem comum, revelando aspectos importantes de lutas e contradições que vão se realizando diariamente entre o indivíduo e a estrutura social, de forma dialética.

Sobre a importância de estudos sobre o cotidiano, destaca-se o trabalho do sociólogo José de Souza Martins (2011) em sua pesquisa sobre a sociabilidade do homem simples, seja no âmbito urbano da fábrica, seja no âmbito rural dos pequenos agricultores.

Nessa adversidade, a questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia. Como, no tempo miúdo da vida cotidiana, travamos o embate, sem certeza nem clareza, pelas conquistas fundamentais do gênero humano; por aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade (MARTINS, 2011, p.10).

De acordo com Martins (2011, p.10) nosso enigma é hoje o enigma da captura desse homem comum pelos mecanismos de estranhamento de uma cotidianidade que exacerba a mutilação de nosso relacionamento com nossas possibilidades históricas e mutila a compreensão dos limites que cada momento histórico nos propõe. Afirma que não há apenas negociação e interpretação de significados, mas também critérios para seu uso. Diz que a sociologia de Erving Goffman justamente demonstra que as relações sociais estão permeadas por uma dramática atividade de simulação e teatralização para que, afinal, o significado produzido e reconhecido na interação não acarrete o descrédito para o sujeito da relação.

Mais do que uma coleção de significados compartilhados, o senso comum decorre da partilha, entre atores, de um mesmo método de produção de significados. Os significados são reinventados continuamente em vez de serem continuamente copiados. As situações de anomia e desordem são resolvidas pelo próprio homem comum justamente porque ele dispõe de um meio para interpretar situações (e ações) sem sentido, podendo, em questão de segundos, remendar as fraturas da situação social (MARTINS, 2011, p.55).

Mesmo na rotina alienadora da fábrica e da produção, Martins (2011, p.56) aponta que, há momentos de iluminação e criação, de invasão do cotidiano e do senso comum pela realidade e pelo conhecimento que revolucionam o cotidiano.

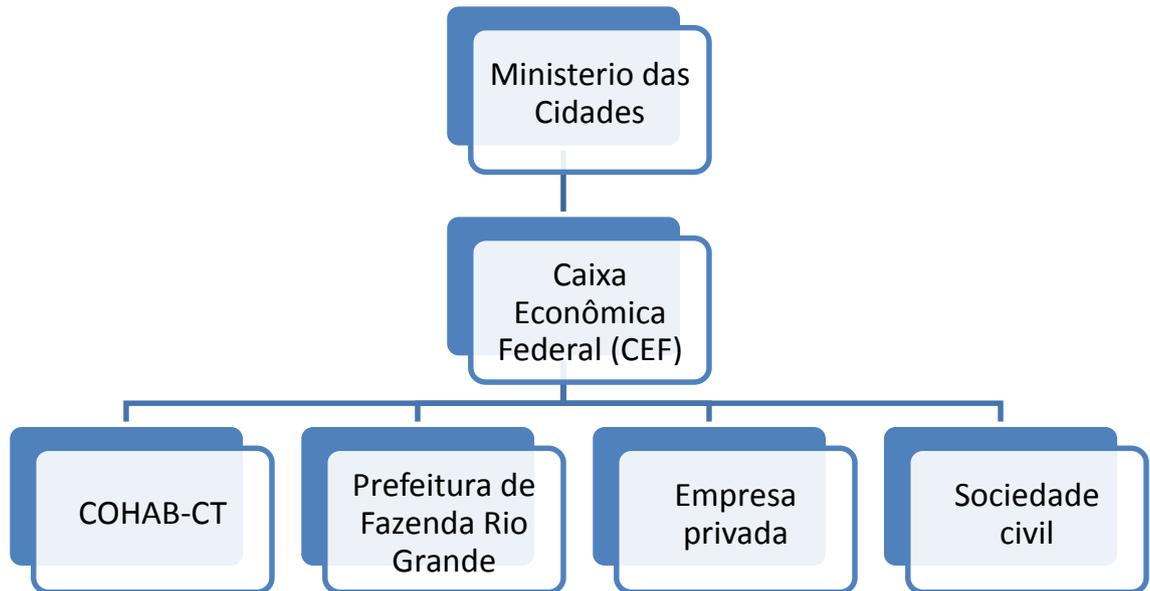
Heller disse que só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada (MARTINS, 2011, p.57).

A proposta da pesquisa caminha nessa direção, analisando a visão dos atores sociais acerca de uma política pública habitacional, no caso, a implantação do Conjunto habitacional Jd. Europa em Fazenda Rio Grande.

4.3.1. Atores Sociais Envolvidos

O Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, conta com a articulação de diversos atores sociais, de diferentes níveis de governo, nesta pesquisa: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Companhia de Habitação de Curitiba, Prefeitura de Fazenda Rio Grande; Empresa Construtora e Sociedade civil organizada:

Figura 17 - Organograma do PMCMV



Fonte: A autora (2012)

No âmbito federal, há o Ministério das Cidades, criado em 2003 com o objetivo de integrar os setores da habitação, saneamento e dos transportes, que antes eram pensados de forma isolada, levando em conta o uso e ocupação do solo. Além disso, objetiva planejar as ações em parceria com diferentes segmentos da sociedade, de forma participativa.

Outro aspecto fundamental de sua criação está na busca da definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consonância com os demais entes federativos (município e estado), demais poderes do Estado (legislativo e judiciário) além da participação da sociedade visando a coordenação e a integração dos investimentos e ações nas cidades do Brasil dirigidos à diminuição da desigualdade social e à sustentabilidade ambiental (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

Outro aspecto relevante em sua missão é definir as diretrizes gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, respeitando a atuação do município no planejamento e gestão urbana e metropolitana.

Planejamento urbano, políticas fundiárias e imobiliárias, (que incluem zoneamento, regularização da posse ou propriedade, código de obras) requalificação de áreas centrais, prevenção a riscos de desmoronamento de encostas, recuperação de áreas ambientalmente degradadas são atribuições municipais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

É interessante notar que a questão ambiental é citada várias vezes no site do Ministério das Cidades como componente a ser levado em conta em suas ações, mas na prática pouco se

avançou nessa proposta.

Diante dessa rápida retrospectiva conclui-se que o Ministério das Cidades tem, entre muitos desafios a vencer, instituir uma política de longo prazo, que tenha continuidade e seja sustentável (como exige a mudança da dramática situação das grandes cidades) e subordinar os financiamentos às diretrizes da política de desenvolvimento urbano buscando evitar os erros do passado (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

No âmbito municipal, existe a Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT), criada em 1965, é responsável pela execução da política habitacional do município de Curitiba podendo atuar também na Região Metropolitana. Fato que é comprovado, pois foi responsável pela doação do terreno para a construção do Conjunto habitacional em Fazenda Rio Grande. Segundo o representante da COHAB-CT na atualidade o foco maior de atuação da empresa é no próprio município e não mais nos municípios vizinhos.

Em mais de 40 anos de atuação, a Companhia registrou o atendimento a cerca de 120 mil famílias, levando benefícios para mais de 450 mil pessoas. Hoje, a Cohab é o agente executor do FMHIS e tem como uma de suas diretrizes principais atribuições a implantação do programa Morar em Curitiba, um dos compromissos de governo do prefeito Beto Richa (COHAB-CT, 2012).

Atualmente o programa principal em desenvolvimento é o “Morar em Curitiba”, destinado aos projetos de urbanização de vilas, reassentamento de famílias em situação de risco e regularização fundiária de áreas irregulares.

A atuação da companhia prevê a realização de parcerias com entes do governo municipal, federal e internacionais, a fim de alcançar os resultados previstos.

Para atender aos dois segmentos de sua clientela, a Cohab conta com recursos do município, que são somados aos obtidos em repasses e contratos de financiamentos firmados com o governo federal e a outras fontes, como o Fonplata (sigla em espanhol que designa um fundo financeiro internacional que atua nos países do rio da Prata, na América do Sul).

As ações da Cohab/Curitiba contam com o apoio de outros órgãos da estrutura do município, vinculando a moradia ao planejamento da cidade e às políticas de desenvolvimento urbano e social. Para isso, é importante a atuação integrada com o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) e o reforço de órgãos como a Fundação de Ação Social (FAS) e secretarias municipais como as de Saúde e Educação. Esta integração garante mais efetividade à intervenção e maior sustentabilidade ao projeto (COHAB-CT, 2012).

Além da COHAB-CT, existe a Prefeitura Municipal Fazenda Rio Grande, representada pela Secretaria de Ação Social e Relações do Trabalho. Este órgão atua em relação às questões da habitação, além de programas de qualificação de jovens e adultos e geração de renda. Segundo folheto da repartição pública são oferecidos os seguintes serviços:

Serviços de Emissão do Registro Geral (RG);
 Serviços de Emissão de Certificados de Alistamento Militar;
 Cadastro dos cidadãos para os programas na área de habitação;
 Minha Casa Minha Vida;
 Regularização Fundiária;
 Cadastro de famílias para inserção de crianças e adolescentes no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil);
 Cadastro de adolescentes para o Programa Adolescente Aprendiz;
 Cadastro de Entidades Assistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Fazenda Rio Grande;
 Cadastro de Entidades no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fazenda Rio Grande (PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE, 2012).

No âmbito privado, a empresa “Fklas Obras e Saneamento”, localizada em Curitiba, construiu os sobrados do Conjunto Habitacional Jd. Europa.

A empresa foi criada em 2001 para atuar no setor de saneamento básico e posteriormente incorporou o ramo da construção civil:

A Fklas iniciou suas atividades em Março de 2001, com o objetivo de atuar em obras de infraestrutura urbana, mais especificamente com saneamento básico. A estrutura da FKLAS estava dimensionada para a execução de redes de distribuição de água, redes coletoras de esgotos sanitários, estações de tratamento de água e esgoto, obras de galerias pluviais e terraplenagem. Com o passar do tempo, surgiu a oportunidade de atuação no ramo de edificações. A FKLAS então se reestruturou e passou a executar edificações populares e obras de incorporação própria (FKLAS, 2012).

A Sociedade civil foi representada pelos movimentos sociais e associação de moradores. A União Municipal por Moradia Popular de Fazenda Rio Grande, é a principal entidade que luta pela moradia popular no município, e faz parte da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Tem realizado parcerias com o Poder Público Municipal com o intuito de possibilitar o acesso da população a moradia popular. Segundo o site da Prefeitura, “a entidade está próxima de ser habilitada para recepção de projetos de habitação para interesse social. Com essa possibilidade, a União por Moradia poderá pleitear 250 casas para atender famílias com rendas mensais de zero a três salários mínimos”. Sobre a entidade:

A instituição é vinculada a União Nacional por moradia popular, foi criada no município de Fazenda Rio Grande no ano de 1999. A União Nacional por Moradia de Fazenda Rio Grande tem por objetivo a luta por “Casa Própria”, e “Regularização de Áreas de Ocupações Irregulares”. A entidade acompanha cerca de 1000 famílias, entre as áreas 1º de Maio (Bairro Galha Azul), Bairro Santa Maria e Vila Boa esperança, no município de Fazenda Rio Grande, áreas estas que com ocupações irregulares, de risco, públicas e privadas (PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE, 2010).

Artigo comenta a construção do Conjunto Habitacional Jd. Europa:

Curitiba e Fazenda Rio Grande assinam convênio para construção de casas
O prefeito Beto Richa e o prefeito de Fazenda Rio Grande, Francisco Luiz Santos, assinaram na manhã desta terça-feira, 15, um convênio para a construção de 501 casas no Jardim Europa, no município vizinho, com financiamento da Caixa Econômica Federal. As moradias serão destinadas a pessoas com deficiência, idosos e famílias com renda familiar de até três salários mínimos, que vivem em áreas perto de rios.

"A Companhia de Habitação de Curitiba (Cohab) deu o terreno e o apoio técnico, a Caixa repassou recursos e, com isto, Fazenda Rio Grande está retirando famílias de áreas de risco. Só em parceria como essa será possível enfrentar os problemas sociais comuns da Região Metropolitana de Curitiba", afirmou Richa, acompanhado da presidente da Fundação de Ação Social (FAS), Fernanda Richa.

A parceria entre os municípios garantirá a construção de 48 casas para pessoas com deficiências e idosos e 453 sobrados para famílias de Fazenda Rio Grande cadastradas naquele município.

A previsão é que as casas comecem a ser construídas em janeiro de 2010 e sejam entregues em 12 meses. O financiamento está sendo feito diretamente pela Caixa Econômica, que vai repassar R\$ 22 milhões."

Parceria Moradias Jardim Europa

Investimento: R\$ 22.222.655,80 (Caixa Econômica)

501 imóveis - 435 sobrados e 48 casas.

Prazo: 12 meses. Serão atendidas famílias de Fazenda Rio Grande com até 3 Salários mínimos. Cohab - Cessão de terreno, projetos e apoio técnico (COHAB-CURITIBA, 2012).

Segundo a representante da Caixa Econômica Federal, e que acompanhou o processo da construção do Conjunto habitacional Jd. Europa em Fazenda Rio Grande, o conceito de habitação vai além da simples ocupação de um espaço físico por um indivíduo, mas o resultado de uma relação social entre ele e o ambiente.

Inclusive assim até assim, tem como premissa que exatamente que habitação não é apenas a parte de tijolos, né, não é apenas da obra, mas é a relação que existe entre os moradores e a localidade onde ele está e a relação entre si, isso que vai dar a carinha daquele local, a identidade que eles vão desenvolver (Representante da CEF. Junho, 2012).

O processo de construção da identidade social em um conjunto habitacional se dá a partir do encontro de diferentes grupos sociais que trazem consigo diversas experiências, culturas e práticas, constituindo um campo de tensão e diálogo permanente entre eles, ocupando o mesmo território, podendo resultar na formação de uma nova comunidade, ou novos grupos sociais:

Tem pessoas de tudo que é lugar, de tudo que é história, de outra identidade, às vezes até uma cultura totalmente diferente, e elas formam uma nova comunidade de repente...não é uma coisa natural que vai acontecendo, elas vão e fazem essa ocupação, elas não tem uma identidade comum, muitas vezes, vem de áreas de risco que são antagônicas, disputam as vezes território, disputam até narcotráfico, elas vem pra uma mesma área, por isso que entra o trabalho social a princípio que é o da credenciada, ela durante um tempo pequeno, a comunidade é um grupo que ele se

forma porque ele tem um tempo de maturação, até para poder desenvolver uma identidade, depois formar uma associação, eles precisam de um tempo maior, de apoio, então tem lá por exemplo a (*assistente social contratada*), ela entra nesse período de ocupação, trabalhando hábitos que vão fazer a diferença, ela trabalha desde a questão da vizinhança, lixo, ajuda na questão de vaga de escola, e a Prefeitura ela dá continuidade nesse trabalho (Representante da CEF. Junho, 2012).

O período de mudança e adaptação das famílias ao empreendimento, segundo a representante da CEF, é o momento que o Estado poderia oferecer todas as políticas públicas necessárias integradas. E na prática isso infelizmente não se concretiza.

E aqui nesse empreendimento o que você vê você reúne um monte de gente de todos os lugares...é o momento assim todas as políticas públicas tem que estar presente ali com força. A segurança pública integrada...ela não pode dar o mesmo tratamento que se dá pra um bairro consolidado assim ao longo de anos, ou pelo menos assim existe assim uma organização de tudo, né, existem os compromissos, existem os tratos velados ou não, mas já tem aquilo naquela comunidade, ali não, a hora que entra quase que entra é quase uma coisa que digamos assim Você pega um monte de gente e põe no mesmo lugar naquele momento não tem lei nenhuma. O trabalho social vai até dando assim olha vai ali, vai aqui ajudando a instituir esses combinados, né essas regras de convivência, a verdade é isso, são regras que têm que ser instituídas, que vai desde a questão ambiental, onde você põe o lixo, que horas você põe o lixo, que horas vai passar o caminhão, até regras de boa vizinhança (Representante da CEF. Junho, 2012).

Na Região Metropolitana de Curitiba, a solução para os problemas habitacionais, em específico, a população de baixa renda, tem sido a construção de Conjuntos habitacionais, os quais estão sendo construídos em um ritmo crescente, em grande parte pelos recursos advindos do Governo Federal e dos programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida.

Segundo o relatório da Secretaria de Ação Social após a retirada das famílias beneficiárias de suas antigas moradias foi realizado um processo de demolição das casas para dar início à recuperação da área. Nesses locais, serão construídas academias ao ar livre, associação de moradores, praças para recreação com áreas verdes, proporcionando maior interação e lazer para a comunidade.

Após a mudança das famílias ao condomínio, inicia-se um período de adaptação das famílias ao lugar e o Estado nesse sentido desenvolve um trabalho social de inserção de novos valores e hábitos às novas famílias, através de reuniões, conversas, vivências e ações educativas. Cumpre salientar que nesse caso, os antigos hábitos dos moradores são desprezados e ignorados pelos técnicos sociais dos órgãos públicos envolvidos, como se os moradores não fossem portadores de cultura e práticas de convivência e de ação.

Eles estão totalmente perdidos, eles se sentem abandonados, e assim aliado tem gente,

tem local que tem índio que mora junto, tem unidades verticais, que é pior, que tem os condomínios, tem toda uma adaptação muito diferente, né, você fala em assembleia eles pensam que é Assembléia de Deus. Trabalhar até conceito tudo, tudo, começar do zero e mudança de comportamento é repetição, né, Não vai mudar de crença nem valores com eles. Pelo menos com repetição, que nem criança, ponha o lixo no lugar certo. E eles têm o tempo deles também né. Eu tive lá nas primeiras semanas, que eles mudaram, no primeiro mês, nesse período é comum, eu puder perceber, eles estão mais envolvidos com as questões da casa, eles tavam construindo do jeito deles muro, colocando muro, portão, cada um de um jeito, é interessante que pra gente, eu reporto isso pra nós, pro nosso padrão, cada um é de um jeito, mas pra eles e até vezes uma criação deles, o cara é meio que um artista pegou um pedaço de um portão dali e fez uma obra de arte, eu já tive em local que ele foi mostrar que bonito o que era o que ele tinha feito...o ser humano é muito diverso (Representante da CEF. Junho, 2012).

Segundo a Prefeitura de Fazenda Rio Grande, após a derrubada das casas localizadas nas áreas de risco serão implantados parques para lazer e recreação evitando assim novas ocupações desordenadas.

Figura 18 - Bairro Iguaçu após a derrubada das casas



Fonte: A autora (2011)

Segundo o representante da empresa construtora, a obra durou cerca de 24 meses e teve diversas dificuldades em sua execução: desde a contratação de mão-de-obra qualificada até problemas climáticos em decorrência da chuva.

Pelas fotos (a seguir) que mostram as etapas de construção do conjunto habitacional percebe-se que ele foi implantado em um bairro fora da área central do município, em uma área verde, dentro da zona industrial do município. O lugar poderia servir como área de lazer ou parque para a população, mas optou-se em implantar o conjunto habitacional.

Figura 19: Conjunto habitacional em fase de construção

Fase 1



Fonte: Fklas (2012)

Fase 2



Fonte: Fklas (2012)

Fase 3



Fonte: Fklas (2012)

Fase 4 - construção das casas



Fonte: Fklas (2012)

Figura 20 - Vista (ao longe) do Conjunto



Fonte: A autora (2011)

Figura 21- Conjunto Habitacional Jd.Europa



Fonte: A autora (2011)

Pode-se observar na figura 20 (acima à esq.) que o conjunto possui em seu entorno trechos de área florestada que deve ter uso protegido e de forma sustentável, para que futuramente não estimule novas ocupações e formação de áreas degradadas.

Na figura 21 (acima à dir.) observa-se que as ruas do conjunto em vias de ser entregue ainda não possuíam pavimentação asfáltica.

4.4. VIVER EM UM CONJUNTO HABITACIONAL: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Como deve ser o sentimento dos moradores que se mudam de áreas de risco para viver em um conjunto habitacional? A mudança de casa, fazer novos amigos, se inserir no mercado de trabalho, enfim, são diversas as expectativas, situações novas e caminhos que esse grupo começa a (re)construir.

A política da remoção ou reassentamento de populações que ocupam áreas de risco ou de preservação ambiental e são transferidas para conjuntos habitacionais, tem sido uma medida recorrente pelos governos em todos os seus níveis. Apesar da aparente melhoria de condição de vida, o reassentamento segundo Gallo Netto (2010, p.9), tem sido visto como uma política pública problemática por gerar uma série de consequências negativas para as populações envolvidas. Apesar dos estudos técnicos que realizam e da consciência dos problemas envolvidos, os promotores dessas iniciativas não os têm conseguido evitar. Segundo a geógrafa Fernanda Cristina de Paula, da Unicamp, em sua dissertação de mestrado “Constituições do habitar: reassentamento do Jardim São Marcos para o Jardim Real”, em que avaliou os impactos e consequências de remoção de famílias em Cubatão (*Estado de São Paulo*), as consequências das mudanças podem ser consideradas de antemão e o contorno de problemas resultantes seria

facilitado levando-se em conta que tipo de habitar os moradores tem internalizado, o modo como pensam esse habitar, desde que esse conhecimento seja usado para o planejamento do novo espaço.

Assim como em Cubatão e na maioria das remoções de população realizadas no país, no caso dos moradores do conjunto Jardim Europa, em Fazenda Rio Grande, também não houve o conhecimento prévio sobre a população moradora, nem a participação das famílias no planejamento das obras.

O fato das famílias terem morado durante vários anos em áreas de risco e, terem criado laços com o bairro, com os vizinhos, estabelecido estratégias de sobrevivência torna a mudança por um lado mais difícil, mas por outro, positiva pelo fato de estar indo para viver em casa própria e não sofrerem mais com as enchentes.

Por outro lado, o conjunto embora próximo do centro de Fazenda Rio Grande, cerca de 5 km, não possui a infraestrutura necessária, segundo os moradores, para viver com dignidade e cidadania.

Em reunião realizada, no mês de março, com moradores do Conjunto habitacional Jardim Europa, organizada por pesquisadores contratados por um vereador para fazer um diagnóstico social do município, dizem que foram apontados inúmeros problemas: forma de cobrança da conta de água; estrutura precária das casas; falta de segurança; falta de infraestrutura (posto de saúde, escola, saneamento básico):

Na reunião que eu fui o pessoal tava assim furioso com algumas questões, questão da água mesmo, parece que a Sanepar ficou algum um tempo sem mandar o talão de água; mandou de uma vez só; aí não conseguiram parcelar, reclamaram também da estrutura das casas, falaram que algumas casas tavam com rachadura né, foi algumas das reclamações, da rede de esgoto que tinha problema, falta de um posto de saúde na região, que eles tinham que se deslocar, foi a prioridade inclusive. Segurança dos arrombamentos, arrombamento de casa que acontece muito lá...Da área de infraestrutura da rede de esgoto – reclamaram do mal cheiro que sai das bocas de lobo, que segundo eles tem alguma coisa errada; porque fede muito, é que mais, assim de cabeça não vou lembrar de tudo, principalmente em relação a saúde, reclamaram muito, muito, muito. Se não me engano eles também não tem escola ali na região né, e daí as mães também precisam andar pelo menos 1 km pra levar os filhos pra escola; foi no mês de março, foi uma das primeiras reuniões que eu fiz, inclusive uma frase que eu ouvi é que eles foram jogados lá sem estrutura, mesmo tendo a estrutura básica, de asfalto, iluminação pública, eles consideram que o bairro tinha que ter pelo tamanho do bairro tinha que ter uma escola, tinha que ter um posto de saúde né essas coisas (Pesquisadora 1. Maio, 2012).

Segundo o depoimento da Pesquisadora 2 a instalação do Conjunto habitacional Jd. Europa acirra a disputa entre os moradores vizinhos e os do conjunto pelos mesmos equipamentos públicos já insuficientes na cidade:

O serviço público na verdade não chegou no Jd. Europa. O pessoal do Jd. Europa, o pessoal do Santa Terezinha reclama que o pessoal do Jd. Europa usa o único posto de saúde que eles tem, e aí vem gente do Jd. Veneza, do Jd. Europa, Nações, né, então assim, o Jd. Europa tem todo o problema, ele tem essa questão do preconceito dos próprios moradores de Fazenda, eu acho que é um dos problemas, e é o bairro dos mais relativamente novos de fazenda, criado, né e toda essa questão que envolve, a infraestrutura, não tem serviços, tudo começa com todas essas questões. Então se divide o pouco que se tem (Pesquisadora 2. Maio, 2012).

- Impacto do Conjunto Jardim Europa nos equipamentos públicos vizinhos:

O Conjunto Jardim Europa situa-se no bairro Eucaliptos, na região norte do município, próximo dos bairros Nações e Parque Industrial (ver mapa na p.120). No entorno do Conjunto encontram-se importantes equipamentos públicos que prestam serviços à população na área de educação, saúde e trabalho: Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI); Escola Municipal Alcides Mario Pelanda; Escola Estadual Lucy Requião Melo e Silva, Posto de Saúde e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Eucaliptos.

A Representante do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Eucaliptos, disse que este local presta serviço à população do Conjunto Europa e aos seguintes bairros: Eucaliptos I e II, Nações I e II e Fazenda Iguaçú.

Todo o atendimento que a gente faz para todos a gente faz para o Jardim Europa também. Se bem que como eles estão próximos eles procuram mais a gente, mas o que é: sempre perda de documentos, que eles perdem muito documento, os benefícios (bolsa família, armazém, coisas desse tipo), vêm buscar muita roupa usada que o CRAS oferece, fazem parte dos cursos. O espaço aqui ainda é pequeno, temos um número pequeno de pessoas. Mas a gente sempre dá prioridade para eles, porque eles vieram de diversas regiões e de situações bem precárias. Então a gente sempre dá preferência para eles, mas também inclui o resto, todas as pessoas. Não dá para você pegar e fazer um trabalho só com eles porque senão você está excluindo, então a gente mescla pessoas da comunidade com eles também. Nós damos mais prioridades para eles. (Representante do CRAS Eucaliptos. Outubro 2012)

O trabalho que o CRAS Eucaliptos realiza junto aos moradores do Conjunto Jardim Europa, e de outros bairros, além dos serviços ligados a benefício sociais, é focado na constituição de grupos de convivência, principalmente de mulheres, de diferentes faixas etárias e outros ligados a artesanato.

Nós temos grupos de convivência de mulheres, elas vêm e nós damos orientações sobre filhos, sobre como levar o dia a dia, como cuidar dos problemas que se apresentam no dia a dia delas. Até mesmo orientação assim de como guardar um documento, de higiene, então a gente sempre fala assim bem sucintamente, mas fala a respeito desses assuntos. Da convivência deles de mãe e filho, de marido, da vida familiar. A gente vê sempre de acordo com a demanda, a gente elabora uma fala e faz essas observações (Representante do CRAS Eucaliptos. Outubro, 2012).

Com a implantação do Conjunto Jd. Europa no bairro houve aumento na demanda por serviços no CRAS Eucaliptos:

Aumentou bastante. Então, veja bem, essa demanda já vem anterior a mudança deles para cá, porque quando eles estavam no processo de mudança, enquanto terminavam as casa e tal, a gente já fazia o trabalho com eles. A gente recebeu a relação e os que estavam aqui na nossa área de atuação a gente fez visita para todos eles. Tipo orientação sobre documentação (Representante do CRAS Eucaliptos. Outubro 2012).

Sobre a atuação do CRAS Eucaliptos junto aos moradores de áreas de risco que foram transferidos para o Conjunto Jd. Europa:

A gente chegou para eles e foi falando assim da necessidade de eles mudarem, porque tinham uns que não queriam mudar. Eles estavam lá, mas eles queriam permanecer lá. Porque eles tinham medo da mudança, que tipo de vizinho eles iriam encontrar, o acesso ao mercado, essas coisas todas que eles tinham lá já um esquema deles. De vir para cá, de como seria isso. Eles tinham muita preocupação de como pagar a conta da água, da luz e a prestação da casa. Por quê? Porque lá eles não pagavam nada, era tudo feito irregular.

A gente fez reuniões lá na Ações (*ações sociais*) onde a gente chamava um tanto de pessoas e fazia a fala para eles. Como ia ser a mudança, o que eles poderiam levar. Para eles desapegarem, porque tinha muita coisa que não fazia sentido eles carregarem. Tipo madeira velha, telha velha, tudo isso eles tinham muito amor por isso. Por que eles tinham amor naquilo? Porque foi difícil de conseguir. Para uma pessoa que faz coleta de lixo reciclável comprar cem telhas com aquele dinheiro, entende, foi muito difícil. Então eles não queriam se desvencilhar disso, só que lá não cabia esse tipo de material, certo? (Representante do CRAS Eucaliptos. Outubro, 2012).

Segundo a representante da Escola Municipal Alcides Mario Pelanda, do Bairro Eucaliptos, que atende alunos do 1º ao 5º ano, em 2011 havia cerca de 504 alunos e com a transferência dos moradores para o Conjunto, no final de 2011 e início de 2012, houve o aumento de 366 alunos, resultando em um total de 870 alunos. Com a chegada dos alunos novos foram abertas dez salas de aulas.

No começo foi difícil. Vieram de vários lugares. Agora já estão bem adaptados. Independente do período, manhã ou tarde, houve problemas de comportamento como vandalismo e agressividade por parte dos alunos. Eram crianças muito carentes. Sofriam situações de abandono por parte dos Pais. Havia distorção idade/série, alunos de 14 anos matriculados na 5ª.série. (Representante da Escola Municipal Alcides Mario Pelanda. Outubro, 2012)

As notícias que a gente tem é que as crianças criaram muitos problemas para as escolas. Mudou o perfil da escola com a vinda dessas crianças para cá. Isso é o que falam. No comportamento deles, um comportamento diferenciado deles, devido a toda estrutura e histórico de vida de cada um deles, então alterou mesmo. O comportamento dentro de sala de aula, no pátio, brigas, essas coisas assim. (Representante do CRAS Eucaliptos. Outubro 2012).

Para a representante da Escola Estadual Colégio Lucy Requião de Melo e Silva, houve aumento significativo no número de alunos na Escola, cerca de trezentos alunos novos. E os problemas em relação à indisciplina, drogadição e violência aumentaram.

E eu acredito que esse ano venham mais ainda porque vai iniciar o ano. O que a gente percebeu assim, sempre teve indisciplina aqui na escola, mas a gente percebeu um aumento. A gente sabe das dificuldades, de onde essas famílias vieram, algumas famílias desestruturadas, já eram de área de risco. Então, como a gente sabe que tem muitas famílias boas a gente sabe também que tem algumas desestruturadas, muita criança com problema aqui sério, pai está preso, a mãe mataram. Então, os problemas são sérios. Nesse sentido, o que a gente percebe, lógico que a gente já tinha problemas antes, mas aumentaram.

E a gente está tendo problemas também com drogas. Aumentou bastante, o que tinha um caso ou dois antes, a gente tem agora direto, alunos estranhos entrando na escola, alunos usando, então a gente está assim bem preocupado (Representante da Escola Estadual Colégio Lucy Requião de Melo e Silva. Outubro 2012).

Com a implantação do Conjunto observa-se a ausência de comércio próximo das residências. Para a Representante da CEF, pode ser uma oportunidade para as famílias mais empreendedoras.

Isso...é uma coisa...que vai ser uma oportunidade...você veja tem né tem uns que olham como dificuldade...quer dizer já é uma oportunidade, isso assim que a gente vê as vezes em até em outros empreendimentos, ele vai daqui a pouco né alguém que tem um perfil mais empreendedor ou dentro do próprio empreendimento ou alguém de fora já vê ali uma oportunidade de trabalho, acaba abrindo...um comérciuzinho pra vender artigos de primeira... (Representante da CEF. Junho, 2012)

A implantação de um salão comunitário em que os moradores pudessem produzir e comercializar seus produtos ou oferecer seus serviços, visto que estão morando em um bairro longe, é possível segundo a CEF, desde que haja organização comunitária e estudos prévios detalhados sobre a oferta e a demanda e o escoamento da produção.

Isso seria o sonho, né, o sonho seria a implantação do empreendimento já com isso, né, você põe, espaço comunitário, agora veja é tudo, ele é dialético né, porque você veja se você coloca um espaço comunitário desse sem haver uma organização suficiente até pra utilizar você vai ter espaços depredados como existem tantos por aí, então né aí...pode vir a ter...você veja essa comunidade organizada ela solicitando pro seus políticos lá, pro seu prefeito, um espaço desse, mas eles organizados inclusive pra utilizar esse espaço. Fazer essa parte de geração de trabalho e renda, né quando você pensa em trabalhar com a produção, você tem que pensar no escoamento do produto, quem que vai consumir, como é que você vai levar até lá, tudo né, você tem que fazer um planejamento de tudo, eu considero assim...é muito interessante, é maravilhoso mas ele não é o eixo. É um dos eixos que a gente trabalha muito fácil, tem que ser bem planejado. Mas é um eixo fantástico e quando pega umas pessoas, umas senhoras...uma mulherada... (Representante da CEF. Junho 2012).

Em relação à organização da comunidade, no conjunto habitacional Jd. Europa verifica-se que após a mudança das famílias, e durante o trabalho social desenvolvido pela empresa terceirizada, houve a manifestação de interesse de alguns moradores para que houvesse um processo eleitoral de forma a eleger representantes dos moradores do conjunto e a formação de uma associação de moradores de forma a reivindicar melhorias para o local.

Eu entendo assim que a comunidade tem o seu tempo, muitas vezes ela tem um tempo de maturação, que infelizmente muitas vezes, a gente tá saindo...que é o momento que eles tão começando a trabalhar, o que eu observo é que os primeiros meses o foco deles tá muito em arrumar a casa, em acertar a vida deles na nova moradia, até o caminho que faz pra ir pro trabalho, pra escola, arrumar probleminhas construtivos que apresenta no início então eles levam mais ou menos uns três meses, assim 2, 3 meses, aí depois disso que eles , ufa, agora vamos ver quem é o meu vizinho...agora vamos ver o que rola por aqui o que eu posso fazer...e olha e trabalhar essas questões inicialmente organização nesses primeiros meses é difícil (Representante da CEF. Junho 2012).

Verificou-se que existe uma disputa política no conjunto por moradores que participam de grupos políticos diferentes, houve a eleição de uma Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Jd. Europa, que pertence à União Nacional de Moradores, com apoio da atual gestão municipal. Esta iniciativa surpreendeu a maioria dos moradores que não conhecia essa associação e assistiu de forma apática à constituição de uma associação que deveria representá-los e cuja sede fica em outro bairro.

- Origem das famílias:

Segundo relatório da Secretaria de Ação Social a distribuição dos sobrados foi realizada através de sorteio, somente as casas térreas é que foram liberadas preferencialmente para pessoas idosas ou com alguma deficiência. As famílias são provenientes de áreas de risco, assentamentos impróprios e de preservação ambiental - ocupação irregular, devidamente cadastradas no projeto habitacional. O processo de seleção atual das famílias representa avanço em relação aos anos 1970 em que só havia o sorteio como forma de distribuição das casas populares à população.

Características do conjunto habitacional:

- Área total do terreno-205397.00 m²
- Arruamento- 36355.20 m²
- Área líquida loteadas – 169041.80 m²
- Área destinada ao município – 79241.55 m²
- Área de lotes unifamiliares – 64880.6 m²
- Área de reserva – 24919.59 m²
- Número total de lotes – 349
- Número de lotes unifamiliares – 346

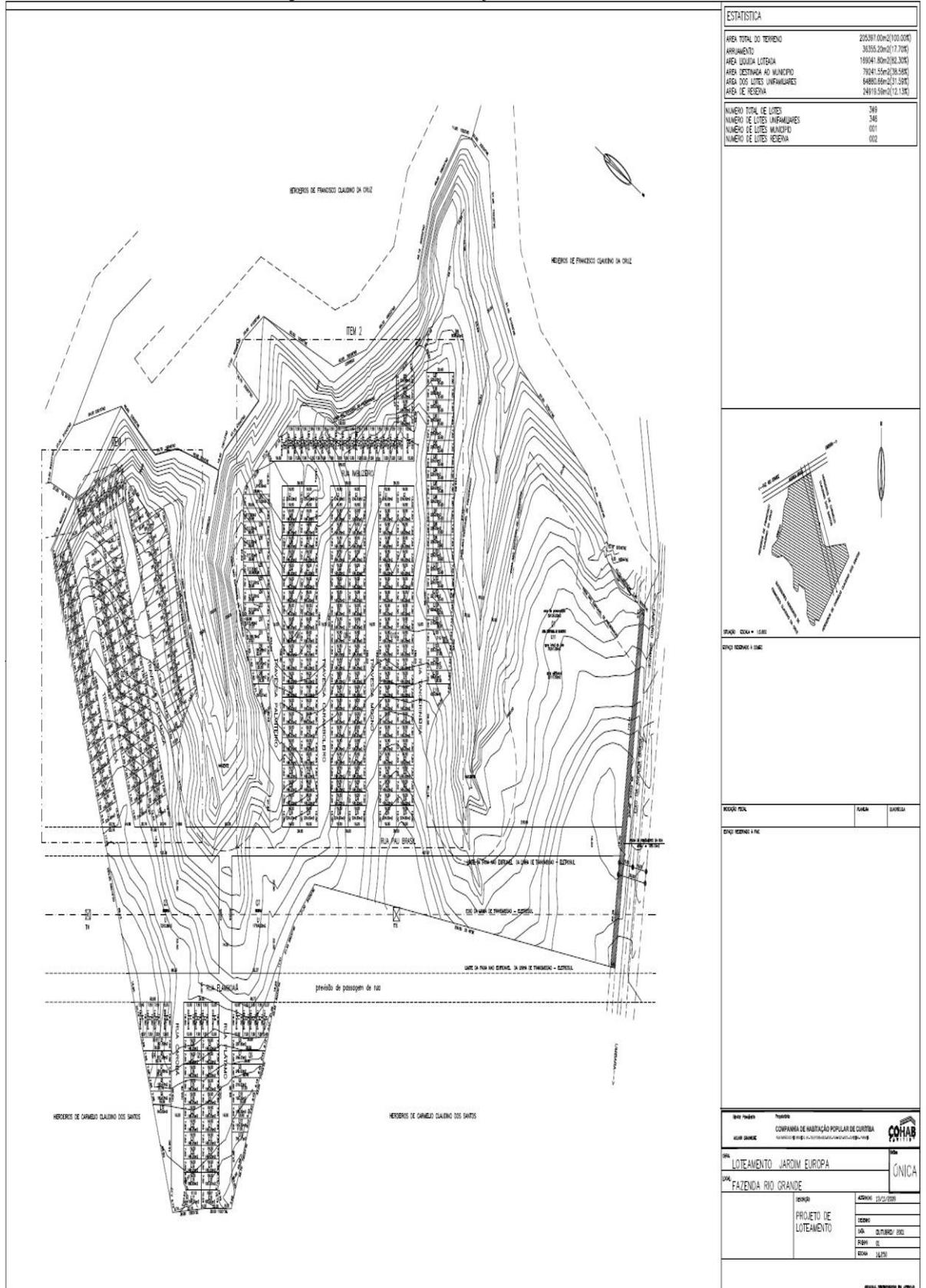
Segundo representante da Prefeitura, o conjunto habitacional possui áreas que futuramente serão instaladas creches, parques e associação de moradores.

Características das edificações:

- Edificações de dois gabaritos diferentes (térreas e de dois pavimentos) somando 458 sobrados e 43 casas.
- São unidades com 47 m² de área útil, constituída por dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço.

Será apresentada a seguir (p.107) a planta de implantação do loteamento:

Figura 22 - Planta do Conjunto



Fonte: Prefeitura de Fazenda Rio Grande (2011)

Observação direta de aspectos externos e internos do conjunto habitacional:

O conjunto habitacional localiza-se, no bairro Jd. Eucaliptos, a cerca de 5 km da BR-116 que corta o município de Fazenda Rio Grande ao meio, na faixa leste no sentido Curitiba-Fazenda Rio Grande. (Ver mapa na página 119)

A partir de visitas ao local, foi realizada observação direta dos aspectos internos (tamanho dos cômodos) e externos ao conjunto (ruas, calçadas, áreas comuns; jardins, etc.).

Aspectos externos:

A implantação do conjunto foi realizada no entorno de áreas de proteção ambiental (APP) sendo que estas não receberam nenhum projeto paisagístico ou urbanístico, portando estão sendo desvalorizadas e os moradores têm descartado resíduos nesses locais.

Figura 23 - Descarte de resíduos sólidos nas áreas verdes



Fonte: A autora (2012)

As calçadas não estão pavimentadas (são em terra) e as áreas de talude não receberam a solução técnica adequada (de estruturação contra erosão, paisagismo) transformando-se em áreas de terra a céu aberto e propensas à erosão do solo, tornando a paisagem degradada e descuidada.

Figura 24 - Área de talude - 2012



Fonte: A autora (2012)

O entorno das moradias é de aparência precária e sem acabamento. A área de talude não recebeu tratamento adequado. Consta-se a precariedade dos espaços externos (muros, telhados e portões) do conjunto e falta de identidade do empreendimento. Estas áreas são de responsabilidade do morador e sua instalação depende da capacidade de cada família. O que torna o conjunto com aparência desigual, pois a maioria dos moradores ainda não teve recursos para realizar estas melhorias, e aqueles que o fizeram utilizaram materiais precários.

Figura 25 - Portão recém-instalado



Fonte: A autora (2012)

Figura 26: Crianças do conjunto



Fonte: A autora (2012)

Nos espaços públicos do conjunto não foram implantadas as áreas de lazer e recreação, nem equipamentos como playgrounds, quadras de esportes, jardins, praças, entre outros. Nem de espaços comuns (salas, barracões ou centro comunitário) para a realização de reuniões, eventos, cursos, etc..., que estimulem a organização comunitária. O que faz com que a comunidade utilize para esses fins, áreas de servidão da companhia de energia elétrica do Paraná (Copel), que oferecem perigos à saúde e são impróprias para esse fim.

Dessa forma, torna-se difícil o encontro dos moradores seja para conversar, trocar informações ou mesmo para reivindicar melhorias para o local.

Figura 27 - Campinho de futebol?



Fonte: A autora (2012)

Ocorre baixa mobilidade urbana dos moradores, pois os equipamentos públicos e privados existentes próximo do conjunto são distantes (escolas públicas e posto de saúde) do loteamento. Não existe rede de serviço próximo (lavanderias, cafeterias, lanchonetes, culturais,

cinemas, teatros, dentistas, psicólogos, etc.) e comércio (lojas, supermercados, vendas).

Não existe uma base comunitária da polícia próxima do conjunto, com isso, há baixo nível de segurança pública. Como medida paliativa foi instalada uma guarita com serviço de vigilância de empresa particular que presta serviço 24 horas aos moradores. O vigia anota em um caderno as ocorrências que surgem tais como brigas entre vizinhos, reclamações por excesso de barulho, e em casos de maior violência chama a Polícia Militar para atuar no local.

Figura 28 - Guarita da empresa que presta serviços de vigilância



Fonte: A autora (2012)

Houve pouco envolvimento da Prefeitura no trabalho social junto aos moradores do conjunto. Por ser um empreendimento financiado pela Caixa Econômica Federal, e do Programa habitacional Minha Casa Minha Vida, desde o mês de fevereiro de 2012 foram realizadas ações sociais, por assistentes sociais de empresa terceirizada no conjunto. Este trabalho teve a duração de seis meses e foram realizadas oficinas e campanhas educativas junto à comunidade.

Figura 29 - Faixa divulgando o trabalho social prestado pela CEF



Fonte: A autora (2012)

Foram observadas iniciativas de implantação de comércio local no conjunto. Visto a distância do conjunto em relação ao centro da cidade de Fazenda Rio Grande, e, por conseguinte, a inexistência de comércio (supermercado, farmácia, lojas de roupas, etc.) e serviços no entorno (cabeleireiro, estética, cultural, lazer), algumas famílias estão oferecendo produtos e serviços no local. Foram identificadas várias iniciativas (venda de geladinho, serviços de manicure e pedicure, produtos de cosméticos, padaria, algodão doce, etc...). Além de representarem uma alternativa de serviço/produto para quem não pode se deslocar de ônibus ou a pé até o centro da cidade, representa uma alternativa de geração de renda aos moradores autônomos ou desempregados. Essa iniciativa pode(ria) ter sido apoiada pelo poder público, na organização das atividades e de um local propício à sua realização.

Na figura 31 (abaixo) se observa uma moradia que ostenta placa de prestação de serviços:

Figura 30 - Oferta de serviço de manicure



Fonte: A autora (2012)

Figura 31: Mercadinho no conjunto



Fonte: A autora (2012)

Viu-se que o empreendimento foi entregue aos moradores com muitas deficiências a serem concluídas e melhoradas. Fazendo com que muitos enxerguem a nova realidade como o pesadelo da casa própria. Serão analisados a seguir os aspectos internos das moradias.

Aspectos internos:

Os espaços internos do sobrado mostram-se incompatíveis com o tamanho das famílias, que são numerosas. A moradia é constituída por dois pavimentos, no primeiro encontra-se uma pequena sala, banheiro e cozinha, contendo uma escada que leva aos dois quartos no segundo pavimento. Na área dos fundos existe um pequeno tanque onde as mulheres (predominantemente) lavam e estendem suas roupas, sendo o espaço insuficiente para lavar e estender todas as roupas, já que existem muitas crianças.

Na sala os móveis ficam entulhados fazendo com que todo espaço seja utilizado ao máximo. Viu-se pelas ruas, que as famílias têm o costume de colocar sofás em frente de casa, já que muitas vezes eles não entram pela porta ou cabem na sala. Observa-se a dificuldade das famílias em acomodarem móveis e utensílios demonstrando que existe pouco espaço para as necessidades das famílias.

Outro aspecto salientado pelos moradores é o barulho que os vizinhos fazem quando escutam música (alta); na ocorrência de brigas e quando sobem a escada da sala que leva ao quarto. Os ruídos são favorecidos devido à proximidade das casas (parede com parede).

Figura 32 - Quintal-Varal



Fonte: A autora (2012)

Tanto os aspectos externos quanto internos são de convivência diária dos moradores e sobre os quais a pesquisa buscou conhecimento, cujos dados gerais se encontram a seguir.

4.5. PERFIL DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM EUROPA

De acordo com o Relatório de Caracterização Familiar do “Programa Minha Casa Minha Vida” do cadastro único da Caixa Econômica Federal (CEF) das 439 famílias cadastradas, segundo o responsável pela unidade familiar, possuem a seguinte conformação:

- Gênero: 411 entrevistados (93,6%) são do sexo feminino;
- Idade: 149 entrevistados (64%) estão na faixa etária de 25 a 44 anos e 42 (9,5%) afirmaram que estão acima de 55 anos;
- Grupo étnico-racial: 260 entrevistados (59,2%) denominam-se da cor branca;
- Deficientes: 25 entrevistados (5,7%) possuem deficiência permanente;
- Nível de Escolaridade: 325 entrevistados (74%) cursaram o ensino fundamental regular de 8 anos e 82 (18,7%) cursaram o ensino médio regular. Apenas 13 (3%) afirmaram ter cursado o ensino de nível superior;
- Trabalho Remunerado: 208 entrevistados (47,4%) trabalham (sendo 19,8% por conta própria e 19,4% com carteira assinada); 174 (39,6%) afirmaram que não trabalham; 57 (13,09%) não responderam essa pergunta;

- Renda Mensal: 125 entrevistados (28,5%) não possuem renda; 204 (46,5%) recebem até 1 salário mínimo. 108 (24,6%) ganham de 1 a 2 salários mínimos; 2 (0,5%) possuem de 2 a 3 salários mínimos. Não se constatou família que recebe acima de 3 salários mínimos.

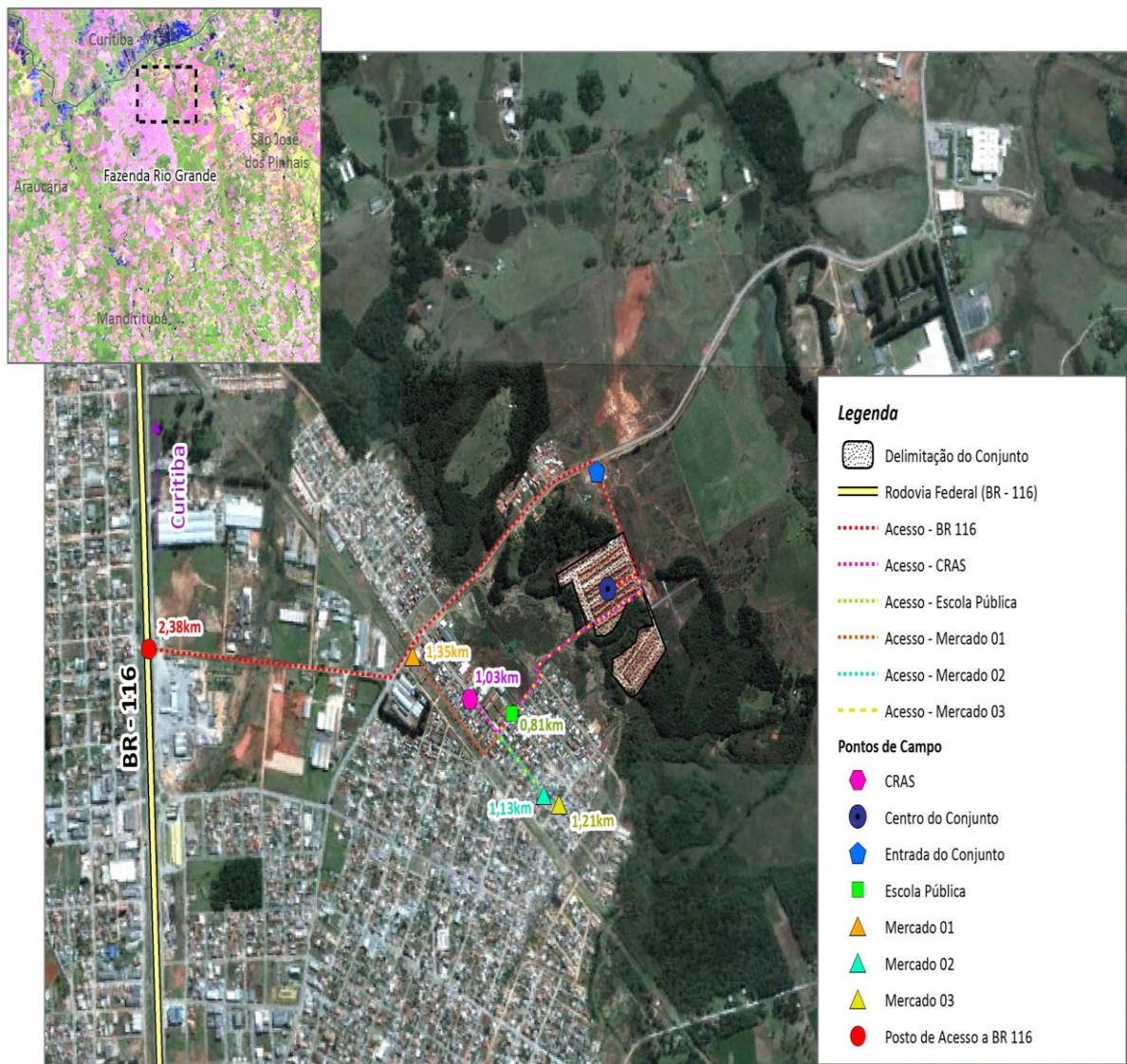
Características das Famílias:

- 337 famílias (76,8%) são compostas de 2 a 4 pessoas;
- 355 famílias (80,9%) possuem crianças menores de 18 anos. Ao todo, são mais de mil crianças e adolescentes morando no Conjunto Habitacional. Apenas 32 famílias (7,3%) possuem pessoas com mais de 60 anos (idosos).

O perfil socioeconômico das famílias do Conjunto habitacional Jardim Europa está relacionado aos critérios de atendimento do Programa Minha Casa Minha Vida que busca atender famílias com renda familiar de até R\$1.600,00, no caso da faixa 1¹⁹; em situação de reassentamento; chefiadas por mulheres e com até 3% de pessoas portadoras de deficiência. As famílias beneficiadas foram indicadas pelo município, de acordo com as regras do Programa.

¹⁹ Além da faixa 1, o Programa atende famílias com renda bruta mensal de R\$ 1.600,00 a R\$ 3.100,00 – Faixa 2, e famílias com renda entre R\$ 3.100,00 até R\$ 5.000,00 – Faixa 3. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2012)

Figura 33 - Imagem de satélite mostra o Conjunto Habitacional Jd. Europa



Fonte: Clewerson Scheraiber (2012)

O conjunto habitacional Jd. Europa situa-se na parte norte do município, próximo do bairro distrito industrial, tendo em seu entorno extensas áreas verdes.

O município é cortado pela rodovia federal BR-116, que liga Curitiba a Região Sul. Um dos acessos à rodovia, segundo a figura 33, está a 2,38 km do conjunto. Os equipamentos públicos do entorno do conjunto como escola, creche, posto de saúde estão distantes cerca de 1,0 km do centro do conjunto. O comércio local dista acima de 1 km onde predominam os mercadinhos e serviços de pequeno porte. Vê-se que é comum os moradores realizarem suas atividades cotidianas como ir à escola, ou ao mercado a pé, percorrendo grandes distâncias e muitas vezes pagando preços mais altos na compra de alimentos devido à falta de alternativas no bairro. A distância do conjunto em relação ao centro da cidade instaura um ar de isolamento

no local.

4.6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Cabe nesta etapa resgatar a questão central desta pesquisa que procura sua resposta na análise das entrevistas junto aos moradores do conjunto: De que maneira os conjuntos habitacionais construídos para a população de baixa renda, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida, resultam em melhorias nas condições de vida das famílias atendidas? Qual é a visão dos moradores sobre a implantação do Conjunto habitacional Jd. Europa? Como eram as condições de vida dos moradores nas áreas de risco?

Inicialmente será apresentado o perfil socioeconômico das famílias, a partir das entrevistas realizadas que mostram aspectos das condições de vida dos entrevistados (11). Buscou-se entrevistar moradores de diferentes pontos do conjunto e que abrangesse no mínimo um representante de cada quadra.

Foram entrevistadas 9 mulheres e 2 homens, que estão concentrados (10) na faixa etária de 25 a 54 anos. A maior parte dos entrevistados (4) possui três filhos. Em relação ao exercício de atividade remunerada, verifica-se que poucos trabalham (2); 9 não trabalham devido aos seguintes fatores: possuem problemas de saúde; estão desempregados; o cônjuge que trabalha; ou estão recebendo seguro-desemprego. A renda familiar da maioria dos entrevistados (6) situa-se na faixa até 1 Salário Mínimo, sendo que 5 afirmaram receber de 1 a 3 SM. Em relação ao recebimento de Políticas Públicas assistenciais 5 entrevistados recebem benefícios do programa Bolsa Família e 6 não recebem.

Em relação ao local de nascimento os entrevistados vieram de diferentes lugares, sendo que a maioria (5) veio do Interior do Estado (Nova Tebas; Lapa, Palmas, Curiúva e Siqueira Campos); 3 de Curitiba; 2 da Região Metropolitana de Curitiba (Fazenda Rio Grande e Mandirituba, e 1 do Estado do Rio Grande do Sul). Um não soube informar o local onde nasceu.

Para a realização da análise dos resultados confrontaram-se as falas dos entrevistados e suas práticas com o marco teórico adotado, assim partindo dos questionários semiestruturados. Foram reproduzidos trechos das entrevistas selecionados pela pesquisadora e definidas as categorias de análise, que são:

- O viver nas áreas de risco - onde foi possível compreender aspectos da vida dos moradores naqueles lugares: as condições das casas; acesso ao trabalho e serviços públicos; se gostavam de morar lá; relação com os vizinhos; entre outros elementos;

- Problemas socioambientais e riscos - onde foram apontados os problemas existentes naqueles ambientes;
- O viver no conjunto habitacional - onde foi apreendido o que representou na vida dos moradores a mudança para o conjunto, em relação aos aspectos emocionais, de relacionamento com os vizinhos; em relação aos equipamentos públicos, entre outros elementos;
- Ser cidadão nesse contexto - onde se procurou compreender o sentimento de cidadania e seu entendimento sobre isso segundo a visão dos entrevistados.

O viver nas áreas de risco

As casas dos moradores quando estavam nas áreas de risco eram em sua maioria (9) de madeira e compostas apenas por uma família. Os moradores compraram essas casas e em alguns casos, eram alugadas. As casas em geral possuíam dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Houve relato de uma casa que não havia banheiro e outra contendo quatro quartos. Pagavam contas de água e luz. Em relação às moradias:

(...) era até maiorzinha tinha garagem...por isso que as pessoas não queriam vir, né, aqui é bem pequenininho (ENTREVISTADO 1).

Era só um paiolzinho... casa precária (ENTREVISTADO 2).

Três quartos, sala, cozinha, banheiro (ENTREVISTADO 3).

Dois quartos, sala, cozinha, banheiro, garagem (ENTREVISTADO 4).

Três quartos, não havia sala e banheiro; era enorme (ENTREVISTADO 5).

Quatro quartos, sala, cozinha, banheiro; cai em coisa fria. Era uma área de invasão. Eu caí feio, a chácara valia 80 mil. A casa era feia, mas era grandona (ENTREVISTADO 6).

Existiam equipamentos sociais públicos nos bairros em que viviam, tais como escola e posto de saúde. Sobre a realização de trabalho remunerado quando habitavam esses locais, afirmam que sim e trabalharam em diferentes áreas: Comércio: Venda de materiais recicláveis (papelão); alimentos; Prestação de serviços (zeladora, diarista, babá, limpeza); no Poder Público (Prefeitura) e empresa privada.

Relatam que havia infraestrutura urbana como água encanada e luz elétrica. Pagavam conta de água e luz. Entretanto, em relação ao saneamento foi relatado que os esgotos eram

jogados diretamente nos rios.

Os problemas socioambientais e riscos

Os entrevistados relataram que o principal problema das áreas de risco em que viviam era a ocorrência de enchentes nos bairros Jd. Eucalipto I e II, Iguazu I, Jd. Nações II e Santarém, que representava riscos à saúde pública, em decorrência de pragas e doenças, além de prejuízos materiais com a perda de móveis:

Morava no Jd. Eucalipto. Havia enchente (ENTREVISTADO 1).

Morava no Iguazu I. Enchente dava demais quando subia assim (ENTREVISTADO 2).

No Iguazu I. Enchente, sempre tinha gente gripada (ENTREVISTADO 3).

Eucaliptos II, rua Oiti; era alagação que nós morava na área de risco, daí chovia e alagava tudo perdia todas as coisas, a única coisa ruim lá era isso só (ENTREVISTADO 4).

Eucalipto II, era área de risco, era por causa do Rio, alagava, rato, barata, matagal, era perigoso (ENTREVISTADO 5).

Eucalipto II. Enchente. Não considera a área de risco (ENTREVISTADO 6).

Jd.Nações 2. Era uma baixada, cruzava uma valeta e inundava (ENTREVISTADO 7).

Santarém. Enchente (ENTREVISTADO 8).

Jd.Eucalipto. Era área de risco. O córrego atrás sempre dava enchente; área de risco mesmo (ENTREVISTADO 9).

Jd. Eucalipto, perto do rio. Alagamento. Já perdi os móveis (ENTREVISTADO 10).

Eucalipto I, do lado da minha casa tinha uma valeta, era enchente, a água passava por cima do asfalto e entrava em casa (ENTREVISTADO 11).

A partir destas falas pode-se afirmar que os moradores identificam a existência de riscos nos locais onde moravam, no caso as enchentes, bem como as consequências deles em suas vidas (perda material e na saúde).

A percepção do risco, nesse caso, é atribuída à interação entre elementos naturais e sociais. É, portanto uma construção social do grupo, imbuída de contradição e complexidade. Corroborando com a concepção de Veyret (2007) sobre o risco:

O risco, objeto social, define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. (VEYRET, 2007, p. 11)

Essa concepção sobre o risco rompe com a concepção tradicional de risco apenas sob o prisma das ciências naturais, revelando a necessidade da contribuição de outros campos do conhecimento tais como a sociologia, a antropologia, a economia, entre outras, que podem revelar como essa construção social em torno dos riscos é produzida.

Se por um lado Beck (1998), afirma que a sociedade pós-industrial pode ser caracterizada por ser de risco e reflexiva, ou seja, a sociedade tem a capacidade de refletir sobre suas ações e omissões e agir dentro deste contexto, por outro, os atores sociais entrevistados, de modo geral, não relacionam os riscos aos quais estão expostos e as suas causas, ou ao contexto econômico e social vigente. Prevalece uma postura naturalizadora do risco e do sujeito enquanto vítima.

Outro elemento importante de análise é a convivência com os riscos. Apesar de saberem da sua existência, deu-se uma longa convivência com os riscos seja por falta de alternativas de moradia, ou porque (aprenderam) a gostar de morar lá. Há casos de famílias que moraram nesses locais por um período de 22 anos.

Apesar do risco das enchentes, as famílias contam que gostavam de morar na área de risco, pelo fato de morarem lá bastante tempo, e terem se acostumado. De estarem em bairros mais próximos do centro, de comércio e serviços, além do fato de terem amigos e vizinhos e que eram ambientes com mais tranquilidade.

Sobre se gostavam de morar na área de risco:

Sim, mas não dava para construir nada. Esperamos até sair a casa. Era mais perto do que o conjunto (ENTREVISTADO 1).

Sim, gostava, mas a casa estava caindo já. Não tinha como morar mesmo. Tinha muito rato. Era tudo mato. Agora que asfaltaram (ENTREVISTADO 2).

Sim, queria morar lá, estava acostumado (ENTREVISTADO 3).

Sim, morei por 12 anos. Tinha tudo (ENTREVISTADO 4).

Fora as água era bom. Já conhecia todo mundo. Igual aqui também é bom. Os vizinhos diferente, tudo vizinho bom. Mesma coisa aqui tem ônibus que passa por aí (ENTREVISTADO 5).

Sim, gostava mas a casa estava caindo já. Não tinha como morar mesmo. Tinha muito rato. Era tudo mato. Agora que asfaltaram (ENTREVISTADO 6).

Sim, queria morar lá, estava acostumado (ENTREVISTADO 7).

Sim, morei por 12 anos. Tinha tudo (ENTREVISTADO 8).

Sim, porque era muitos anos. Pra vir pra cá sim, Queria ir embora. Tinha transporte próximo de 10 em 10 minutos, comércio (ENTREVISTADO 9).

Gostava. Morava lá há 9 anos. Não era próximo do centro (ENTREVISTADO 10).

Sim tinha mais sossego, mais tranquilidade pra tudo; essa escada...o vizinho desce você escuta tudo, lá era mais sossegado, era mais próximo da cidade, tinha mercado grande, farmácia, aqui não tem nada..., se você quer fazer uma compra tem que ir lá pro outro lado da BR (ENTREVISTADO 11).

Para aqueles que relataram não gostar de morar na área de risco, os motivos apontados foram a distância da casa em relação ao centro da cidade; sujeira, e problemas na estrutura das casas.

Os relatos indicam que as famílias viveram longos períodos em áreas de risco e que por força das circunstâncias, aprenderam a conviver com eles e a estabelecer estratégias de sobrevivência. Seu viver nesses locais, era composto por elementos positivos e negativos. As enchentes surgem como o principal risco natural, produzido pela sociedade que empurra as parcelas pobres para habitar as áreas mais distantes e próximas de rios. Os fatores positivos são vários, desde a localização das casas, a tranquilidade, e os amigos.

O viver no conjunto habitacional

A mudança para o conjunto habitacional significou para os moradores entrevistados a realização do sonho da casa própria e uma fase de adaptação à nova realidade material e cultural e, de certa forma, a convivência novamente com os riscos.

Muitos relataram que estão gostando de morar lá, (10 dos 11 entrevistados), apesar da existência de um clima de isolamento que favorece a violência, o tráfico de drogas e a dificuldade na realização de atividades cotidianas, como a demora do transporte público no conjunto e a distância do comércio local.

Apesar disso, também representou melhora na qualidade de vida, principalmente porque agora se tornaram proprietários de suas casas, não correm o risco de a Prefeitura os retirar dali. Além disso, o valor pago na prestação é menor do que o preço de mercado de um imóvel alugado, apesar de reclamações sobre o tamanho do sobrado, considerado pequeno para as famílias grandes.

Com certeza né, a casa melhor, faz o que precisa fazer, o que falta, antes não podia fazer porque sabia que tinha que sair (ENTREVISTADO 1).

Sim, graças a deus, Ninguém incomoda ninguém; tudo em paz; Segurança (ENTREVISTADO 2).

Sim, aqui tudo é mais organizado (ENTREVISTADO 3).

Melhorou bastante a segurança, tem bastante segurança, os guardinhas, a gente paga R\$ 25,00, mas qualquer coisa eles vão ver, se uma criança some eles vão ajudar os pais procurar...as coisas só isso, mas quando se ajeitar tudo tá bom né (ENTREVISTADO 4).

Melhorou tudo né, colocaram água, luz (ENTREVISTADO 5).

Sim, não pago aluguel, está sobrando R\$ 190,00; coleta de lixo subiu de R\$ 64,00 para cento e pouco (ENTREVISTADO 6).

A gente tá no que é da gente (ENTREVISTADO 7).

Sim (ENTREVISTADO 8).

Na casa sim, porque ficou bem melhor pros filhos, minha casa não era terminada, mas de resto ficou igual (ENTREVISTADO 9).

Sim bastante, melhorou de tudo um pouco (ENTREVISTADO 10).

Não, não teve muito não, essa casa aqui podia ser assim, minha casa podia ter três quartos, era pra ser para um casal e uma criança, eu acho que eles fizeram errado aqui (ENTREVISTADO 11).

Sobre a convivência com os vizinhos, ela se dá principalmente pelas conversas entre os muros da casa e nos momentos cotidianos: o ato de lavar roupa e compartilhar os espaços externos da casa (quintal). A possibilidade de ter a ajuda dos vizinhos no cuidado com as crianças, bastante comum nas áreas em que moravam.

Os moradores afirmam, entretanto, que não estão gostando dos seguintes aspectos: barulho, ausência de supermercado e comércio próximo, insegurança, telefone público, área de lazer; infraestrutura em geral.

Em relação aos equipamentos públicos, foram relatados de forma reiterada a ausência de área de lazer e creche.

O transporte público é muito precário, pois demora cerca de 40 minutos para passar no conjunto habitacional, e, além disso, o ônibus só percorre duas quadras apenas, fazendo com que os moradores das quadras mais longínquas tenham que ir a pé até o ponto de ônibus mais próximo. É comum vermos mães carregando filhos no colo até o ponto de ônibus, sem contar em dias de chuva. Os moradores reclamam que não há transporte escolar por ali.

O ruim é que é demorado, de 40 a 40 min, demora 10 min até o centro, outro ônibus 10 a 15 min de ônibus (Eucalipto II – na frente da escola, volta a pé) (ENTREVISTADO 1).

É ruim também. O nosso é a cada 40 minutos só (ENTREVISTADO 2).

Tá tendo normal, bastante pessoa trabalha...Está funcionando normal (ENTREVISTADO 3).

Não tem cobertura nenhuma, não tem ponto de ônibus, 40 a 40 min.; a gente vai fazer um movimento (ENTREVISTADO 4).

Às vezes eu vou a pé, eu gosto de andar a pé, 40 a 40 min. (ENTREVISTADO 5).

Sim, passa aqui dentro (ENTREVISTADO 6).

40 minutos. A gente se organiza de acordo com o horário. Quando eu tava trabalhando eu tava perdendo 2 h para chegar em Curitiba, 2h para voltar (ENTREVISTADO 7).

Só tem a linha normal de ônibus, transporte escolar não passa aqui vou de carro, não ando de ônibus (ENTREVISTADO 8).

Os meus só usam para ir pro PETI, ônibus da prefeitura, 5 minutos, eles fazem bastante volta. O de linha é uma tristeza...40 em 40 minutos (ENTREVISTADO 9).

Assim como acontece em Fazenda Rio Grande, o desânimo em viver em conjuntos habitacionais localizados em bairros distantes do centro é retratado por Loic Wacquant (2001) em sua pesquisa sobre o gueto²⁰ nos Estados Unidos:

Tal acúmulo de males sociais explica a atmosfera de desânimo, enfado e desespero que impregna as comunidades pobres nas grandes cidades ocidentais e o clima opressivo de insegurança e medo que invade a vida cotidiana no gueto negro norte-americano (Wacquant, 1992b). Os moradores desses bairros sentem que eles e seus filhos têm pouco futuro, além da miséria e da exclusão a que parecem destinados no presente. Acrescente-se a essa sensação de cercamento social a raiva nutrida pelos jovens urbanos sem emprego, como resultado da mácula que afeta os habitantes das áreas urbanas decadentes, à medida que seus bairros são identificados como instáveis solos de cultivo de “problemas sociais”. (WACQUANT, 2001, p. 32).

Agora que estão morando no conjunto habitacional, informam que estão conseguindo pagar normalmente as contas, as mais comuns são a de energia elétrica, água e a prestação do imóvel. A reclamação maior é que não estão conseguindo se cadastrar na tarifa social das concessionárias de água e luz.

Em relação à organização política dos moradores do conjunto, verifica-se que ainda está

²⁰ Sabe-se que os guetos americanos caracterizam-se fortemente pela questão racial. No caso do Conjunto Jardim Europa a maioria das famílias se autodenomina de cor branca (59,2%). O que há comum nesta realidade e a do gueto americano é o sentimento de abandono da população em relação às políticas públicas e a falta de perspectivas em relação ao futuro .

em um processo incipiente. Foi criada uma Associação de Moradores ligada ao movimento União Nacional por Moradia, mas este processo não contou com participação efetiva dos moradores e sim de membros ligados a este grupo político, que conta com apoio do prefeito atual, e a sede funciona em outro bairro. Existem grupos de moradores que não concordam com o encaminhamento deste processo e reivindicam a criação de outra associação.

Figura 34: Eleição da Associação de Moradores?



Fonte: A autora (2012)

Sobre a existência da Associação de moradores:

Não (ENTREVISTADO 1).

Tem, todo mês tem, perto da padaria (ENTREVISTADO 2).

Havia, mas acabou (na casa do Cascão). Não adianta uma pessoa só né (ENTREVISTADO 3).

Sim. Eles fizeram esses dias, fizeram lá na escola. O Vanderlei participa; e semana passada fizeram uma votação né (ENTREVISTADO 4).

Não, a sede deles é lá na avenida...no Bonete...União dos Moradores é em outro bairro; como eu falei que é envolvimento político eu não vou; eu não sou bobo; se fosse pelo bem das pessoas, eu bato de frente, se não bater de frente vira envolvimento político, só interesse político...nada, nada, tá parado (ENTREVISTADO 5).

Não, os caras quando vem falar falam tudo em cima da hora (ENTREVISTADO 6).

Ainda não (ENTREVISTADO 7).

Fizeram, meio que assim, foram lá e votaram, ninguém fez uma campanha antes, fizeram se apresentou, sabe que tem mas não sabe o que a associação faz (ENTREVISTADO 8).

Tem, mas não estou por dentro (ENTREVISTADO 9).

Está para sair, já começaram. Reciclagem, troca por alimento (ENTREVISTADO 10).

Frente às disputas e tensões existentes na comunidade, e da falta de engajamento dos moradores para encaminharem suas reivindicações, a maioria dos moradores não participa de atividades políticas, seja por desconhecimento e até horários incompatíveis das reuniões:

Não, aqui não (ENTREVISTADO 1).

Reunião (ENTREVISTADO 2).

Não. Cuido de uma menina (vizinha) (ENTREVISTADO 3).

Não porque vou na hemodiálise (ENTREVISTADO 4).

Sim, sou o primeiro fiscal (ENTREVISTADO 5).

Às vezes (ENTREVISTADO 6).

Não. Particpei uma vez (ENTREVISTADO 7).

Não, gostaria, mas não dá, devido ao horário (ENTREVISTADO 8).

Sobre se tem o costume de frequentar alguma Igreja (católica ou evangélica) do bairro, vê-se uma baixa participação dos moradores nessa instituição. Quatro entrevistados afirmaram que não frequentam. Aqueles que participam o fazem em outros bairros. A distância dos moradores do conjunto em relação à Igreja também é um fator que impede uma assiduidade maior, pois dependem do transporte público e com isso há custos de deslocamento que pesam na escolha em participar:

Não, em outro bairro, no Jd. Eucalipto (ENTREVISTADO 1).

Sim, vou de ônibus na Igreja católica São Gabriel, próximo do terminal (ENTREVISTADO 2).

São Gabriel (ENTREVISTADO 3).

Igreja Assembléia de Deus, 4ª e domingo (ENTREVISTADO 4).

Na Nossa Senhora de Fátima (ENTREVISTADOS 5 e 6).

Em relação às lideranças comunitárias, foram relatados que existem poucas pessoas

interessadas em participar de movimentos reivindicatórios por melhorias no local. Muitas vezes os moradores desconhecem essas pessoas. E há um medo também em participar visto o grau de violência que acontece no conjunto habitacional. Sobre se existe ou não lideranças comunitárias:

Não (ENTREVISTADO 1 e 2).

Só o Cascão (ENTREVISTADO 3).

Sim, aqui do bairro a chapa deles (ENTREVISTADO 4).

Sim, o Cascão (ENTREVISTADO 5).

Tem bastante gente aqui. A gente não vai apoiar o Prefeito; eu sou o cabeça aqui dentro, a gente não concorda com a administração que tá sendo feito... (ENTREVISTADO 6).

Tem um cara ali (ENTREVISTADO 7).

Não conheço (ENTREVISTADO 8).

Acho que sim, só de papo, o que seria bom...corte e costura...aquela mulher que quer aprender é da reunião (ENTREVISTADO 9).

Não sei quem são (ENTREVISTADO 10).

Ah, sei lá, sempre tá tento reuniãozinha por aí, tava o ex-prefeito junto, foi aqui na última rua ali em cima, eu participei, eles marcam horário...não conhece; depois das 18h00 eu não saio ...tenho muito medo, tem muito tiro...não é todo dia mas é frequente...sempre à noite, a polícia passa, dia de semana também tem guerra, sábado, domingo...é pior, o troço, eles matam de dia, tava lá o cara esticado, 9, 10 tiros na cabeça (ENTREVISTADO 11).

Ser cidadão neste contexto

Martins (2011) aponta a frágil modernidade brasileira que mantém aspectos do novo conjugado com a tradição. E nesse caso, a cidadania e a figura do cidadão aparecem como inconclusos, incompletos e incertos.

Mesmo o cidadão, num grande número de casos, é mera imitação, pois o comportamento eleitoral e político é frequentemente um comportamento carneiril subjugado por deveres de lealdade próprios da dominação pessoal, do clientelismo e do populismo. É um cidadão que vota por obrigação e não por dever; e que não se considera investido de direitos em relação à conduta dos votados, às leis e às instituições. Por isso mesmo, ao mesmo tempo em que não é um cidadão verdadeiro, não é também o agente humano de um pensamento conservador, agente da

transformação da tradição num conjunto de ideias, princípios e condutas que fundamentem uma opção de vida e uma crítica social consistente (Martins, 2011, p.44).

Indagados se se consideram cidadãos, é interessante notar que os entrevistados consideram-se e associam a cidadania com o fato de terem acesso ao voto. Apesar da pouca organização social e de participação, está presente a ideia de que os moradores possuem um saber ou experiência que deve ser levada em conta e que, portanto, podem de alguma maneira ajudar ou acrescentar um novo ponto de vista. Entretanto, essa prática ainda está muito incipiente no conjunto de forma coletiva, persistindo ações individuais e de poucos membros.

Sim (ENTREVISTADOS 1, 2, 3 e 4).

Sim, moro aqui, voto aqui (ENTREVISTADO 5).

Sim, a gente lutou muito, sofri muito, passei por tanta coisa (ENTREVISTADO 6).

Considero, porque eu não gosto de coisa errada, eu não sou envolvido com droga, eu sou contra, eu não fumo, eu não gosto de fervo (ENTREVISTADO 7).

Sim, quem vota, tem tudo (ENTREVISTADO 8).

Me considero, voto. Tenho meus deveres, meus direitos não sei muito. Sou uma cidadã então né (ENTREVISTADO 9).

Sim, compartilhar as coisas com todo mundo, ter uma reunião a gente ir, ah sei lá, cidadã é ser bem tratada também (ENTREVISTADO 10).

Eu considero. Eu acho...posso te explicar...é eu ser aquilo que eu sou, ajudando as pessoas. Teu filho não tem documentação, vamos providenciar para ele ser um cidadão. Sei lá...Eu tinha umas nos sonhos, nos tempos aí...sonhava...que eu queria ser um grande. Você vai nas reuniãozinha...eles colocam os grandes já sabem tudo entende. Toda pessoa baixa renda tem como fazer alguma coisa, e...ajudar...você expõe uma coisa diferente que aquele que nunca viu (ENTREVISTADO 11).

É interessante notar que apesar de terem acesso à cidadania formal recentemente os moradores têm plena consciência dos problemas existentes no conjunto, e são capazes de sugerir melhorias e mudanças. Afirmam que o principal problema neste local é a falta de infraestrutura no conjunto. Segundo eles, falta uma área de lazer para as crianças, praça, serviço de coleta de lixo, Igreja, e comércio próximo do conjunto.

Falta muita coisa, mas o principal teria que ter uma área de lazer para as crianças, mercado, porque aqui não tem nada aqui perto...Tem muita coisinha assim né (ENTREVISTADO 1).

Lixo, essas coisa pra melhorar, infraestrutura (ENTREVISTADO 2).

As pessoas terem mais conscientização com a limpeza, lá onde eu morava era pior, o lixo. Cada um fazer a sua parte. Não adianta limpar lá e as pessoas não fazerem a sua parte (ENTREVISTADO 3).

Lugar para as crianças brincar...Parquinho, uma pracinha, área de lazer; Igreja; e de preferência o Mercado da família. Compra no armazém da família em FRG uma vez por mês, paga táxi 10, 15 reais (ENTREVISTADO 4).

Um mercado, farmácia, perto do Boza e os outros mais longe (ENTREVISTADO 5).

Se eu fosse um vereador eu ia olhar as pessoas carente, quem tem coração tem dó, é triste ver uma criança aí com a barriga murcha, eu tenho dó...tem que ser colocado Creche; cuidar das crianças; academia; campo de futebol; mais emprego pra população; falta interesse do prefeito, do presidente da associação...tem 16 pessoas para fazer parte da associação, se tiver envolvimento com política eu vou denunciar; você tem que ficar neutro, se você ajudar o Chico, você tem que ajudar todo mundo (ENTREVISTADO 6).

Ter um Mercadinho; faz falta, escola; diz que tá pra sair escola não tem (ENTREVISTADO 7).

No momento não preciso de nada (ENTREVISTADO 8).

Um lugar para criança brincar; creche, escola mais perto, o povo é muito carente precisaria ter alguma coisa que o povo se sentisse valorizado; humanizada no povo. Faria uma bela de uma praça; criaria um ambiente gostoso para leitura nessa praça; não estão valorizando o ambiente, o povo, ser humano teria que ter outra consciência (ENTREVISTADO 9).

Devia ser condomínio fechado, devia ter bastante segurança, aqui não tem segurança, é raro você ver viatura passando... as ruas deviam ter lombada; porque tem cada louco que passa, arrumar o asfalto; cada esquina tem um buraco, o esgoto está entupido, tá tampado com terra; é muito lixo que a turma joga na rua. Devia ter um conselho tutelar é muita criança na rua. Falta muita coisa, bastante (ENTREVISTADO 10).

As pessoas maior tinha que chegar e ver a sua situação...você precisa de trabalho...eu tenho o maior sonho...os grande podia Arrumar trabalho; fornecer um barracão para vender para a Prefeitura; eu seria alguma coisa da reciclagem, os rapazes não ficar na rua. Essas crianças Creche ou barracão; eu acho que se a gente tivesse o nosso próprio barraco, comercio. Farmácia; mercadinho; o pessoal vende os produtos aqui muito caro. Esses refri você paga R\$ 6,00, eu pego R\$ 3,00 de pão. E o leite também, você compra de caixa...eu mesmo preciso de tratamento e preciso ir lá na PUC em Curitiba...isso aí era um caso de urgência...e caso de várias cirurgias...tenho que achar outra dentista. Meu diabetes é muito alto...uns R\$190,00...tem que insistir...esses postos tem que ir de madrugada...passar lá 5 horas da manhã...eu fiquei medrosa aqui...passou das seis horas eu não saio mais...tem muita gente boa...mas se mistura com gente que não presta (ENTREVISTADO 11).

A partir da articulação entre o arcabouço teórico e o empírico, discutido nos capítulos do trabalho, que objetivou analisar a implantação de uma política pública, sob o ponto de vista dos beneficiários, tendo como ponto de partida a seguinte pergunta: Os conjuntos habitacionais construídos para a população de baixa renda, dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida

resultam em melhorias nas condições de vida das famílias atendidas? Conclui-se que no caso do Conjunto habitacional Jardim Europa, em Fazenda Rio Grande, o empreendimento atende parcialmente ao que a população relocada necessita.

O atendimento das Políticas Públicas em sua totalidade se expressaria por um conjunto de elementos: casas com espaço interno de acordo com a composição familiar; localização dos imóveis em bairros (integrados à cidade), dotados de serviços públicos adequados e de qualidade (educação, saúde, transporte, segurança, geração de empregos, entre outros).

Dessa forma, a tese defendida foi comprovada, ou seja, a partir das falas dos entrevistados verificou-se que houve melhoria parcial nas condições de vida de moradores de áreas de risco a partir da mudança para o conjunto habitacional. Seja porque a partir desse momento não estarão mais expostos às enchentes; à perda de seus materiais e à doenças de veiculação hídrica, seja porque agora possuem sua casa própria legalizada e não correm o risco de serem despejados.

Por outro lado, os riscos socioambientais inicialmente representados pelas enchentes, se transformaram em novas situações de riscos. O morar longe, em casas pequenas, sem áreas de lazer para crianças e jovens, acesso precário aos serviços públicos e baixa mobilidade urbana, torna a vida difícil nos conjuntos habitacionais populares. Cenário que reforça o círculo vicioso da pobreza, segregação social e isolamento dos moradores. Somado à exposição à violência e à drogadição.

A insuficiência e a desintegração das políticas públicas resulta na insustentabilidade urbana vivida nas cidades brasileiras, seja pela ausência de políticas públicas adequadas que representem o direito das populações a cidade, exprime a incapacidade dessas políticas, em adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais provocando um desequilíbrio entre necessidades cotidianas da população e os meios de satisfazê-las, aumentando, desta forma, seus estados de vulnerabilidade, de risco e diminuindo suas resiliências. Portanto, é necessário que a gestão pública urbana leve em conta os riscos socioambientais.

O gestor público e a administração pública, portanto, encontram variáveis novas e desafiadoras para serem consideradas, não bastando apenas construir mais casas ou prolongarem as redes de água e esgotos, mas também e principalmente pensarem as cidades dentro de um contexto mundial, levando em consideração os elementos ambientais e sociais, como, por exemplo, a gestão por bacias hidrográficas e suas problemáticas interdisciplinares. Uma outra gestão das cidades é, desta forma, necessária e urgente. Uma gestão que integre múltiplos aspectos (sociais, econômicos, ambientais, culturais) e que incorpore a prevenção dos riscos socioambientais urbanos. (RIBEIRO; FORTUNATO; MACHADO, 2012, p.247)

Além da incorporação de novos temas na gestão pública urbana, é necessário que as políticas públicas, de todas as esferas, adotem instrumentos urbanísticos que garantam a eficácia dos programas habitacionais em desenvolvimento.

Em uma cartilha do Ministério das Cidades publicada em 2010, intitulada *Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?: Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade*, foram apontadas ferramentas urbanísticas aplicadas na gestão pública urbana que podem contribuir para o êxito de políticas habitacionais.

No capítulo 1: *Moradia adequada deve ser bem localizada; O Programa Minha Casa Minha Vida*, é discutida a necessidade de se implantar a moradia social em áreas bem localizadas, onde já existe infraestrutura necessária implantada e localiza-se próximo dos empregos. Um dos problemas apontados e que deve ser combatido é a existência de vazios urbanos em áreas centrais que poderiam ser utilizadas para fins habitacionais sociais e geralmente gera a especulação imobiliária e terrenos abandonados.

Outro aspecto mencionado é o esvaziamento das áreas centrais, seja de prédios históricos ou não, dotados de infraestrutura urbana, que são abandonados tornando-se áreas desvalorizadas. Uma forma de se combater isso segundo a Cartilha, é acionar os instrumentos do Estatuto da Cidade tais como o trio “*Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios/ IPTU progressivo no tempo/ Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública*”, consórcio imobiliário e outros. Além de programas de reabilitação de áreas centrais e utilização de programas de sítios históricos protegidos.

O documento destaca que existe uma nova configuração jurídica no país a partir da Constituição Federal de 1988 e da instituição do Estatuto da Cidade em 2001, baseado na função social da propriedade, onde foi redefinida a função do Plano Diretor Municipal, estabelecendo-o como principal elemento de política urbana e de repactuação de interesses coletivos. “*É o Plano Diretor de cada cidade que define como os novos instrumentos do Estatuto da Cidade devem ser aplicados em cada município*”. Além disso, é citada a Medida Provisória (MP) 2220 que trata da Regularização Fundiária e a Lei 11977 que institui o Programa Minha Casa Minha Vida.

A partir do Plano diretor de cada cidade é possível inserir instrumentos urbanísticos que permitem ampliar o acesso à terra bem localizada para produção de moradia de baixa renda. Destacam-se:

- Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios – PEUC;
- IPTU Progressivo no Tempo;
- Desapropriação com Títulos da Dívida Pública;
- Consórcio Imobiliário.

Além destes, existem outros tipos de instrumentos que possibilitam o acesso à terra bem localizada para produção habitacional de interesse social:

- Direito de Preempção;
- Novos procedimentos para Desapropriação;
- Dação em Pagamento;
- Abandono;
- Concessão de Direito Real de Uso.

Aponta-se a necessidade de se regulamentar e aplicar os instrumentos que permitem o acesso a terra bem localizada:

- Para aumentar a capacidade do poder público de intervir sobre o uso, ocupação e a rentabilidade das terras urbanas, fazendo-se cumprir a função social da cidade e da propriedade
- Para induzir a ocupação de áreas já dotadas de infraestrutura;
- Para pressionar os proprietários que mantêm áreas vazias e ociosas a disponibilizá-las para realização de projetos de interesse social;
- Para aumentar a oferta de terras e de imóveis (edificações) visando a atender à demanda habitacional existente.

O desafio segundo a Cartilha, é a regulamentação e aplicação dos instrumentos inseridos nos Planos Diretores. Desta forma a responsabilidade maior é a dos municípios, pois se não adequarem as leis necessária à gestão urbana, conforme as necessidades da população, dificilmente se mudará o padrão urbanístico da cidade vigente reprodutora de desigualdade.

Meios técnicos e jurídicos adequados existem para permitir o direito à terra e à cidade mais justa, pela população que necessita, entretanto isso exigirá uma nova maneira de pensar e fazer a Política e sobre a gestão pública urbana, que além de incorporar a discussão sobre os

riscos socioambientais deve instituir uma nova governança mais democrática e participativa, preparando a população para cobrar mais e inferir sobre as ações do governo.

Caso o Prefeito, e sua equipe técnica, não se envolvam e participem exigindo e implementando mudanças na forma que os Programas são executados repetem-se as velhas práticas que naturalizam as desigualdades e pensam a cidade para poucos.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E TESE

A pesquisa em questão é fruto do tema central do grupo IX de doutorandos do Programa de Pós Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPMADE) que elegeu a temática: *Mudanças socioambientais globais: riscos, vulnerabilidades e resiliências* e após ter cumprido a etapa das disciplinas teóricas, oferecidas em módulos e realizadas em grupo de âmbito interdisciplinar, iniciou a fase de trabalho dentro dos grupos temáticos de interesse, no caso, o da Crise Urbana.

A partir das discussões do grupo optou-se em estudar o município de Fazenda Rio Grande pela sua característica como cidade dormitório, de vulnerabilidade, pobreza e periferização. Aspectos que se destacam e se confirmam a partir do diagnóstico do local, e conhecimento da realidade realizado pelo grupo, por meio da coleta de dados, visitas, debates e entrevistas com atores sociais locais.

Em seguida, foi construída uma pergunta norteadora das pesquisas em desenvolvimento, de forma interdisciplinar, dentro do grupo²¹. A partir disso e da escolha do município de Fazenda Rio Grande como objeto de estudo do grupo da Crise Urbana, aprofundou-se o processo de diagnóstico do local, e conhecimento da realidade, ora de forma individual, ora em grupo, buscando a construção da pergunta da Tese.

Essa aproximação com a realidade local, e o conhecimento dos problemas socioambientais foi imprescindível para essa construção. A partir de entrevistas com os técnicos da Secretaria de Ação Social que realizam o trabalho do setor de habitação foi possível conhecer os projetos em desenvolvimento e os desafios em pauta.

Dentro deste cenário surgiu o interesse em estudar o tema da habitação e das áreas de risco, com a ideia inicial de compreender o significado do risco para o morador e como se dá essa construção social. No entanto, com a implantação do Conjunto habitacional Jardim Europa e a consequente remoção dos moradores das áreas de risco para esse local, aproveitou-se a oportunidade para analisar essa mudança de local sob o ponto de vista dos atores sociais, em especial o do morador, a fim de responder a seguinte pergunta: Que elementos dos projetos dos conjuntos habitacionais construídos para a população de baixa renda dentro do Programa Minha

²¹ Como os riscos e vulnerabilidades socioambientais se manifestam no Sul da Área de Concentração Populacional (ACP) da Região Metropolitana de Curitiba – RMC, a partir do processo de periferização, quais demandas socioambientais devem ser satisfeitas pelas políticas públicas de modo a viabilizar a gestão e sustentabilidade socioambiental nessa área de estudo e como os moradores constroem suas estratégias de sobrevivência e percebem estes riscos?

Casa Minha Vida resultam em melhorias nas condições de vida das famílias atendidas?

A articulação entre a teoria e o trabalho de campo resultou no esforço em construir o objeto de pesquisa, sob uma perspectiva coletiva e interdisciplinar, que alternou processos de trabalho em grupo (construção da pergunta e do recorte espacial da pesquisa) e individual (trabalho de campo, análise do material e elaboração da tese) sob o ponto de vista da Sociologia, articulando com outros campos da ciência, como o da Sociologia Ambiental.

Buscou-se responder a pergunta da tese, partindo do prisma geral (Globalização, Riscos Socioambientais Urbanos e Moradia – Capítulo 2) para o particular (O município de Fazenda Rio Grande como cidade-dormitório – Capítulo 3), em conjunto com os achados da pesquisa empírica que ajudaram a constituir e confirmar a tese.

A partir do trabalho de campo em que se adotou a metodologia da pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas e observação participante, foi possível compreender aspectos da vida dos moradores do Conjunto, antes e depois da mudança, sobre como era a vida nas áreas de risco, quais eram os principais problemas socioambientais, e como está a vida no Conjunto habitacional.

Além disso, foi possível apreender também a visão dos agentes públicos, privados e da sociedade civil acerca do Programa Minha Casa Minha Vida. Foram entrevistados representantes da Caixa Econômica Federal (CEF); da Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT); das escolas públicas estaduais e municipais; do CRAS Jd. Eucaliptos; da empresa construtora; da Prefeitura de Fazenda Rio Grande; além de moradores do Conjunto e de pesquisadores.

Os atores sociais ao explicitarem sua visão sobre os fenômenos o fazem dentro de uma estrutura mental denominado de “campo” na visão de Bourdieu, ou seja, explicam suas opiniões a partir de pontos de vistas estruturadores que possuem conexão com os seus pensamentos e práticas, não são, portanto opiniões descomprometidas.

Os agentes públicos e privados envolvidos no Programa Minha Casa Minha Vida, compartilham ideias semelhantes sobre ele, as quais afirmam que aquele representaria a única forma da população de baixa renda e de áreas de risco ter acesso à casa própria.

Para a Prefeitura de Fazenda Rio Grande, o Conjunto Habitacional Jd. Europa representou o fim das áreas de risco. Já que a partir da derrubada das casas e com a criação de Parques e áreas de lazer não será possível a ocupação dessas áreas com fins de moradia.

Para a Caixa Econômica Federal, o objetivo do programa é proporcionar moradia popular para as famílias das áreas de risco e representa a oportunidade para este grupo social

de possuir sua primeira casa própria. Além das boas condições ofertadas pelo Estado como o alto subsídio, as condições de financiamento e as baixas prestações que o mutuário irá pagar.

Para o representante da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, o programa representa uma oportunidade muito importante para as pessoas que moravam em áreas de risco e não tinham acesso ao financiamento habitacional. Destaca-se em sua fala uma racionalidade instrumental explícita ao analisar que no lote em que foram construídas as casas houve um aproveitamento total dos espaços se construindo dois sobrados ao invés de um, atingindo assim 501 famílias.

Para o representante da empresa construtora que construiu o conjunto, o projeto é para atender a população que não tem condição de pagar a prestação de um financiamento comum.

Apesar disso, houve o reconhecimento por parte deles, acerca das insuficiências que o conjunto habitacional representa. “O melhor é você sempre ter casas isoladas, não assim né, tipo sobrados germinados”. (Representante da Caixa Econômica Federal. Junho, 2012). O que mostra a dificuldade das instituições em estabelecerem propostas de intervenção mais próximas da realidade local e de caráter participativo.

Antes de ser um objeto de pesquisa, a cooperação é um problema concreto colocado de maneira grave, em particular nos grandes projetos”. (...) Como mostra a produção de espaços públicos, a confrontação de pontos de vista obriga a compromissos, tanto na concepção do projeto, quanto no dia-a-dia, na sua materialização e gestão. (BIAU e TAPIE, 2009, p. 188 - 189)²².

Sobre a mudança dos moradores das áreas de risco para o conjunto habitacional, a representante da CEF (2012) afirma que é necessário um tempo de adaptação dos moradores para que eles se adequem às novas condições de vida. “Eles estão totalmente perdidos, eles se sentem abandonados. Tem local que tem índio que mora junto, tem unidades verticais, que é pior, que tem os condomínios, tem toda uma adaptação muito diferente, né. *Temos que (...)* Trabalhar até conceito tudo, tudo, começar do zero e mudança de comportamento é repetição, né.” (Representante da Caixa Econômica Federal. Junho, 2012).

Repousa nessa concepção de “adaptação” a ideia hegemônica de que os moradores de áreas de risco não possuem habilidade social (cultura, valores, práticas) que possa ser compartilhada e valorizada pelo grupo. As famílias se tornarão “cidadãs” à medida que se

²² No original : « *Avant d’être un objet de recherche, la coopération est un problème très concret posé de manière aiguë, en particulier dans les grands projets. (...) Comme le montre la production des espaces publics, la confrontation des points de vue oblige à des compromis tant sur la conception des projets qu’au jour le jour, dans leur matérialisation et leur gestion* »(trad. Cristina de Araújo Lima).

dispuserem a receber a orientação “certa” dada pelos representantes do Estado e reproduzirem de forma passiva as ideias e práticas dominantes.

A função social, econômica e cultural dos espaços arquitetônicos, suas qualidades simbólicas, instrumentais, de uso, dependem dos saberes, das estratégias e do modo de ação daqueles que a definem, as financiam, as concebem, as realizam e as gerenciam” (BIAU; TAPIE, 2009, p.10)²³.

Outro aspecto analisado na pesquisa foi o impacto da implantação do Conjunto habitacional Jd. Europa em Fazenda Rio Grande em seu entorno. Verificou-se que o empreendimento acirra a disputa entre os moradores vizinhos e os do conjunto pelos mesmos equipamentos públicos já insuficientes na cidade. Com a instalação do Conjunto no bairro Eucaliptos houve aumento na demanda por diversos serviços públicos essenciais: na área da Assistência Social; Educação, Saúde e Segurança.

As entrevistas com os moradores do Conjunto contribuíram para compreender aspectos sobre como era a vida nas áreas de risco; os problemas socioambientais e riscos naquele lugar; e o viver no Conjunto habitacional.

A vida na área de risco era caracterizada pela precariedade das habitações e ausência de serviços públicos, principalmente esgotamento sanitário. Os moradores exerciam atividades remuneradas devido morarem próximos das áreas centrais. Os principais problemas que enfrentavam era a ocorrência de enchentes; doenças e perda de materiais. Outro aspecto observado é que se deu uma longa convivência com os riscos seja por falta de alternativas de moradias ou porque (aprenderam) a gostar de morar lá. Além do fato de terem amigos e vizinhos naqueles locais.

A mudança para o Conjunto habitacional significou para os moradores entrevistados a realização do sonho da casa própria e uma fase de adaptação à nova realidade material e cultural e, de certa forma, a convivência com outros riscos.

Os moradores afirma que não estão gostando dos seguintes aspectos: barulho, ausência de comércio próximo da moradia, insegurança, falta de telefone público, áreas de lazer, infraestrutura em geral.

A pesquisa demonstrou que o Conjunto habitacional Jd. Europa em Fazenda Rio Grande pode ser visto apenas como solução parcial para o problema da falta de moradia social. O

²³ No original : « ...la fonction sociale, économique et culturelle des espaces urbains et architecturaux, leur qualités symboliques, instrumentales, d’usage, dépendent des savoirs, des stratégies et du mode d’action de ceux qui les définissent, les financent, les conçoivent, les réalisent, et les gèrent » (trad. Cristina de Araújo Lima).

empreendimento por si só não resolve todos os problemas decorrentes da relocação de moradores que viviam em áreas de risco. As políticas públicas habitacionais devem ser integradas com os demais setores do governo (Saúde, Educação, Meio Ambiente, Segurança Pública, Transportes, etc.) para que consiga proporcionar desenvolvimento social efetivo à população e superação das adversidades sociais. Aliado à um Poder Público Municipal atuante que implemente os instrumentos de planejamento urbanos existentes que garanta uma cidade mais justa, como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor.

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso apresentado mostra, a partir de um cenário internacional da globalização em que de um lado se expandem os meios de comunicação, favorecendo a troca de ideias, o acesso às informações, facilitando a vida cotidiana e as operações bancárias, de outro, se acirram as desigualdades sociais e a naturalização da pobreza e do desemprego estrutural, responsabilizando a cada indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso material e pessoal.

É uma sociedade complexa e contraditória onde o consumo e o descarte de mercadorias surge como o grande desejo social. Aliado a uma crise socioambiental publicizada em que se discutem e defendem medidas cada vez mais fortes de proteção ao meio ambiente e de justiça ambiental.

No Brasil, vive-se um momento inicial de euforia e preocupação, onde o Estado a partir de 2003, com o governo Lula cria Políticas e programas nacionais na área de infraestrutura; habitação e saneamento, com o intuito de incentivar a produção habitacional e a criação de empregos no setor da Construção Civil, tentando resolver dois problemas estruturais, o déficit habitacional e o desemprego naquele setor.

Salienta-se que é recente a criação de políticas públicas de habitação no Brasil, as quais remontam a década de 1960 e 1970, a partir do Banco Nacional de Habitação e o Fundo Nacional de Habitação. Instituições criadas no contexto do regime militar, em que se privilegiava o caráter tecnicista, de comando e controle. Desse período até a década de 1980, o acesso à habitação era feito, em grande parte, pelas classes médias que recebiam acima de 6 Salários Mínimos, tornando-se pouco acessível para a grande maioria das famílias que recebiam de 1 a 3 Salários Mínimos. Com a crise econômica da década de 1980, houve a falência das companhias estaduais de habitação e nos anos 1990 criaram-se incipientes tentativas de possibilitar o acesso ao financiamento habitacional através da concessão de cartas de créditos, de acordo com a renda do cliente, emitidos pelo governo federal por meio da Caixa Econômica Federal.

Em consequência disso, o déficit habitacional no Brasil é alto, sendo de 6.940 milhões de domicílios, segundo a Fundação João Pinheiro, a partir dos dados do IBGE (2010). Por outro lado, dados do Ministério das Cidades mostram que existem mais de 5 milhões de áreas vazias e ociosas nos centros das cidades que poderiam tornar-se habitações sociais. O que mostra a dificuldade do Estado em enfrentar o fenômeno da especulação imobiliária.

A pesquisa procurou contribuir com o estudo da temática da habitação e meio ambiente,

objetivando analisar a implantação de políticas públicas de habitação no município de Fazenda Rio Grande, sob a ótica dos atores sociais envolvidos, a partir de quatro pontos:

- O entendimento do processo de periferização da cidade de Curitiba e RMC;
- Apreender as condições de vida dos moradores nas áreas de risco;
- Compreender a visão dos atores sociais acerca da implantação do Conjunto habitacional Jardim Europa e;
- Verificar se houve melhoria nas condições de vida dos moradores a partir da sua mudança.

Constatou-se que a o processo de metropolização de Curitiba e Região contribuiu para que os municípios vizinhos da cidade pólo (Curitiba) recebessem grandes levas populacionais de baixa renda que se estabeleceram naqueles locais à procura de terras mais baratas e oportunidades de vida e fazendo com os municípios funcionassem como cidades-dormitórios, fornecedores de mão de obra sem qualificação para as áreas centrais desenvolvidas, acentuando o processo de periferização.

As condições de vida dos moradores das áreas de risco eram precárias: moravam em casas de madeira, com abastecimento de água e luz, mas sem esgotamento sanitário. Pelo fato de morarem próximo das áreas centrais da cidade exerciam atividades remuneradas e estabeleciam laços de amizade com seus vizinhos. Os moradores relataram que nas áreas de risco os problemas mais frequentes eram em relação à ocorrência de enchentes; doenças em decorrência disso e a perda de materiais. Pelo fato de terem morado naqueles lugares por muitos anos acabaram se acostumando com a situação e contornavam as dificuldades.

A mudança dos moradores para o Conjunto habitacional representou por um lado, a realização do sonho da casa própria e o sentimento de segurança em não estar mais vulnerável às enchentes presentes nas áreas de risco e de serem donos de sua casa. Por outro lado, representa a continuidade de algumas carências: continuam morando na periferia da cidade, e convivendo com os riscos socioambientais representados pela violência e falta de infraestrutura necessária (escola, creche, comércio, transporte público, entre outros). Dessa forma, a entrega da casa propriamente dita não ocasiona a transformação automática do morador de área de risco em cidadão de direitos consolidados. Cumpre dizer que são ou eram grupos sociais que estavam alheios aos processos de socialização; cultura (formal) e oportunidades de geração de emprego e renda. Eram quase tidos como indivíduos invisíveis perante o Estado. A mudança para o Conjunto habitacional resolve o problema da moradia precária, em termos, pois há ainda muitas

melhorias a serem feitas no local. Mas não garante a inserção completa do morador na sociedade formal. Ele ainda terá que se esforçar e lutar muito para fazer parte dela, garantir seus direitos e mostrar que merece ser considerado.

Assim, o processo de relocação se mostra insuficiente para ocorrer esse salto em direção a uma cidadania completa, que seria ter acesso à educação pública de qualidade; saúde; aos equipamentos públicos, serviços e oportunidades de trabalho. O empreendimento onde moram, distante da cidade, do comércio e serviços, acentua a exclusão social e o processo de segregação social vivenciado pelos moradores da periferia de Curitiba.

A pesquisa mostrou que as políticas públicas de habitação principalmente no âmbito federal têm privilegiado mais aspectos quantitativos (número de casas construídas, valor da prestação) e ignorado outros aspectos, tais como a localização dos empreendimentos, a qualidade de vida, o acesso ao transporte público, comércio e serviços, entre outros, que representam o direito à cidade e, portanto à cidadania.

A meta do governo federal segundo Lula (2013) da Agência IPEA é atingir a construção de 2,7 milhões de casas até o final de 2014. “ (...) O investimento total realizado até o momento no Minha Casa Minha Vida foi de R\$ 193 bilhões. A previsão para 2014 é que os recursos investidos totalizem R\$ 234 bilhões” (LULA, 2013).

Apesar dos grandes investimentos feitos na área de habitação, os moradores ou os beneficiários das Políticas Públicas habitacionais não têm participado ou sido consultados sobre a qualidade, localização ou tamanhos das unidades habitacionais, detalhes importantes que são concebidos de forma técnica e centralizada pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) cujos valores máximos a serem seguidos pelas construtoras limitam qualquer possibilidade de alteração por parte desta.

As unidades habitacionais por muitas vezes em formato de conjuntos habitacionais (sobrados ou casas térreas) de forma padronizada e massificada voltada para populações em situações de risco e vulnerabilidade socioambiental e que na maioria das vezes não possuem outra alternativa a não ser aceitá-las nas condições oferecidas.

Dessa forma, os moradores contemplados pelo Programa são levados a aceitar as casas por vezes em bairros longínquos e desprovidos de infraestrutura necessária.

A mudança para o conjunto habitacional representou uma melhoria parcial em suas vidas, pois deixaram de habitar áreas de risco para tornarem-se donos de seu próprio imóvel. Entretanto, trata-se de uma cidadania fragilizada, pois continuam alheios aos benefícios da modernidade, com pouca inserção no mercado de trabalho formal; e baixo acesso aos bens

culturais e materiais da sociedade do século XXI. Essa parcela da população só é lembrada na época da eleição como possíveis eleitores e massa de manobra.

Foi verificada, por meio das visitas a campo, a necessidade de realização de melhorias (intervenções) físicas e sociais no Conjunto Jd. Europa em Fazenda Rio Grande, para propiciar qualidade de vida aos moradores, o que contribuirá para o sentimento de pertencimento em relação a sua moradia e à cidade: uso dos espaços públicos pelos moradores; espaço adequado de lazer para as crianças; local para o centro comunitário; melhoria na infraestrutura do bairro que propicie a acessibilidade; a mobilidade urbana; acesso a bens materiais e imateriais (culturais).

Esse processo depende em grande parte da participação dos moradores em todo o processo como sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, que contribuirá para o desenvolvimento de Políticas Públicas habitacionais integradas, avaliadas e monitoradas continuamente, e adequadas a cada realidade e, conseqüentemente, resultará na construção de uma organização comunitária; integração entre as famílias e luta por melhorias que são urgentes e dependem em grande parte desta pressão social.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente. As estratégias de mudança da agenda 21**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.
- _____. **Aprendendo com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.
- _____. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.
- _____. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1997.
- _____. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BIAU, Véronique; TAPIE, Guy. Fabriquer les espaces batis, concevoir et coopérer. In: BIAU, Véronique; TAPIE, Guy (dir.). **La fabrication de la ville. Métiers et organisations**. Marseille: Parenthèses, 2009. p. 167- 210.
- BORDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- _____. **Sociologia**. Organizador (da coletânea) Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1993.
- BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- BORTOLUZZI, Ariel Aparecida Muller. **Problemas socioambientais do município de Fazenda Rio Grande**. Entrevista concedida ao Grupo de Estudo da Temática Urbana da Turma IX do PPGMADE. Fazenda Rio Grande: 16 de agosto de 2011.
- BRANDAO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL, Agência. Programa Minha Casa Minha Vida financiará mais 70 mil casas no Paraná. **Jornal do Brasil**. Disponível em versão eletrônica: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/07/23/programa-minha-casa-minha-vida-financiara-mais-70-mil-casas-no-parana>>. Publicado em 23/07/2012.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **O que é o Minha Casa Minha Vida**. Disponível em versão eletrônica: <http://mcmv.caixa.gov.br/minha-casa-minha-vida/>. Acessado: jun, 2012.
- _____. Representante da. **Participação da CEF no PMCMV**. Entrevista concedida à Corina Alessandra B. Carril Ribeiro. Curitiba: Junho, 2012.

_____. **Relatório de Caracterização familiar do PMCMV, do Cad.Único da CEF.** Junho, 2012.

CARDOSO, Adauto. **Habitação de Interesse Social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano.** Artigo apresentado no XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. Maio de 2011.

CARVALHO. André de Souza. SUGAI, Maria Inês. **A produção da cidade segregada: O caso de Curitiba.** Artigo apresentado no II Simpósio Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades. 19 a 21 de agosto, 2013.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EUCALIPTOS (CRAS). Representante do. **Impacto do Conjunto habitacional na rede pública de saúde.** Entrevista concedida à Corina Alessandra Bezerra Carril Ribeiro, Rafaela Fortunato. Fazenda Rio Grande: Outubro, 2012.

CINTRA, Aneel; DELGADO, Paulo; MOURA, Rosa. **Movimentos Pendulares no Paraná.** Dossiê: População, mobilidade e arranjos espaciais no Censo de 2010. Caderno IPARDES, Curitiba/PR. V.2, n.2, p.15-31. Julho-dez. 2012.

CHAFFUN.Nelson *Et al.* **Dinâmica global e desafio urbano.** BONDUKI, N. (Org.). *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.* 2ª. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ (COHAPAR). **JUS BRASIL – COHAPAR vai construir 50 mil casas.** Disponível em versão eletrônica <http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2975>>. Publicado em 22/08/2012.

_____. **PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.** PEHIS-PR. Curitiba. 2012.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA (COHAB-CT). **Curitiba e Fazenda Rio Grande assinam convênio para construção de casas.** Disponível em versão eletrônica <http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?conteudo=113>>. S/d.

_____. **Programa habitacional vai ganhar mais 144 apartamentos no Cachoeira.**

Disponível em versão eletrônica em:

<<http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?conteudo=585>>. Publicado em 09/03/2012.

_____. Representante da. **Processo de Implantação do Conjunto Habitacional Jd. Europa.** Entrevista concedida à Corina Alessandra Bezerra Carril Ribeiro. Curitiba: Junho, 2012.

_____. **Apresentação.** Disponível em versão eletrônica <<http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?secao=1>>. S/d.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional.** Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2006.

_____. **Formação da RMC.** Disponível em versão eletrônica <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>. Acessado em 30/01/2014.

CORCUFF, Phillippe. **As novas sociologias: construções da realidade social.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

DAMIANI, Amélia Luísa. **A cidade desordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1993.

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Trad. Beatriz Medina. Ed: Boitempo. São Paulo. 2006.

DESCHAMPS, Marley Vanice. **Vulnerabilidade Socioambiental da Região Metropolitana de Curitiba.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UFPR, 2004.

DICIONÁRIO AULETE. Disponível em versão eletrônica: <<http://aulete.uol.com.br/heterotopia>>. Acessado em 29/01/2014.

DICKOW, Bernadeth. **Habitação popular no Paraná: Uma avaliação histórica.** Dissertação de Mestrado. São Paulo. FAU/USP. 1996.

DIONÍSIO, Bibiana. Crescimento da Região Metropolitana atrai trabalhadores de Curitiba. **Jornal Gazeta do Povo.** Disponível em versão eletrônica: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/06/crescimento-da-regiao-metropolitana-atrai-trabalhadores-de-curitiba.html>>. Publicado em 19/06/2012.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

ESCOLA ESTADUAL COLÉGIO LUCY REQUIÃO DE MELO E SILVA. Representante da. **Impacto do Conjunto habitacional na rede pública de educação.** Entrevista concedida à Corina Alessandra Bezerra Carril Ribeiro, Rafaela Fortunato. Fazenda Rio Grande: Outubro, 2012.

ESCOLA MUNICIPAL ALCIDES MARIO PELANDA. **Impacto do Conjunto habitacional na rede pública de educação de Fazenda Rio Grande.** Entrevista concedida à Corina Alessandra Bezerra Carril Ribeiro, Rafaela Fortunato. Fazenda Rio Grande: Outubro, 2012.

FERREIRA, Leila da Costa. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006.

FKLAS. Representante da empresa. **Participação da empresa FKlas na implementação do Conjunto Jardim Europa.** Entrevista concedida à Corina Alessandra B. Carril Ribeiro. Rafaela Fortunato. Curitiba. Outubro, 2012.

_____. **Quem somos.** Disponível em versão eletrônica: <<http://www.fklas.com.br/empresa.html>>. Acesso em 10/08/2012.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. MG. 2013. Disponível em versão eletrônica: <<http://www.fjp.mg.gov.br/>>. Acessado em 30/01/2014.

GALLO NETTO, Carmo. O público e o privado nos reassentamentos. **Jornal da Unicamp**. Campinas. Julho/agosto. 2010.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOHN, Maria da Glória (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GONÇALVES, André. IDH-M dos municípios paranaenses avança quase 50% em 20 anos. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em versão eletrônica: <[http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1394975&tit=IDH-M dos municípios paranaenses avança quase 50 em 20 anos](http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1394975&tit=IDH-M%20dos%20munic%C3%ADpios%20paranaenses%20avanca%20quase%2050%20em%2020%20anos)>. Publicado em 30/07/2013.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra.(orgs.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

HARVEY, David. *Et al.* **A liberdade da cidade**. MARICATO, E. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HOGAN, Daniel. J.; MARANDOLA JR., Eduardo. (orgs.). **População e Mudança Climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: Nepo/UNFPA, 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (IPARDES). OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Como andam as metrópoles: Região Metropolitana de Curitiba**. 2006.

_____.(IPARDES). **Caderno Estatístico Município Fazenda Rio Grande**. Disponível em versão eletrônica:<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83820&btOk=ok>. Acessado em 30/01/2014.

_____.(IPARDES). **Perfil dos Municípios**. Disponível em versão eletrônica: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=83820&btOk=ok>. Acessado em 30/01/2014.

_____.**Planos de Desenvolvimento Integrado da RMC (PDI's de 1978 e 2006 da COMEC)**. Cadernos do IPARDES.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____.**A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em versão eletrônica:<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>>. Acessado em 30/01/2014.

_____. **Aglomerados subnormais no Censo 2010**. Rio de Janeiro. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Plano municipal de regularização fundiária em áreas de preservação permanente. Curitiba**. IPPUC, PMC, COHAB-CT, 2007.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KÔNIG, Mauri. Um em cada dez curitibanos vivem em áreas degradadas. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em versão eletrônica: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phml?id=826092>>. Publicado em 09/11/2008.

_____. MARCHIORI, Raphael. Migração em massa redesenha Curitiba. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em versão eletrônica: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1314864>>. Publicado em 04/11/2012.

KOWARICK. Lucio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez. 4a. Ed, 2001.

LIMA, Cristina de Araújo. **Considerações sobre ocupações irregulares e parcelamento urbano em áreas de mananciais da região metropolitana de Curitiba-PR**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 3, p. 97-114, jan./jun. 2001. Editora da UFPR.

_____. **Multiespacialidades metropolitanas e construção social do lugar – rumos para a Sustentabilidade**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 9, p.39-56, jan/jun. 2004. Editora da UFPR.

LIMA, José Edmilson de Souza, LIMA, Sandra Mara Maciel (organizadores). **Percepção ambiental e risco: uma contribuição interdisciplinar**. Curitiba, PR:CRV, 2011.

LULA, Edla. **Brasil Econômico (SP): Minha Casa, Minha Vida será ampliado em 2014**. Disponível em versão eletrônica em <http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20856&Itemid=75>. Acessado em 01/02/2014.

MAGALHÃES, Fernanda; DI VILLAROSA, Francesco (editores). **Urbanização de Favelas: Lições aprendidas no Brasil**. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nova York. 2012.

MAGALHÃES, Marisa; MOURA, Rosa. **Leitura do Padrão de Urbanização do Paraná nas últimas duas décadas**. Paraná Desenvolvimento, Curitiba, n.88, maio/ago., 1996, p.3-21.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. *Et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARONI, João Rodrigo. PAC do Guarituba tira famílias de áreas de risco. **Jornal Gazeta do Povo.** Disponível em versão eletrônica: <<http://www2.gazetadopovo.com.br/aguasoamanha/noticias/post/id/192/titulo/PAC+do+Guarituba+tira+fam%C3%8Dias+de%C3%A1rea+de+risco>>. Publicado em 19/09/2010.

MARQUES, Eduardo. TORRES, Haroldo. (Orgs). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto. 2011.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus. 1997.

MEIRINHO, Bruno César Deschamps. BERTOL, Laura Esmanhoto. **A moradia nas ocupações espontâneas e na Política Pública: Um estudo de caso sobre a produção da cidade de Curitiba e os conjuntos da COHAB-CT.** Revista Unicuritiba. 2010. Disponível em versão eletrônica: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/308/273>>

MENDONÇA, Francisco. **Impactos socioambientais urbanos.** Curitiba: UFPR, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?: Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade.** Cartilha. Brasília. 2010.

_____. **O Ministério.** Disponível em versão eletrônica <http://www.cidades.gov.br/index.php/o-ministerio.html>>. Acesso em 01/07/2012.

MOCELLIN. Alan. Simmel e Bauman. **Modernidade e Individualização.** Artigo publicado na Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 4, n.1 (1), agosto-dezembro, 2007.

MOURA, Rosa. FIRKOWSKI, Olga Lucia de F. (Orgs). **Dinâmicas Intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná: Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

MOURA, Rosa. **Movimentos pendulares da população do Paraná: uma incidência da desconexão moradia/trabalho.** Caderno Metropolitano. São Paulo. v.12, n.23, pp-43-64. Jan/jun. 2010.

PELICIONI. Maria Cecília. *Et al.* **Movimento Ambientalista e Educação Ambiental.** PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília. (Editores) Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri. SP: Manole, 2005. Coleção Ambiental; 3.

PEREIRA, Gislene; SILVA, Madianita Nunes da Silva. *Et al.* **Dinâmica imobiliária na Região**

Metropolitana de Curitiba: O mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. MOURA, Rosa. FIRKOWSKI, Olga Lucia de F. (Orgs). Dinâmicas Intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Observatório de Políticas Públicas Paraná: Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

PESQUISADORA 1. **Impactos do Conjunto habitacional Jd. Europa na vizinhança.** Entrevista concedida à Corina Alessandra B. Carril Ribeiro. Maio, 2012.

PESQUISADORA 2. **Impactos do Conjunto habitacional Jd. Europa na vizinhança.** Entrevista concedida à Corina Alessandra B. Carril Ribeiro. Maio, 2012.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE. **Economia.** Disponível em versão eletrônica: <http://fazendariogrande.pr.gov.br/sites/prefeitura/index.php?option=com_content&view=article&id=74:economia&catid=21:estatisticas&Itemid=155>. Acessado em: jun.2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE. **Sobre o município.** Disponível em versão eletrônica: <http://200.195.151.86/sites/prefeitura/indexex.php?option=com_content&view=article&d=70&Itemid=154> acessado em: jun. 2011.

_____. **Plano Local de Habitação de Interesse Social.** 2010.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico Município de Fazenda Rio Grande.** 2013. Disponível em versão eletrônica em <http://www.fazendariogrande.pr.gov.br/sites/prefeitura/images/stories/2013/agosto/PMSB_FRG_R07_APE_Prefeitura.pdf>. Acessado em 30/01/2014.

_____. Secretaria de Ação Social. **Relatório encaminhado ao Ministério das Cidades sobre o projeto habitacional Jardim Europa.** Maio. 2011.

_____. Secretaria de Ação Social. **Locais de serviços disponíveis à população.** Disponível em versão eletrônica <http://www.fazendariogrande.pr.gov.br/sites/prefeitura/index.php?option=com_content&view=article&id=1058&Itemid=173>. Acessado em 02/07/2012.

_____. **História.** Disponível em: versão eletrônica <http://www.fazendariogrande.pr.gov.br/sites/prefeitura/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=154>. Acessado em: jun.2012.

Plano Diretor do município de Fazenda Rio Grande. **Lei Complementar nº 4/2006.** Disponível em versão eletrônica: <<http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura/3259/leis-de-fazenda-rio-grande.html>>. Acessado em: jun.2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_45/Artigos/Art_Simone.htm>. Acessado em: 06/09/2011.

RAYNAUT, Claude. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 21-32, jul./dez. 2004. Editora UFPR.

RIBEIRO, Corina Alessandra B. Carril. FORTUNATO, Rafaela. MACHADO, Claudia Cristina. **Caminhos da sustentabilidade urbana: O desafio da construção da gestão dos riscos socioambientais urbanos**. Idéias, n.4, p.244-265, ago./dez. 2012. Unicamp.

RIOS, Cristina. Cidade-dormitório nunca mais!. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em versão eletrônica: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1270932>>. Publicado em 02/07/2012.

RODRIGUES. Arlete Moysés. **A Política Urbana no Governo Lula**. Idéias, n.3, p.61-77, ago/dez. 2011. Unicamp.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001. Col. Repensando a Geografia.

ROLNIK, Raquel. **Planejamento Urbano nos Anos 90: novas perspectivas para velhos temas**. In: Luís Ribeiro; Orlando Júnior. (Org.). Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. *Et al.* **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações**. MARICATO, E. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico, informacional**. São Paulo: Hucitec. 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20 ed. Rio de Janeiro: Record. 2011.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3ª.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SASSEN. Saskie. **Sociologia da globalização**. Ed: Artmed. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012.

SILVA, Madianita Nunes da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. Tese de Doutorado. UFPR, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 3ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

SUDERHSA. **Plano da bacia do Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira – Relatório de**

diagnóstico. Curitiba: SUDERHSA, SEMA, ANA, RDR, 2007.

TAPIE, Guy. Figures sociologiques et spatiales de l'habitat individuel contemporain. In: NUSSAUME, Yann; PERYSINAKI, Aiki-Myrto; SERY, Johanna (dir). **La Maison individuelle. Vers des paysages soutenable?** Paris: La Vilette, 2012b, p.48-56 (inédito em português, trad. Cristinade Araújo Lima).

_____. Théorie(s) de la fabrication des espaces. In: DEVISME, Laurent; TSIOMIS, Yannis. **Trajectoires doctorales.** Paris : Centre des monuments nationaux, n. 26/27, nov. 2012a. p. 172-181.

_____. **Sociologia do espaço: modelos de interpretação.** Escola Nacional Superior de Arquitetura e Paisagismo de Bourdeaux - ENSAPBx. França, 2013. (artigo inédito).

TRISOTTO, Fernanda. Desalojados pela Copa do Mundo. **Jornal Gazeta do Povo.** Disponível em [http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1304648&tit=Desalojados pela Copa do Mundo](http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1304648&tit=Desalojados%20pela%20Copa%20do%20Mundo). Publicado em 06/10/2012.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Portugal: Instituto Piaget, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de trabalhos científicos no curso de ciências sociais da UFPR.** Curitiba: UFPR, Departamento de Ciências Sociais, 2012.

VEYRET, Yvette. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2007.

VITTE, Claudete de Castro Silva. KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (orgs). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ZANONI, Magda. *Et al.* **A construção de um curso de pós-graduação interdisciplinar em meio ambiente e desenvolvimento: princípios teóricos e metodológicos.** RAYNAUT, Claude. (Org.) Desenvolvimento e Meio Ambiente: em busca da interdisciplinaridade. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

ZIONI, Fabíola. *Et al.* **Ciências Sociais e Meio Ambiente.** PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília. (Editores) Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri. SP: Manole, 2005. Coleção Ambiental; 3.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada.** Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

APÊNDICE

ANEXO A – Roteiro de entrevista

Data:

Entrevista com roteiro nº:

1ª. parte

I. Dados socioeconômicos do(a) entrevistado(a):

1.Nome (opcional):

2.Endereço:

Bairro:

Telefone:

3.Sexo 1.Masculino () 2. Feminino ()

4.Idade:

5.Local de Nascimento:

Estado (sigla):

6.Possui filhos? Quantos?

7.Exerce atividade remunerada? Regular ou autônomo? Considera-se o chefe de família?

Quantos trabalham em sua casa?

8.Renda Familiar: 1 S.M () 1 a 3 S.M () Acima de 3.S.M.

9.É atendido por Políticas Públicas Assistenciais? (ex: Bolsa-Família) se sim, qual? Há quanto tempo?

II. Condições de moradia (no passado, na área de risco):

1. Morava em área de risco? Qual? A que risco estava submetido(a): (Incêndio, inundação, desabamento, enchente, doenças, etc)

2. Motivo da vinda (por que veio para este lugar)? Estava inscrito em programa habitacional; Cadastro da Igreja; Membro de movimento social?

3. Gostava de morar lá? Queria ir embora? Por quê? Próximo do trabalho; do centro da cidade; redes de organização social; mobilidade urbana?

4. Conhecidos no Bairro? Havia parentes ou amigos?

5. Já era morador da RMC ou veio de outras áreas do PR ou estados vizinhos?

III. Condições de habitação na área de risco e infraestrutura:

1.Tipo de moradia: (alvenaria; madeira, mista)

2.Condição: (alugada; própria; emprestada; invadida)

3.Número de cômodos (inclui cozinha e não inclui banheiro); 4.Tinha banheiro:

5.Pagava aluguel ou prestação? 6.Ocupação unifamiliar ou multifamiliar?

7.Havia infraestrutura urbana? (água encanada, coleta de esgotos, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação, transporte)

8. Pagava alguma taxa?

8.Exercia atividade remunerada lá?

IV. Equipamentos sociais públicos:

1.Creches/escolas?

2. Posto de saúde?

3.Transportes público/lotação?

4. Serviços/comércio na sua rua?

5. Telefone?

Outro?

V. Problemas socioambientais:

1. O que mais incomodava você quando morava na área de risco? E o que mais agradava?

2. Cite os principais problemas socioambientais que havia na área de risco? (ler cada um e priorizar)

a) Água (contaminada; falta de água);

b) Inundações/enchentes;

c) Deslizamento;

d) Lixo sem destinação correta;

e) Esgoto a céu aberto;

- f) Falta de áreas verdes, lazer e parque;
- g) Poluição do ar, queimadas;
- h) Desmatamento.
- i) Outros.

VI. Condições de vida no Conjunto Habitacional Jd. Europa

1. Está gostando de morar no Conjunto Habitacional?
2. Houve melhora da qualidade de vida? Aponte os benefícios (urbanização, saneamento, coleta de lixo, luz, segurança, transporte público)
3. Conversa com seus vizinhos?
4. Do que não está gostando?
5. Existem equipamentos públicos no bairro? (creches, escolas, áreas de lazer)
6. Como é o transporte público no bairro. Quanto tempo demora para chegar ao centro da cidade?
7. Está conseguindo pagar as taxas?

VII. Organização Política

1. Existe Sociedade amigos de bairro?
2. Você participa de alguma atividade política? (partido, movimentos sociais, associações)
3. Frequenta alguma igreja ou templo no bairro?
4. Há lideranças que reivindicam melhorias para o bairro? Quais são?
5. O/A sr(a) se considera um(a) cidad(ã)o?
6. O que o senhor(a) modificaria no bairro, visando melhorar as condições de vida? O que falta aqui? O que deveria ser modificado aqui?